

István Mészáros

PARA ALÉM DO CAPITAL

Rumo a uma teoria da transição

Tradução

Paulo Cezar Castanheira

Sérgio Lessa

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Para aprimorar a experiência da leitura digital, optamos por extrair desta versão eletrônica as páginas em branco que intercalavam os capítulos, índices etc. na versão impressa do livro. Por este motivo, é possível que o leitor perceba saltos na numeração das páginas. O conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

Para Donatella

Copyright da tradução © Boitempo Editorial, 2002
Copyright © István Mészáros, 2002

Coordenação editorial
Ivana Jinkings

Tradução
Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa

Assistência editorial
Livia Campos

Preparação
Maria Orlanda Pinassi

Revisão
Maria Fernanda Alvares, Maurício Balthazar Leal,
Sandra Regina de Souza e Túlio Kawata

Capa
Grafikz / Andrei Polessi
sobre foto dos escombros do World Trade Center, NY, 11/9/2001. Foto AP.

Diagramação
Set-up Time Artes Gráficas

Coordenação de produção
Ana Lotufo Valverde e Marcel Iha

CIP-BRASIL.CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M55p

Mészáros, István, 1930-

Para além do capital : rumo a uma teoria da transição / István Mészáros ; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.
(Mundo do trabalho)

Tradução de: Beyond capital : towards a theory of transition

Contém dados biográficos

Inclui índice

ISBN 978-85-7559-145-1

1. Economia marxista. 2. Materialismo dialético. 3. Pós-modernismo. I. Título. II. Série.

11-0335.

CDD: 335.412

CDU: 330.85

18.01.11

21.01.11

024009

Esta edição contou com o apoio do Instituto de Estudos e Pesquisas
Vale de Acaraú e da Prefeitura Municipal de Belém.

É vedada, nos termos da lei, a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

Este livro atende às normas do acordo ortográfico em vigor desde janeiro de 2009.

1ª edição: maio de 2002; 1ª reimpressão: outubro de 2002
2ª reimpressão: maio de 2006; 3ª reimpressão: julho de 2009
1ª edição revista: maio de 2011

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373 Sumarezinho
05442-000 São Paulo SP
Tel./fax: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.com.br

SUMÁRIO

NOTA DO EDITOR	13
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA	21
INTRODUÇÃO	37
PARTE I	
A SOMBRA DA INCONTROLABILIDADE	
1. A QUEBRA DO ENCANTO DO “CAPITAL PERMANENTE UNIVERSAL”	53
1.1 Além do legado hegeliano	53
1.2 A primeira concepção global – sobre a premissa do “fim da história”	59
1.3 O “capital permanente universal” de Hegel: a falsa mediação entre a individualidade personalista e a universalidade abstrata	63
1.4 A revolução sitiada no “elo mais fraco da corrente” e sua teorização representativa em <i>História e consciência de classe</i>	72
1.5 A perspectiva da alternativa inexplorada de Marx: do “cantinho do mundo” à consumação da “ascendência global” do capital	84
2. A ORDEM DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL	94
2.1 Defeitos estruturais de controle no sistema do capital	94
2.2 Os imperativos corretivos do capital e o Estado	106
2.3 A dissonância entre as estruturas reprodutivas materiais do capital e sua formação de Estado	125
3. SOLUÇÕES PARA A INCONTROLABILIDADE DO CAPITAL, DO PONTO DE VISTA DO CAPITAL	133
3.1 As respostas da economia política clássica	133
3.2 A “utilidade marginal” e a economia neoclássica	141

3.3	Da “revolução gerencial” à postulada “convergência da tecnoestrutura”	156
4.	CAUSALIDADE, TEMPO E FORMAS DE MEDIAÇÃO	175
4.1	Causalidade e tempo sob a <i>causa sui</i> do capital	175
4.2	O círculo vicioso da segunda ordem de mediações do capital	179
4.3	A eternização do historicamente contingente: a arrogância fatal da apologia do capital de Hayek	189
4.4	Os limites produtivos da relação-capital	199
4.5	A articulação alienada da mediação da reprodução social básica e a alternativa positiva	205
5.	A ATIVAÇÃO DOS LIMITES ABSOLUTOS DO CAPITAL	216
5.1	O capital transnacional e os Estados nacionais	227
5.2	A eliminação das condições de reprodução sociometabólica	249
5.3	A liberação das mulheres: a questão da igualdade substantiva	267
5.4	O desemprego crônico: o significado real de “explosão populacional”	310

PARTE II

LEGADO HISTÓRICO DA CRÍTICA SOCIALISTA 1: O DESAFIO DAS MEDIAÇÕES MATERIAIS E INSTITUCIONAIS NA ESFERA DE INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO RUSSA

6.	A TRAGÉDIA DE LUKÁCS E A QUESTÃO DAS ALTERNATIVAS	347
6.1	Tempo acelerado e profecia atrasada	347
6.2	A busca pela “individualidade autônoma”	352
6.3	Dos dilemas de <i>A alma e as formas</i> à visão ativista de <i>História e consciência de classe</i>	359
6.4	A contínua postulação de alternativas	366
7.	DO FECHADO HORIZONTE DO “ESPÍRITO DO MUNDO” DE HEGEL À PREGAÇÃO DO IMPERATIVO DA EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA	373
7.1	Concepções individualistas do conhecimento e da interação social	373
7.2	O problema da “totalização” em <i>História e consciência de classe</i>	379
7.3	“Crise ideológica” e sua resolução voluntarista	384
7.4	A função do postulado metodológico de Lukács	394
7.5	A hipostatização da “consciência de classe atribuída”	399
8.	OS LIMITES DE “SER MAIS HEGELIANO” QUE HEGEL	405
8.1	Uma crítica da racionalidade weberiana	405
8.2	O paraíso perdido do “marxismo ocidental”	419
8.3	O “sujeito-objeto idêntico” de Lukács	426

9.	A TEORIA E SEU CENÁRIO INSTITUCIONAL	445
9.1	A promessa da concretização histórica	445
9.2	Mudança na avaliação dos Conselhos de Trabalhadores	453
9.3	A categoria da mediação de Lukács	462
10.	POLÍTICA E MORALIDADE: DE <i>HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE A O PRESENTE</i> <i>E O FUTURO DA DEMOCRATIZAÇÃO</i> E DE VOLTA À <i>ÉTICA NÃO ESCRITA</i>	469
10.1	Apelo à intervenção direta da consciência emancipatória	469
10.2	A “luta de guerrilha da arte e da ciência” e a ideia da liderança intelectual “de cima”	476
10.3	Elogio da opinião pública subterrânea	484
10.4	A segunda ordem de mediação do capital e a proposta da ética como mediação	486
10.5	A fronteira política das concepções éticas	494
10.6	Os limites do último testamento político de Lukács	501

LEGADO HISTÓRICO DA CRÍTICA SOCIALISTA 2: RUPTURA RADICAL E TRANSIÇÃO NA HERANÇA MARXIANA

11.	O PROJETO INACABADO DE MARX	517
11.1	Do mundo das mercadorias à nova forma histórica	518
11.2	O cenário histórico da teoria de Marx	520
11.3	A crítica marxiana da teoria liberal	523
11.4	Dependência do sujeito negado	525
11.5	A inserção social da tecnologia e a dialética do histórico/trans-histórico	527
11.6	Teoria socialista e prática político-partidária	529
11.7	Novos desenvolvimentos do capital e suas formações estatais	532
11.8	Uma crise em perspectiva?	535
12.	A “ASTÚCIA DA HISTÓRIA” EM MARCHA À RÉ	540
12.1	<i>List der Vernunft</i> e a “astúcia da história”	540
12.2	A reconstituição das perspectivas socialistas	544
12.3	A emergência da nova racionalidade do capital	549
12.4	Contradições de uma era de transição	556
13.	COMO PODERIA O ESTADO FENECER?	561
13.1	Os limites da ação política	563
13.2	Os principais traços da teoria política de Marx	566
13.3	Revolução social e o voluntarismo político	571
13.4	Crítica da filosofia política de Hegel	577
13.5	O deslocamento das contradições do capital	584
13.6	Ambiguidades temporais e mediações que faltam	592

PARTE III

CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA DO CAPITAL

14. A PRODUÇÃO DE RIQUEZA E A RIQUEZA DA PRODUÇÃO	605
14.1 A disjunção de necessidade e produção de riqueza	606
14.2 O significado verdadeiro e o fetichizado da propriedade	610
14.3 Produtividade e uso	614
14.4 Contradição entre trabalho produtivo e não produtivo	617
14.5 A estrutura de comando do capital: determinação vertical do processo de trabalho	621
14.6 A homogeneização de todas as relações produtivas e distributivas	624
14.7 A maldição da interdependência: o círculo vicioso do “macrocosmo” e as células constitutivas do sistema do capital	629
15. A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE NO CAPITALISMO	634
15.1 Da maximização da “vida útil das mercadorias” ao triunfo da produção generalizada do desperdício	634
15.2 A relativização do luxo e da necessidade	642
15.3 Tendências e contratendências do sistema do capital	653
15.4 Os limites da extração do excedente economicamente regulada	656
15.5 A taxa de utilização decrescente e o significado de “tempo disponível”	659
16. A TAXA DE UTILIZAÇÃO DECRESCENTE E O ESTADO CAPITALISTA: ADMINISTRAÇÃO DA CRISE E AUTORREPRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL	675
16.1 A linha de menor resistência do capital	675
16.2 O significado do complexo militar-industrial	685
16.3 Das “grandes tempestades” a um <i>continuum</i> de depressão: administração da crise e autorreprodução destrutiva do capital	695
17. FORMAS MUTANTES DO CONTROLE DO CAPITAL	701
17.1 O significado de capital na concepção marxiana	701
17.2 “Socialismo em um só país”	726
17.3 O fracasso da desestalinização e o colapso do “socialismo realmente existente”	747
17.4 A tentativa de passar da extração política à econômica do trabalho excedente: <i>glasnost</i> e <i>perestroika</i> sem o povo	764
18. ATUALIDADE HISTÓRICA DA OFENSIVA SOCIALISTA	787
18.1 A ofensiva necessária das instituições defensivas	788
18.2 Das crises cíclicas à crise estrutural	795
18.3 A pluralidade de capitais e o significado do pluralismo socialista	811
18.4 A necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital	821
19. O SISTEMA COMUNAL E A LEI DO VALOR	861
19.1 A pretendida permanência da divisão do trabalho	861
19.2 A lei do valor sob diferentes sistemas sociais	866

19.3	Mediação antagônica e comunal dos indivíduos	875
19.4	A natureza da troca nas relações sociais comunais	881
19.5	Novo significado da economia de tempo: a regulamentação do processo de trabalho comunal orientada pela qualidade	887
20.	A LINHA DE MENOR RESISTÊNCIA E A ALTERNATIVA SOCIALISTA	896
20.1	Mito e realidade do mercado	899
20.2	Para além do capital: o objetivo real da transformação socialista	916
20.3	Para além da economia dirigida: o significado de contabilidade socialista	934
20.4	Para além das ilusões da mercadização: o papel dos incentivos em um sistema genuinamente planejado	955
20.5	Para além do impasse conflitante: da irresponsabilidade institucionalizada à democrática tomada de decisão por baixo	970
PARTE IV		
ENSAIOS SOBRE TEMAS RELACIONADOS		
21.	A NECESSIDADE DO CONTROLE SOCIAL	983
21.1	Os condicionais contrafactuais da ideologia apologética	984
21.2	Capitalismo e destruição ecológica	987
21.3	A crise de dominação	989
21.4	Da “tolerância repressiva” à defesa liberal da repressão	997
21.5	“Guerra, se falham os métodos ‘normais’ de expansão”	1000
21.6	A emergência do desemprego crônico	1004
21.7	A intensificação da taxa de exploração	1006
21.8	“Corretivos” do capital e controle socialista	1008
22.	PODER POLÍTICO E DISSIDÊNCIA NAS SOCIEDADES PÓS-REVOLUCIONÁRIAS	1012
22.1	Não haverá mais poder político propriamente dito	1012
22.2	O ideal e a “força da circunstância”	1014
22.3	Poder político na sociedade de transição	1016
22.4	A solução de Lukács	1021
22.5	Indivíduo e classe	1023
22.6	Rompendo o domínio do capital	1028
23.	DIVISÃO DO TRABALHO E ESTADO PÓS-CAPITALISTA	1032
23.1	A base estrutural das determinações de classe	1034
23.2	A importância da contingência histórica	1041
23.3	As lacunas em Marx	1044
23.4	O futuro do trabalho	1056
23.5	A divisão do trabalho	1058
23.6	O Estado pós-revolucionário	1059
23.7	Consciência socialista	1061

24. POLÍTICA RADICAL E TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO	1063
24.1 O significado de <i>Para além do capital</i>	1064
24.2 Condições históricas da ofensiva socialista	1066
24.3 A necessidade de uma teoria da transição	1068
24.4 A “reestruturação da economia” e suas precondições políticas	1071
25. A CRISE ATUAL	1079
25.1 Surpreendentes admissões	1079
25.2 Declaração da hegemonia dos Estados Unidos	1081
25.3 Falsas ilusões acerca do “declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica”	1087
25.4 A visão oficial da “expansão sã” <i>Postscript</i> 1995: que significam as segundas-feiras (e as quartas-feiras) negras	1089
ÍNDICE ONOMÁSTICO	1095
NOTA BIOGRÁFICA	1103

NOTA DO EDITOR

O mais importante estudo sobre o pensamento político e econômico de Marx – especialmente de *O capital* e dos *Grundrisse* –, *Para além do capital*, a monumental obra do filósofo húngaro István Mészáros, chega finalmente ao Brasil. Este livro, com o qual a Boitempo comemora o seu centésimo título, leva-nos a revisitar a obra marxiana de explicação do capital e de sua dinâmica, reconhecendo sua grandiosidade e também suas lacunas. *Para além do capital* passa em revista velhos conceitos, como o de que não há alternativa ao capital e ao capitalismo, e lança luz nova sobre questões atuais, permitindo-nos redescobrir Marx como um pensador do presente e do futuro.

A tradução que aqui se apresenta foi feita a partir da edição original inglesa, de 1995 (*Beyond Capital – Towards a Theory of Transition*, Merlin Press). Os capítulos de um a cinco foram traduzidos por Beatriz Sidou, com texto final de Paulo Cezar Castanheira. Sérgio Lessa, professor de Filosofia na Universidade Federal de Alagoas, traduziu os capítulos seis ao vinte. Paulo Cezar Castanheira incumbiu-se também da tradução do Prefácio, da Introdução e da revisão de tradução de toda a obra, incluindo os ensaios que estão publicados na parte IV: “A necessidade do controle social”, traduzido originalmente por Mário Duayer; “Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias”, tradução de Pedro Wilson Leitão e José Paulo Netto, revisão de Ester Vaisman; “Divisão do trabalho e Estado pós-capitalista”, por Magda Lopes; “Política radical e transição para o socialismo”, por J. Chasin e Ester Vaisman; e, finalmente, “A crise atual”, traduzido por João Roberto Martins Filho.

As notas de rodapé numeradas são todas da edição original. Nas citações bibliográficas, quando foi possível, acrescentamos as referências de edições brasileiras ou em português (o que, infelizmente, não pôde ser feito em todo o livro, dada a grande quantidade de obras citadas pelo autor).

Queremos registrar nosso reconhecimento às pessoas sem as quais não teria sido possível publicar uma obra dessa envergadura: em primeiro lugar, a Ricardo Antunes, coordenador da coleção Mundo do Trabalho e professor de Sociologia da

Unicamp, que se dedicou pessoalmente e com atenção incomum à revisão de vários capítulos; a Paulo César Castanheira e a Sérgio Lessa, tradutores cujo empenho foi decisivo para a realização deste livro; a Maria Orlanda Pinassi, professora de Sociologia da Unesp, responsável por uma cuidadosa e eficiente preparação dos originais; a Túlio Kawata, Maurício Leal e Sandra Regina de Souza, revisores em diferentes fases da preparação deste livro, que demonstraram excepcional dedicação e profissionalismo; ao professor Ronaldo Gaspar, a quem coube a difícil tarefa de cotejar parte de nossa tradução com a edição em inglês; e, finalmente, ao professor Francisco Teixeira e ao prefeito da cidade de Belém, Edmilson Rodrigues, que nos ajudaram a viabilizar a tradução. Todos foram, em diferentes etapas do trabalho, responsáveis pela publicação de uma obra que representa, provavelmente, a análise mais substancial sobre o capital e o capitalismo desde Marx.

Ivana Jinkings

APRESENTAÇÃO

Lukács disse certa vez, enquanto elaborava sua última obra, a *Ontologia do ser social*, que gostaria de retomar o projeto de Marx e escrever *O capital* dos nossos dias. Investigar o mundo contemporâneo, a lógica que o presidia, os elementos novos de sua processualidade, objetivando com isso fazer, no último quartel do século XX, uma *atualização* dos nexos categoriais presentes em *O capital*. Lukács pôde indicar, mas não pôde sequer iniciar tal empreitada. Coube a István Mészáros, um dos mais destacados e importantes colaboradores de Lukács, essa significativa contribuição para a realização, em parte, desta monumental (e por certo coletiva) empreitada.

Radicado na Universidade de Sussex, na Inglaterra, onde é professor emérito, István Mészáros já era responsável por uma vasta produção intelectual, da qual se destacam *Marx's Theory of Alienation* (1970) [ed. bras.: *A teoria da alienação em Marx*, 2006], *Philosophy, Ideology and Social Science* (1986) [ed. bras.: *Filosofia, ideologia e ciência social*, 2008] e *The Power of Ideology* (1989) [ed. bras.: *O poder da ideologia*, 2004], entre vários outros livros, publicados em diversos países do mundo.

Para além do capital é, entretanto, seu livro de maior envergadura e se configura como uma das mais agudas reflexões críticas sobre o capital em suas formas, engrenagens e mecanismos de funcionamento sociometabólico, condensando mais de duas décadas de intenso trabalho intelectual. Mészáros empreende uma demolidora crítica do capital e realiza uma das mais instigantes, provocativas e densas reflexões sobre a sociabilidade contemporânea e a lógica que a preside. Na impossibilidade de desenvolver, no âmbito desta apresentação, sequer minimamente o vasto campo de complexidades desenvolvido pelo autor, vamos procurar indicar algumas de suas teses centrais, pontuando elementos analíticos presentes em *Para além do capital*.

Podemos começar afirmando que, para o autor, *capital* e *capitalismo* são fenômenos distintos e a identificação conceitual entre ambos fez com que todas as experiências revolucionárias vivenciadas no século passado, desde a Revolução Russa até as tentativas mais recentes de constituição societal socialista, se mostrassem incapacitadas para superar o “sistema de sociometabolismo do capital”, isto é, o complexo caracterizado pela divisão hierárquica do trabalho, que subordina

suas funções vitais ao capital. Este, o capital, antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que ele, por exemplo, denomina como “sistema de capital pós-capitalista”, que teve vigência na URSS e demais países do Leste Europeu, durante várias décadas do século XX. Estes países, embora tivessem uma configuração pós-capitalista, foram incapazes de romper com o sistema de sociometabolismo do capital.

Portanto, para Mészáros, o sistema de sociometabolismo do capital é mais poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé capital, trabalho e Estado. Essas três dimensões fundamentais do sistema são materialmente constituídas e inter-relacionadas, e é impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Não basta eliminar um ou mesmo dois de seus polos. Os países pós-capitalistas, com a URSS à frente, mantiveram intactos os elementos básicos constitutivos da *divisão social hierárquica do trabalho* que configura o domínio do capital. A “expropriação dos expropriadores”, a eliminação “jurídico-política” da propriedade, realizada pelo sistema soviético, “deixou intacto o edifício do sistema de capital”. O desafio, portanto, é superar o tripé *em sua totalidade*, nele incluído o seu pilar fundamental, dado pelo sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o *trabalho* ao *capital*, tendo como elo de complementação o *Estado político*.

Na síntese de István Mészáros:

dada a inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade.

Sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais), o sistema de sociometabolismo do capital constitui-se como um sistema incontrolável. Fracassaram, na busca de controlá-lo, tanto as inúmeras tentativas efetivadas pela social-democracia, quanto a alternativa de tipo soviético, uma vez que ambas acabaram seguindo o que o autor denomina de *linha de menos resistência do capital*. A sua conversão num modo de sociometabolismo incontrolável é decorrência das próprias fraturas e dos *defeitos* estruturais que estão presentes desde o início no sistema do capital. Isso porque:

Primeiro, a produção e seu controle estão separados e se encontram diametralmente opostos um ao outro.

Segundo, no mesmo espírito, em decorrência das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência extremamente problemática e uma existência separada, de tal modo que o mais absurdo e manipulado “consumismo”, em algumas partes do mundo, pode encontrar seu horrível corolário na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de seres.

Terceiro, os novos microcosmos do sistema de capital se combinam em sua totalidade de maneira tal que o capital social total deveria ser capaz de integrar-se (...) ao domínio global da circulação (...) visando superar a contradição entre produção e circulação. Desta maneira, a necessária dominação e subordinação prevalecem não só dentro dos microcosmos particulares (...), senão também através de seus limites, transcendendo não só as barreiras regionais, mas também as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se encontra submetida (...) aos alienantes imperativos de um sistema global de capital.

A principal razão pela qual esse sistema escapa a um grau significativo de controle manifesta-se, precisamente, porque este

emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle “totalizante” das mais poderosas, (...) dentro do qual tudo, incluindo os seres humanos, deve ajustar-se, provando em consequência sua “viabilidade produtiva” ou, ao contrário, perecendo. Não se pode pensar em outro sistema de controle maior e inexorável – e nesse sentido “totalitário” – que o sistema de capital globalmente dominante, que impõe “seu critério de viabilidade em tudo, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as maiores empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais até os mais complexos processos de tomada de decisões nos consórcios monopólicos industriais, favorecendo sempre o mais forte contra o mais fraco”. E, neste “processo de alienação, o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ‘fator material de produção’ – transformando, desse modo, não só na teoria, mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto (...)”. O trabalho deve ser feito para reconhecer outro sujeito sobre si mesmo, ainda que em realidade este último seja só um pseudo-sujeito.

Constituindo-se como um modo de sociometabolismo em última instância incontrolável, o sistema do capital é essencialmente destrutivo em sua lógica. Essa é uma tendência que se acentuou no capitalismo contemporâneo, o que levou Mészáros a desenvolver a tese, central em sua análise, da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. O capital não trata valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como estando separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último. O que significa que uma mercadoria pode variar de um extremo a outro, isto é, desde ter seu valor de uso realizado, num extremo da escala, até jamais ser usada, no outro extremo, sem por isso deixar de ter, para o capital, a sua utilidade expansionista e reprodutiva. E, sempre segundo Mészáros, esta tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, ao reduzir a sua vida útil e desse modo agilizar o ciclo reprodutivo, tem se constituído num dos principais mecanismos pelo qual o capital vem atingindo seu incomensurável crescimento ao longo da história.

O capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua autorreprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalistas, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. O que leva à conclusão categórica:

Sob as condições de uma crise estrutural do capital, seus conteúdos destrutivos aparecem em cena trazendo uma vingança, ativando o espectro de uma incontornabilidade total, em uma forma que prefigura a autodestruição tanto do sistema reprodutivo social como da humanidade em geral. Como exemplo desta tendência, acrescenta o autor: é suficiente pensar sobre a selvagem discrepância entre o tamanho da população dos EUA – menos de 5% da população mundial – e seu consumo de 25% do total dos recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para calcular o que ocorreria se os 95% restantes adotassem o mesmo padrão de consumo.

Expansionista, destrutivo e, no limite, incontornável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma “crise estrutural cada vez mais profunda”, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de “tempestade”. Com a irresolubilidade da sua crise estrutural fazendo emergir, na sua linha de tendência já visível, o espectro da destruição global da humanidade, a única forma de evitá-la é colocando em pauta a *atualidade histórica* da alternativa societal *socialista*, da *ofensiva socialista*.

Aqui emerge outro conjunto central de teses, na obra de Mészáros, carregado de forte significado político. Na impossibilidade de desenvolvê-las, nos limites desta apresentação, vamos indicar seu significado mais direto: a ruptura radical com o sistema de sociometabolismo do capital (e não somente com o capitalismo) é, por sua própria natureza, global e universal, sendo impossível sua efetivação no âmbito (da tese staliniana) do *socialismo num só país*. Entretanto, para o autor, o fato de as revoluções socialistas terem ocorrido nos países considerados como os *elos débeis da cadeia*, como países economicamente atrasados, não altera a complexidade do problema nem a dificuldade da transição. A necessidade de alterar radicalmente o sistema de sociometabolismo do capital seria, para Mészáros, do mesmo modo aguda e intensa também nos países capitalistas avançados.

Como a lógica do capital estrutura seu sociometabolismo e seu sistema de controle no âmbito *extraparlamentar*, qualquer tentativa de superar este sistema de sociometabolismo que se restrinja à esfera *institucional e parlamentar* está impossibilitada de derrotá-lo. Só um vasto movimento de massas radical e extraparlamentar pode ser capaz de destruir o sistema de domínio social do capital. Consequentemente, o processo de autoemancipação do trabalho não pode restringir-se ao âmbito da política. Isso porque o Estado moderno é entendido pelo autor como uma estrutura política compreensiva de mando do capital, um pré-requisito para a conversão do

capital num sistema dotado de viabilidade para a sua reprodução, expressando um momento constitutivo da própria materialidade do capital. Solda-se, então, um nexos fundamental: o Estado moderno é inconcebível sem o capital, que é o seu real fundamento, e o capital, por sua vez, precisa do Estado como seu complemento necessário. A crítica radical ao Estado ganha sentido, portanto, somente se a ação tiver como centro a destruição do sistema de sociometabolismo do capital.

Como desdobramento da tese anterior, a crítica de Mészáros aos instrumentos políticos de mediação existentes é também enfática: os sindicatos e partidos, tanto nas suas experiências de tipo social-democrático, quanto na variante dos partidos comunistas tradicionais, de feição stalinista ou neostalinista, fracassaram no intento de controlar e de superar o capital. O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre ação econômica, num lado (realizada pelos sindicatos), e ação político-parlamentar, no outro polo (realizada pelos partidos). Esta divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores.

Os indivíduos sociais, como produtores associados, somente poderão superar o capital e seu sistema de sociometabolismo desafiando radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações. Um novo sistema metabólico de controle social deve instaurar uma forma de sociabilidade humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital, da produção de valores de troca e do mercado. O desafio central, portanto, está em encontrar, segundo Mészáros, um equivalente racionalmente controlável e humanamente compensador das funções vitais da reprodução da sociedade e do indivíduo que devem ser realizadas, de uma forma ou de outra, por todo o sistema de intercâmbio produtivo, no qual é preciso assegurar finalidades conscientemente escolhidas pelos indivíduos sociais que lhes permitam realizar-se a si mesmos como indivíduos – e não como personificações particulares do capital ou do trabalho. Nessa nova forma de sociabilidade ou novo sistema de sociometabolismo reprodutivo, a atividade humana deverá se estruturar sob o princípio do *tempo disponível*, num modo de controle social autônomo, autodeterminado e autorregulado.

O livro denso, sólido, rigoroso e polêmico que o leitor está desafiado a ler ainda apresenta um outro conjunto de teses centrais, de que são exemplos as indicações analíticas feitas em relação tanto à questão feminina, ou seja, a efetiva emancipação da mulher das diversas formas de opressão, bem como a temática ambiental (literalmente vital), caracterizada pelo combate à destruição sem precedentes da natureza. Ambas não podem ser integradas e incorporadas de maneira resolutiva pelo capital e seu sistema de sociometabolismo, encontrando, por isso, suas efetivas possibilidades de realização ao articularem-se ao potencial emancipatório do trabalho, convertendo-se, deste modo, em movimentos emancipatórios dotados de uma questão específica (*single issue*), que se integram ao processo de autoemancipação da humanidade.

Creio que o que foi indicado evidencia a complexidade, radicalidade e densidade desta obra. Ficam estas indicações como uma pequena amostra da vitalidade intelectual de István Mészáros, nesta devastadora crítica à lógica contemporânea do capital. Pode-se discordar de muitas de suas teses, quer pelo seu caráter contundente, quer pela sua enorme amplitude, abrangência e mesmo ambição, que por certo gerará muita controvérsia e polêmica. Mas ela é, neste início de século, o desenho crítico e analítico mais ousado contra o capital e suas formas de controle social, num momento em que aparecem vários sintomas da retomada de um pensamento vigoroso e radical.

Concluo lembrando que István Mészáros realiza uma síntese decisivamente inspirada em Marx (particularmente nas magistrais indicações dos *Grundrisse*), mas que é também tributário, por um lado, da matriz ontológica de Lukács (com quem dialoga e polemiza fortemente em vários momentos do livro) e, por outro, da radicalidade da crítica da economia política de Rosa Luxemburgo, que o inspira também fortemente. O que resultou num trabalho original, que devassa o passado recente e o nosso presente, oferecendo um manancial de ferramentas para aqueles que estão olhando para o futuro. Para além do capital.

Ricardo Antunes

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Desafios históricos diante do movimento socialista

Vivemos numa época de crise histórica sem precedentes que afeta todas as formas do sistema do capital, e não apenas o capitalismo. Portanto, é compreensível que somente uma alternativa socialista radical ao modo de controle metabólico social tenha condições de oferecer uma solução viável para as contradições que surgem à nossa frente. Uma alternativa hegemônica que, por não depender do objeto que nega, não se deixe restringir pela ordem existente, como sempre sucedeu no passado. Apesar de termos de estar alertas para os imensos perigos que surgem no horizonte, *não basta negá-los* para enfrentá-los com todos os meios ao nosso alcance. É também necessário definir uma alternativa *positiva*, corporificada num movimento socialista radicalmente reconstituído. Pois a *meta escolhida* da ação transformadora tem importância fundamental para o sucesso de qualquer alternativa que vá além do capital, que não se satisfaça com a simples superação dele. Isto já deve ter ficado claro das penosas lições do colapso do assim chamado “socialismo realmente existente”: o prisioneiro, ao longo de toda a sua história, das *determinações negativas*.

1.

A criação da alternativa radical ao modo de reprodução metabólica do capital é uma necessidade urgente, mas não há de acontecer sem uma reavaliação crítica do passado. É necessário examinar o malogro histórico da esquerda em se colocar à altura das expectativas que Marx enunciou otimisticamente, já em 1847, da “associação” sindical e do conseqüente desenvolvimento da classe trabalhadora, paralelo ao desenvolvimento industrial dos diversos países capitalistas. Segundo ele: “o grau de desenvolvimento desta associação em qualquer país indica a posição ocupada por esse país na hierarquia do mercado mundial. A Inglaterra, que atingiu o desenvolvimento industrial máximo, tem as maiores associações e as mais bem organizadas. Os operários na Inglaterra não se satisfizeram com *associações parciais* (...) continuaram simultaneamente suas lutas políticas, e agora constituem

um partido político importante, sob o nome de *Chartists*”¹. E Marx esperava que este processo continuasse de forma que

No seu processo de desenvolvimento, a classe operária deverá substituir a velha sociedade civil por uma associação que há de excluir as classes e seus antagonismos, e o *poder político propriamente dito* deixará de existir, pois o poder político é exatamente a expressão oficial do antagonismo na sociedade civil.²

Entretanto, ao longo do desenvolvimento da classe operária, parcialidade e setorialidade não se limitaram às “associações parciais” e aos vários sindicatos que evoluíram a partir delas. Inevitavelmente, a parcialidade afetou todos os aspectos do movimento socialista, inclusive a sua dimensão política. Tanto mais que, passado um século e meio, ela ainda representa um enorme problema que, espera-se, será resolvido em futuro não muito distante.

Nos seus primórdios, o movimento operário não conseguiu evitar ser setorial nem parcial. Não se trata simplesmente de ele ter adotado subjetivamente uma estratégia errada, como já se afirmou insistentemente, mas uma questão de determinações objetivas. Pois a “pluralidade dos capitais” não podia, e ainda não pode, ser superada no âmbito da estrutura da ordem metabólica do capital, apesar da tendência avassaladora para a concentração e centralização monopolísticas – e também para o desenvolvimento transnacional, mas precisamente por seu caráter *transnacional* (e não genuinamente *multinacional*), necessariamente parcial – do capital globalizante. Ao mesmo tempo, a “pluralidade do trabalho” não pode também ser superada no espaço da reprodução sociometabólica do capital, apesar de todo o esforço despendido nas tentativas de transformar o trabalho, de adversário estruturalmente irreconciliável, no cúmplice dócil do capital; tentativas que vão desde a propaganda mentirosa do mercado de ações como o “capitalismo do povo”, até a extração política direta do trabalho excedente exercida pelas personificações do capital pós-capitalistas que tentaram se legitimar como a corporificação dos “verdadeiros interesses” da classe operária.

O caráter setorial e parcial do movimento operário se combinou com sua articulação defensiva. O sindicalismo inicial – do qual surgiram mais tarde os partidos políticos – representou a *centralização da setorialidade* de tendência autoritária, e a consequente transferência do poder de decisão das “associações” locais para as centrais sindicais e, mais tarde, destas para os partidos políticos. Desta forma, o movimento sindical global foi, desde o início, inevitavelmente *setorial e defensivo*. Na verdade, dada a lógica interna do desenvolvimento desse movimento, a *centralização da setorialidade* se fez acompanhar do aprofundamento das atitudes defensivas, quando comparadas com os ataques esporádicos com os quais as associações locais impunham sérios reveses aos adversários capitalistas locais. (Os luditas, um movimento semelhante mas mais afastado, tentaram fazer o mesmo de uma forma mais generalizada e destrutiva que, portanto, tornou-se em pouco tempo absolutamente inviável.) O aprofundamento da postura defensiva representou, portanto, um avanço histórico paradoxal. Pois o movimento operário, por meio de seus primeiros sindicatos, passou a ser o interlocutor do capital, sem deixar de ser

¹ Marx, *The Poverty of Philosophy*, em Marx e Engels, *Collected Works*, vol. 6, p. 210.

² *Ibid.*, p. 212.

objetivamente seu adversário estrutural. Desta nova posição defensiva, foi possível ao movimento operário, *em condições favoráveis*, obter algumas vantagens para certos setores do movimento. Isto se tornava possível desde que os elementos correspondentes do capital pudessem se ajustar, em escala nacional – de acordo com a dinâmica do potencial de expansão e acumulação do capital – às demandas propostas pelo movimento operário defensivamente articulado. Um movimento que operava no âmbito das premissas estruturais do sistema do capital, como um interlocutor legalmente constituído e regulado pelo Estado. O desenvolvimento do “Estado de Bem-Estar” foi a manifestação mais recente desta lógica, possível apenas num número muito reduzido de países. Foi limitado, tanto no que se refere às *condições favoráveis* de expansão tranquila do capital nos países onde tal ocorreu como pré-condição para o surgimento do Estado de bem-estar, quanto no que se refere à escala de tempo, marcada no final pela pressão da direita radical, ao longo das três últimas décadas, pela liquidação completa do Estado de bem-estar, em virtude da crise estrutural do sistema do capital.

Com a constituição dos partidos políticos trabalhistas – que assumiu a forma da separação do “braço industrial” do movimento operário (os sindicatos) de seu braço político (os partidos social-democratas e de vanguarda) – aprofundaram-se as atitudes defensivas. Pois esses dois tipos de braços se apropriaram do direito exclusivo de tomada de decisão, o que já podia ser antevisto na setorialidade centralizada dos próprios movimentos sindicais. Esta atitude defensiva tornou-se ainda pior em razão do modo de operação adotado pelos partidos políticos, que obtinham algumas vantagens ao custo do afastamento do movimento socialista de seus objetivos originais. Pois, na estrutura parlamentar do capitalismo, a aceitação pelo capital da legitimidade dos partidos políticos operários foi conquistada em troca da declaração da completa ilegalidade do uso do “braço industrial” para fins políticos, o que representou uma severa restrição aceita pelos partidos trabalhistas, e que condenou à total impotência o imenso potencial combativo do trabalho produtivo materialmente enraizado e potencial e politicamente mais eficaz. Agir dessa forma era muito mais problemático, já que o capital, por meio da supremacia estruturalmente conquistada, continuou a ser a *força extraparlamentar par excellence*, em condições de dominar de fora, e a seu bel-prazer, o parlamento. Da mesma forma, não se podia considerar melhor a situação nas sociedades pós-capitalistas. Pois Stalin reduziu os sindicatos a serem o que ele chamava de “correias de transmissão” da propaganda oficial, ao mesmo tempo em que isentava de qualquer possibilidade de controle pela base da classe operária a forma política pós-capitalista de tomada de decisão autoritária. Portanto, é compreensível que, em face de nossa infeliz experiência histórica com os dois tipos principais de partido político, não exista mais esperança de rearticulação real do movimento socialista sem uma *combinação completa do braço industrial com o braço político do movimento trabalhista*: mediante, de um lado, a atribuição aos sindicatos de tomada de decisão significativa (incentivando-os a serem diretamente políticos) e, de outro, e pela transformação dos próprios partidos políticos em participantes desafiadoramente ativos nos conflitos industriais, como antagonistas incansáveis do capital, assumindo a responsabilidade pela luta *dentro e fora* do parlamento.

Ao longo de toda a sua história, o movimento operário sempre foi setorial e defensivo. Na verdade, essas duas características definidoras constituíram um círculo vicioso. Por se ter articulado defensivamente como movimento geral, o movimento operário, dada a sua pluralidade e divisão interna, não conseguiu romper as restrições setoriais paralisantes advindas da dependência da pluralidade dos capitais. E vice-versa, ele não conseguiu superar as graves limitações de suas atitudes necessariamente defensivas em relação ao capital porque até nossos dias continuou sendo setorial em sua articulação política e industrial organizada. Ao mesmo tempo, o que fechou ainda mais o círculo vicioso, o papel defensivo adotado pelo movimento operário conferiu uma estranha forma de legitimidade ao modo de controle sociometabólico do capital, pois, por omissão, a postura defensiva representou, ostensiva ou tacitamente, a aceitação da ordem política e econômica estabelecida como a estrutura necessária e pré-requisito das reivindicações que poderiam ser consideradas “realisticamente viáveis” entre as apresentadas, demarcando, ao mesmo tempo, a única forma legítima de solução de conflitos resultantes das reivindicações opostas dos interlocutores. Para satisfação das personificações do capital, isto representou uma espécie de *autocensura*. Representou uma autocensura entorpecente, que resultou numa inatividade estratégica que continua até hoje a paralisar até mesmo os remanescentes mais radicais da esquerda histórica organizada, para não falar dos seguidores que um dia foram realmente reformistas e que agora estão completamente domados e integrados.

Enquanto a postura defensiva do “interlocutor racional” do capital – cuja racionalidade foi definida *a priori* pelo que poderia se ajustar às premissas e restrições práticas da ordem dominante – continuasse a obter vantagens relativas para o movimento operário, a autoproclamada *legitimidade* da estrutura regulatória do capital não seria desafiada. Entretanto, sob a pressão da crise estrutural, o capital não teve mais condições de oferecer qualquer ganho significativo ao interlocutor racional, mas ao contrário, foi obrigado a retomar as concessões passadas, atacando sem piedade as próprias bases do Estado de bem-estar, bem como as salvaguardas legais de proteção e defesa do operariado por meio de um conjunto de leis autoritárias contrárias ao movimento sindical, todas aprovadas democraticamente, e a ordem política estabelecida teve de abrir mão de sua legitimidade, expondo, ao mesmo tempo, a inviabilidade da postura defensiva do movimento operário.

A *crise da política*, que hoje não pode mais ser negada nem pelos piores apologistas do sistema – embora eles tentem confiná-la à esfera da manipulação política e seu consenso criminoso, dentro do espírito da “terceira via” do Novo Trabalhismo –, representa uma profunda *crise de legitimidade* do modo estabelecido de reprodução sociometabólica e de sua estrutura geral de controle político. Foi este o resultado da *atualidade histórica da ofensiva socialista*,³ mesmo que o movimento operário, obedecendo à sua “linha de resistência mínima”, continue a dar preferência à manutenção da ordem existente, apesar da crescente evidência

³ Ler capítulo 18, pp. 787-860 desta edição. Uma versão anterior deste capítulo estava incluída no estudo intitulado: “Il rinnovamento del marxismo e l’attualità storica dell’offensiva socialista”, publicada em *Problemi del socialismo* (publicação fundada por Lelio Basso), Anno XXIII, janeiro-abril 1982, pp. 5-141).

da incapacidade desta ordem de apresentar os resultados – até mesmo nos países capitalistas mais avançados – que em tempos passados foi o fundamento de sua legitimidade. O Novo Trabalhismo é hoje em dia, em todas as suas variedades europeias, o grande facilitador de resultados apenas para os interesses arraigados do capital, seja no domínio do capital financeiro – defendido cinicamente pelo governo Blair até nos conflitos com os sócios europeus – ou em algumas de suas seções comerciais e industriais quase completamente monopolistas. Ao mesmo tempo, para defender o sistema diante das margens cada vez mais estreitas de viabilidade reprodutiva do capital, ignoram-se totalmente os interesses da classe operária, atendem-se os interesses vitais do capital pela manutenção da legislação autoritária antissindical dos últimos anos⁴, e se apoia o poder do capital estatal na sua campanha pela *informalização* da força de trabalho, como “solução” cínica e enganosa para o problema do desemprego. É por isso que não se pode permitir que se retire da agenda histórica, por qualquer variedade conhecida ou concebível de acomodação do movimento operário, a necessidade da ofensiva socialista.

Não é de surpreender que, nas atuais condições de crise, o canto de sereia do keynesianismo seja ouvido novamente como um remédio milagroso, como um apelo ao antigo espírito do “consenso expansionista” a serviço do “desenvolvimento”. Entretanto, hoje mal se ouve a canção que sai do fundo do túmulo do keynesianismo, pois o tipo de consenso mantido pelas variedades existentes de movimento operário acomodado visa tornar aceitável a *inviabilidade estrutural* da expansão e acumulação do capital, em nítido contraste com as condições que tornaram possível a implantação das políticas keynesianas durante um período muito limitado de tempo. Luigi Vinci, um dos principais teóricos do movimento italiano da *Rifondazione*, notou com muita razão que a autodefinição adequada e a viabilidade organizacional autônoma das forças socialistas radicais “com frequência são fortemente prejudicadas por um keynesianismo de esquerda, vago e otimista, em que a posição principal é ocupada pela palavra mágica ‘desenvolvimento’”⁵. Uma noção de desenvolvimento que, mesmo no ponto máximo da expansão keynesiana, não conseguiu tornar mais próxima a alternativa socialista, pois sempre aceitou as premissas práticas necessárias do capital como a estrutura orientadora de sua própria estratégia, internalizada firmemente nas restrições da “linha de resistência mínima”.

Deve-se também acentuar que o keynesianismo é, por sua própria natureza, *conjuntural*. Como opera no âmbito dos parâmetros institucionais do capital, não pode evitar ser conjuntural, independentemente de as circunstâncias vigentes favorecerem uma conjuntura de curto ou de longo prazo. O keynesianismo, mesmo na sua variedade “keynesiana de esquerda”, está necessariamente contido na lógica de *parada e avanço* do capital, e dela sofre restrições. Mesmo em seu apogeu, o keynesianismo

⁴ Não devemos esquecer que a legislação antissindical na Grã-Bretanha teve início no governo trabalhista de Harold Wilson com a proposta legislativa chamada “em lugar do conflito”, bem no início da crise estrutural do capital. Continuou durante o curto governo Heath, e novamente durante os governos trabalhistas de Wilson e Callaghan, dez anos antes de receber abertamente o selo “neoliberal” no governo Margaret Thatcher.

⁵ Luigi Vinci, *La socialdemocrazia e la sinistra antagonista in Europa*, Milano, Edizioni Punto Rosso, 1999, p. 69.

representa apenas a fase de avanço de um ciclo de expansão que, mais cedo ou mais tarde, sempre pode ser interrompida por uma fase de parada. Originalmente, o keynesianismo foi uma tentativa de oferecer uma alternativa à lógica de parada e avanço, pela qual as duas fases seriam administradas de forma equilibrada. Entretanto, isto não aconteceu, e ele ficou preso à fase de expansão, em razão da própria natureza de sua estrutura regulatória de capitalismo orientado pelo Estado. A duração excepcional da expansão do pós-guerra – ela mesma confinada a um punhado de Estados capitalistas avançados – deveu-se em grande parte às condições favoráveis da reconstrução do pós-guerra e pela posição dominante assumida pelo complexo industrial-militar financiado pelo Estado. Alternativamente, o fato de que a fase de recessão corretiva teve de assumir a forma do neoliberalismo insensível (e do monetarismo como sua racionalização ideológica pseudo-objetiva) – já sob o governo trabalhista de Harold Wilson, presidido financeira e monetariamente por Dennis Healey, seu Chanceler do Tesouro – deveu-se ao advento da *crise institucional* do capital (que já não era a manifestação cíclica tradicional) que cobriu toda uma fase histórica. É o que explica a duração excepcional da fase de recessão, até agora muito mais duradoura do que a fase de expansão keynesiana do pós-guerra e ainda sem dar sinais de exaustão, perpetuada igualmente por governos conservadores e trabalhistas. Em outras palavras, a excepcional duração e dureza da fase recessiva neoliberal, sem esquecer o fato de que o neoliberalismo é praticado por governos situados nos dois lados opostos do espectro político parlamentar, na realidade só é inteligível como manifestação da crise estrutural do capital. A circunstância de a brutal longevidade da fase neoliberal ser racionalizada ideologicamente, por alguns teóricos do trabalhismo, como o “ciclo longo de recessão” do desenvolvimento normal do capitalismo, ao qual há de se seguir um “ciclo longo de expansão”, acentua apenas o completo malogro do “pensamento estratégico” em entender a natureza das atuais tendências de desenvolvimento. Tanto mais que, como a selvageria do neoliberalismo continua imperturbada no seu caminho, sem o desafio de um movimento operário acomodado, já estão chegando ao fim os anos anunciados pela noção da próxima “longa fase de recuperação”, como teorizam os apologistas trabalhistas do capital.

Assim, dada a crise estrutural do sistema do capital, mesmo que uma alteração conjuntural pudesse trazer de volta, pelo menos por algum tempo, uma tentativa de instituição de alguma forma keynesiana de administração financeira do Estado só poderia existir por um período muito curto, dada a falta de condições materiais para facilitar sua extensão por um período maior, mesmo nos países capitalistas dominantes. Ainda mais importante, um renascimento conjuntural como este nada teria a oferecer para a realização de uma alternativa socialista radical. Pois seria absolutamente impossível construir uma alternativa viável ao modo de controle sociometabólico do capital com base numa forma interna conjuntural de administração do sistema; uma forma que dependa da expansão e acumulação saudáveis do capital como precondição necessária de seu próprio modo de operação.

2.

As limitações setoriais e defensivas do movimento operário, tal como as conhecemos, não podem ser superadas por meio da centralização política e sindical deste movimento.

Esta falha histórica é hoje fortemente acentuada pela globalização transnacional do capital para a qual o movimento operário não tem resposta.

É preciso lembrar aqui que durante os últimos 150 anos, nada menos que *quatro Internacionais* foram fundadas numa tentativa de criar a necessária unidade internacional do movimento operário. Entretanto, nenhuma delas conseguiu nem mesmo se aproximar dos seus objetivos declarados, muito menos realizá-los. Este fato não pode ser entendido simplesmente em termos de traições pessoais que, mesmo que corretas em termos pessoais, ainda não o explicam por ignorarem as ponderáveis determinações objetivas que não podem ser esquecidas se esperamos resolver esta situação no futuro. Pois ainda falta explicar *por que* as circunstâncias conduziram a tais desvios e traições por um período histórico tão longo.

O problema fundamental é que a pluralidade setorial do movimento operário está intimamente ligada à pluralidade contraditória hierarquicamente estruturada dos capitais, seja em cada país, seja em escala mundial. Não fosse por ela, seria muito mais fácil imaginar a constituição da unidade internacional do movimento operário contra um capital unificado ou em condições de se unificar. Entretanto, dada a articulação necessariamente hierárquica e contraditória do sistema do capital, com sua iníqua ordenação de poder, seja no interior de cada país, seja em escala internacional, a unidade internacional do capital – à qual, em princípio, se poderia contrapor sem problemas a correspondente unidade internacional do movimento operário – não é viável. O fato histórico geralmente deplorado de que, nos grandes conflitos internacionais, as classes operárias de todos os países se tenham colocado ao lado daqueles que as exploravam em seu próprio país, ao invés de voltarem suas armas contra suas próprias classes dominantes, o que foram convidadas a fazer pelos socialistas, é explicado pelas relações contraditórias de poder a que acabamos de nos referir, e não pode ser reduzido a uma questão de “clareza ideológica”. Pela mesma razão, os que esperam uma mudança radical nesta direção resultante da unificação do *capital globalizante* e de seu “*governo global*” – que seriam combativamente enfrentados por um movimento operário unido internacionalmente e dotado de completa consciência de classe – também estão condenados ao desapontamento. O capital não vai prestar este “favor” ao movimento operário pela simples razão de não poder fazê-lo.

A articulação hierárquica e contraditória do capital é o princípio geral de estruturação do sistema, não importa o tamanho de suas unidades constituintes. Isto se deve à natureza interna do processo de tomada de decisões do sistema. Dado o antagonismo estrutural inconciliável entre capital e trabalho, este último está categoricamente excluído de todas as decisões significativas. Isto não se dá apenas no nível mais geral, mas até mesmo nos “microcosmos” constituintes deste sistema, em cada unidade de produção. Pois o capital, como poder alienado de tomada de decisão, não pode funcionar sem tornar suas decisões absolutamente inquestionáveis (pela força de trabalho) em cada unidade produtiva, pelos complexos produtivos rivais do país, em nível intermediário ou, na escala mais abrangente, pelo pessoal de comando de outras estruturas internacionais concorrentes. É por isto que o modo de tomada de decisão do capital – em todas as variedades conhecidas ou viáveis do sistema do capital – há forçosamente de ser alguma forma *autoritária* de administrar empresas *do topo*

para a base. Entende-se, portanto, que toda conversa de dividir o poder com a força de trabalho, ou de permitir a sua participação nos processos de tomada de decisão do capital, só existe como ficção, ou como camuflagem cínica e deliberada da realidade.

Esta incapacidade estruturalmente determinada explica por que a gama extremamente variada de desenvolvimentos monopolistas ao longo do século XX teve de assumir a forma de fusões – “hostis” ou “não hostis” (que acontecem por toda parte numa escala inimaginável), mas sempre fusões em que uma das partes se torna dominante, mesmo nos casos em que a racionalização ideológica do processo é falsamente representada como a “feliz união de iguais”. A mesma incapacidade explica, o que é da maior importância para a época atual, o fato significativo de que a globalização do capital atualmente em andamento produziu, e continua produzindo, gigantescas empresas *transnacionais*, que não são realmente *multinacionais*, apesar da conveniência ideológica destas últimas. Haverá no futuro muitas tentativas de correção desta situação mediante a criação e operação de empresas multinacionais propriamente ditas. No entanto, este problema há de continuar conosco mesmo nesta nova situação. Pois os futuros “acordos de alto nível” acertados pelas diretorias de multinacionais genuínas só são viáveis *na ausência de conflitos significativos de interesse* entre os vários países representados na multinacional em questão. Uma vez que surjam esses conflitos, os “acordos cooperativos harmoniosos” se tornam insustentáveis e o processo geral de tomada de decisão terá de reverter à conhecida variedade autoritária de cima para baixo, sob o peso avassalador do membro mais forte. Pois este problema é inseparável do das relações entre os capitais nacionais e *suas próprias forças de trabalho*, que sempre serão estruturalmente antagonísticas e conflituosas. Consequentemente, numa situação de conflito importante, nenhum capital nacional em particular pode se permitir, nem tem condições de sustentar, uma posição de desvantagem em consequência de decisões que pudessem favorecer uma força de trabalho antagonista no país e, por implicação, seu próprio concorrente capitalista no país. O “governo mundial” sob o comando do capital, com que tantos sonham, só se tornaria viável se fosse possível encontrar uma solução realizável para este problema. Mas nenhum governo, e ainda menos um “governo mundial”, será viável sem uma base material significativa, bem estabelecida e operacionalmente eficiente. A ideia de um governo mundial viável implicaria, como sua base material necessária, a eliminação de todos os antagonismos significativos da constituição global do sistema do capital e, portanto, a administração harmoniosa da reprodução sociometabólica por um único monopólio global incontestado, que incluía *todas as facetas* da reprodução social, com a feliz colaboração da força de trabalho global – verdadeiramente uma contradição em termos; ou um governo permanente, totalmente autoritário, e sempre que necessário extremamente violento, de todo o mundo por um país imperialista hegemônico: uma forma igualmente absurda e insustentável de administrar a ordem mundial existente. Somente um modo genuinamente socialista de reprodução sociometabólica tem condições de oferecer uma alternativa genuína para o pesadelo representado por estas soluções.

Outra determinação objetiva vital a ser enfrentada, por mais desconfortável que possa parecer, refere-se à natureza da esfera política e dos partidos em seu interior. Pois a centralização da setorialidade do movimento operário – uma setorialidade que deveria ser corrigida por seus partidos políticos – deve-se, em

grande parte, ao modo necessário de operação dos próprios partidos políticos, em sua oposição inevitável a seu adversário político no Estado capitalista, representante da estrutura geral de comando político do capital. Assim, todos os partidos políticos do movimento operário, inclusive o leninista, tiveram de se apropriar de uma dimensão política abrangente, para espelhar em seu próprio modo de articulação a estrutura política subjacente (o Estado capitalista burocratizado) à qual estavam submetidos. O que era problemático em tudo isto foi o fato de este espelhamento necessário e bem-sucedido do princípio estruturador do adversário não ter trazido consigo a visão realizável de uma forma *alternativa* de controle do sistema. Os partidos políticos do movimento operário não puderam elaborar uma alternativa viável porque se concentraram, em sua função de negação, exclusivamente na *dimensão política* do adversário, tornando-se, desta forma, completamente *dependentes do objeto que negavam*.

A dimensão vital inexistente, que os partidos políticos não podem suprir, era o capital, não como *comando político* (este aspecto foi efetivamente enfrentado), mas como o *regulador sociometabólico do processo de reprodução material* que, em última análise, determina *não somente* a dimensão política, mas muito mais além dela. Esta correlação única no sistema do capital, entre as dimensões política e reprodutiva material, é o que explica por que observamos movimentos periódicos, em tempos de graves crises socioeconômicas, em que se passa da articulação parlamentar democrática da política para as variedades autoritárias extremas, quando a desorganização dos processos sociometabólicos exige e permite tais movimentos, e que são seguidos da volta à estrutura política regulada pelas *regras democráticas formais de disputa*, no terreno metabólico do capital, recém-reconstituído e consolidado.

Como detém o controle efetivo de todos os aspectos vitais do sociometabolismo, o capital tem condições de definir a esfera de legitimação política separadamente constituída como um assunto estritamente *formal*, excluindo assim, *a priori*, a possibilidade de ser legitimamente contestado em sua esfera *substantiva* de operação reprodutiva socioeconômica. Ao se ajustar a tais determinações, o movimento operário, como antagonista do capital realmente existente, só pode se condenar à impotência permanente. Neste aspecto, a experiência histórica pós-capitalista é um triste alerta no que se refere à forma como atacou os problemas fundamentais da ordem negada a partir de diagnósticos errados.

O sistema do capital é formado por elementos inevitavelmente *centrífguos* (em conflito ou em oposição), complementados não somente pelo poder controlador da “mão invisível”, mas também pelas funções legais e políticas do Estado moderno. O grande erro das sociedades pós-capitalistas foi o fato de elas terem tentado compensar a determinação estrutural do sistema que herdaram pela *imposição* aos elementos adversários da *estrutura de comando extremamente centralizada* de um Estado político autoritário. E fizeram isto em vez de enfrentar o problema crucial de como *corrigir* – por meio da reestruturação interna e da instituição de um *controle democrático substantivo* – o caráter conflitante e o modo centrífugo de funcionamento das unidades reprodutivas e distributivas dadas. A remoção das personificações capitalistas privadas do capital não foi então suficiente para exercer o seu papel como o primeiro passo no caminho da prometida transformação socialista. Pois, na verdade,

foi mantida a natureza conflitante e centrífuga do sistema negado, por meio da superposição do controle político centralizado em prejuízo do trabalho. O sistema sociometabólico tornou-se ainda mais incontrollável do que em qualquer outra época no passado em razão do fracasso em substituir produtivamente a “mão invisível” da antiga ordem reprodutiva pelo autoritarismo voluntarista das novas personificações “visíveis” do capital pós-capitalista.

Contrariamente ao desenvolvimento do “socialismo realmente existente”, a transição para uma sociedade verdadeiramente socialista exige, como condição vital de sucesso, a progressiva devolução às pessoas dos poderes alienados de decisão política – e não apenas política. Sem que se readquiram esses poderes, não será concebível o novo modo de controle político do conjunto da sociedade pelas pessoas, nem a operação diária não conflitante, e portanto *agregadora e planejável*, das unidades produtivas e distributivas particulares pelos produtores associados autônomos.

A reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico. Não se pode deixar para um futuro distante a criação das mediações necessárias para realização deste objetivo. É aqui que a articulação defensiva e a centralização setorial do movimento socialista durante o século XX demonstram seu verdadeiro anacronismo e inviabilidade. Não se podem esperar bons resultados do confinamento da dimensão abrangente da alternativa radical hegemônica ao modo de controle sociometabólico do capital à esfera política. Entretanto, tal como se colocam hoje as coisas, a incapacidade de enfrentar a dimensão sociometabólica vital do sistema continua sendo a característica das corporações políticas organizadas do movimento operário. É este o grande desafio histórico do futuro.

3.

A possibilidade de enfrentar este desafio por meio de um movimento socialista radicalmente rearticulado é indicada por quatro importantes considerações.

A primeira é negativa. Resulta das contradições constantemente agravadas da ordem existente que acentuam o vazio das projeções apoloéticas de sua permanência absoluta. Pois é possível levar muito longe a destrutividade, como o demonstram nossas condições de vida cada vez mais deterioradas, mas não é possível estendê-la indefinidamente. A globalização em andamento é saudada pelos defensores do sistema como a solução de todos os problemas. Na verdade, entretanto, ela coloca em ação forças que põem em relevo não apenas a incontrollabilidade do sistema por qualquer método racional, mas também, simultaneamente, a própria incapacidade de ele cumprir suas funções de controle como condição de sua existência e legitimação.

A segunda consideração indica a possibilidade – mas apenas a possibilidade – de uma alteração positiva dos acontecimentos. Isto porque a relação entre capital e trabalho não é *simétrica*. Isto significa que, enquanto o capital depende *absolutamente* do trabalho – no sentido de que o capital inexistente sem o trabalho, que ele tem de explorar permanentemente –, a dependência do trabalho em relação ao capital é *relativa, historicamente criada e historicamente superável*. Em

outras palavras, o trabalho não está condenado a ser permanentemente contido no círculo vicioso do capital.

A terceira consideração é igualmente importante. Trata-se de uma alteração histórica na confrontação entre capital e trabalho, acompanhada da necessidade de procurar um meio diferente de afirmar os interesses vitais dos “produtores associados”. Esta consideração está em nítido contraste com o passado reformista que trouxe o movimento a um beco sem saída, liquidando simultaneamente até mesmo as limitadas concessões extraídas do capital no passado. Dessa forma, pela primeira vez na história, tornou-se absolutamente inviável a manutenção da lacuna mistificadora entre *metas imediatas* e *objetivos estratégicos globais*, que tornou o impasse reformista tão dominante no movimento operário. O resultado é que a questão do *controle real de uma ordem sociometabólica alternativa* já surgiu na agenda histórica, apesar das condições desfavoráveis para sua realização no curto prazo.

E, finalmente, como corolário necessário da última consideração, também surgiu a questão da *igualdade substantiva* em oposição à *igualdade formal* e à pronunciada *desigualdade hierárquica substantiva* dos processos de tomada de decisão do capital, assim como à forma como foram espelhados e reproduzidos na experiência pós-capitalista fracassada. Pois o modo socialista alternativo de controle de uma ordem sociometabólica não antagônica e realmente planejável – uma necessidade absoluta para o futuro – é inimaginável sem a igualdade substantiva como princípio estrutural e regulador.

4.

Numa entrevista dada a *Radical Philosophy* em abril de 1992, expressei minha convicção de que

O futuro do socialismo será decidido nos Estados Unidos, por mais pessimista que isto possa parecer. Tento indicar esta esperança na última seção de *The Power of Ideology*, onde discuto a questão da universalidade⁶. Ou o socialismo se afirma universalmente, e de tal forma que inclua todas as áreas, inclusive as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo, ou não terá sucesso.⁷

Na mesma entrevista, enfatizei o fato de que o fermento social e intelectual na América Latina promete para o futuro mais do que podemos encontrar atualmente nos países capitalistas avançados. Isto é compreensível, já que a necessidade de mudança radical é muito mais urgente na América Latina do que na Europa e nos Estados Unidos, e as soluções prometidas da “modernização” e “desenvolvimento” demonstraram não passar de uma luz que se afasta num túnel cada vez mais longo. Assim, apesar de ainda ser verdade que o socialismo tem de se qualificar como uma abordagem universalmente viável, que inclua também as áreas capitalistas mais desenvolvidas do mundo, não podemos pensar neste problema em termos de uma sequência temporal em que uma futura revolução social nos Estados Unidos tem de preceder

⁶ *The Power of Ideology*, Harvester Wheatsheaf, London, e New York University Press, 1989, pp. 462-70. Edição brasileira: *O poder da ideologia*, São Paulo, Editora Ensaio, 1996, pp. 606-16.

⁷ “Marxism Today”, publicado em *Radical Philosophy*, nº 62, outono de 1992.

tudo o mais. Longe disto. Pois, dada a enorme inércia gerada pelos interesses ocultos do capital nos países capitalistas avançados, junto com a cumplicidade consensual do trabalhismo reformista nesses países, é muito mais provável que uma convulsão social venha a ocorrer na América Latina do que nos Estados Unidos, com implicações de longo alcance para o resto do mundo.

A tragédia de Cuba – um país que iniciou a transformação potencialmente mais importante no continente – foi o fato de sua revolução ter sido isolada, devido, em grande parte, à maciça intervenção dos Estados Unidos em toda a América Latina, desde a América Central e Bolívia até o Peru e Argentina, além de tramar a derrubada do governo legitimamente eleito no Brasil para implantar uma ditadura militar, e instalar no Chile um ditador genocida, Augusto Pinochet. Naturalmente isto não ofereceu solução para os graves problemas subjacentes, foi apenas um adiamento do tempo em que se tornará inevitável enfrentá-los. Hoje, pressões potencialmente explosivas já são visíveis por toda a América Latina, desde o México até a Argentina, e do Brasil à Venezuela.

O Brasil, como o país econômica e politicamente mais importante, ocupa uma posição proeminente nesse quadro. Pudemos acompanhar o impacto da crise econômica brasileira de 1998-1999 nos Estados Unidos e na Europa, seguidas de frenéticas manchetes nos jornais capitalistas mais importantes. Manchetes que iam desde “£2.100 bilhões perdidos em ações”⁸ até “crise brasileira sacode uma Europa assustada”⁹. Até Henry Kissinger, que, como estrategista da política externa do presidente Nixon, teve papel importante na imposição de Augusto Pinochet ao povo chileno, fez soar o alarme, ao dizer que “se o Brasil for levado a uma recessão profunda, países como a Argentina e México, que se comprometeram com as instituições de livre mercado, podem ser atingidos”, acrescentando, com muita hipocrisia, que “o desafio imediato é vencer a crise no Brasil e preservar a economia de mercado e a democracia na América Latina. Um compromisso firme e claro das democracias industriais, lideradas pelos Estados Unidos, é essencial para garantir o apoio necessário para o programa brasileiro de reformas”¹⁰. Naturalmente, as preocupações de Kissinger não estavam relacionadas com o destino da democracia na América Latina, pela qual, em seus anos de poder, ele tinha demonstrado enorme desprezo agressivo, mas sim com as repercussões potenciais da crise brasileira sobre a potência imperialista hegemônica, um perigo que surgia numa área definida arrogantemente como o “quintal geopolítico” dos Estados Unidos.

⁸ Reportagem de John Waples, David Smith e Dominic Rushe, *The Sunday Times*, 4 de outubro de 1998, Seção 3 (Business), p. 1.

⁹ Artigo de Vincent Boland, *Financial Times*, 14 de janeiro de 1999, p. 41.

¹⁰ Henry Kissinger, “Global capitalism is stoking flames of financial disaster”, *The Daily Telegraph*, 7 de outubro de 1998, p. 20. É claro que os apologistas do sistema sempre procuram tirar proveito de qualquer circunstância, e tentaram criar uma vitória de propaganda até mesmo da crise mais óbvia. Dessa forma, *The Daily Telegraph*, no mesmo dia em que publicou o artigo de Kissinger, trouxe um editorial intitulado “Como opera o capitalismo”, em que ofereceu uma racionalização ideológica transparente da crise, declarando que “o capitalismo funciona exatamente por ser instável, assim como um caça é muito mais ágil por causa de sua instabilidade”.

No Brasil, a ala radical do movimento operário, tanto nos sindicatos quanto nos partidos políticos, teve um papel importante na derrubada da ditadura militar patrocinada pelos Estados Unidos. Dessa forma, ela também inspirou os movimentos radicais em outros locais da América Latina, mesmo que seus militantes continuem a argumentar que há ainda um longo caminho a percorrer até que se possam considerar erradicadas as contradições herdadas da esquerda histórica organizada. É também importante enfatizar que, apesar dos incríveis sucessos do capital em diferentes partes do mundo durante a última década, especialmente nas sociedades do “socialismo realmente existente”, as forças que trabalham pela instituição de uma ordem social diferente encontraram manifestações encorajadoras em várias partes do “quintal geopolítico” dos Estados Unidos, desde os Zapatistas no México, até os militantes que desafiam todas as dificuldades que favorecem a ordem estabelecida na Colômbia e em outros países da América Latina.

Além disto, é também muito significativo que os movimentos sociais radicais em questão queiram se livrar das limitações organizacionais da esquerda histórica a fim de conseguirem articular na ação não apenas a necessária negação do que aí está, mas também a dimensão positiva de uma *alternativa hegemônica*. É claro que ainda estamos num estágio muito inicial desses processos. Entretanto, para considerar apenas dois exemplos, já é possível mostrar alguns sucessos significativos. O primeiro exemplo é o Movimento dos Sem-Terra no Brasil, que continua a afirmar seus objetivos com grande rigor e coragem, gerando ecos em diferentes partes do mundo. O segundo exemplo, apesar de datar já de vários anos¹¹, acaba de ter sua importância reconhecida pela vitória eleitoral esmagadora do Presidente Chavez na Venezuela, e pelo sucesso ainda mais avassalador do Referendum Constitucional que se seguiu. As pessoas envolvidas nos dois exemplos tentam agora enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material à política, fazendo-o de formas diferentes mas complementares. O primeiro está abrindo caminhos no campo da produção material, desafiando o modo de controle sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa dos sem-terra, e já começando indiretamente a exercer influência no processo político brasileiro. O segundo, na Venezuela, evolui para o mesmo fim a partir da direção oposta: pelo uso da força política da Presidência e da Assembleia Constitucional, ele tenta introduzir alterações importantes e necessárias no terreno da reprodução material, como parte fundamental da alternativa visada.

O antagonismo e a resistência da ordem estabelecida, apoiados pelas forças mais reacionárias do imperialismo hegemônico mundial, às mudanças tentadas por esses movimentos e seus aliados em outras partes da América Latina deverão ser ferozes. Ao mesmo tempo, não há dúvidas de que o sucesso dos movimentos radicais alternativos vai depender em grande parte da solidariedade internacional socialista e de sua capacidade de inspirar também a esquerda organizada tradicional de seus países a se unir à luta. Pois somente um *movimento socialista de massas* tem condições de enfrentar o grande desafio histórico que nos espera no século decisivo à nossa frente.

Rochester, Inglaterra, janeiro de 2000

¹¹ Quatro anos antes da eleição presidencial na Venezuela, já se tinha antecipado, em *Beyond Capital*, o grande potencial positivo do movimento bolivarista radical de Hugo Chávez Frias, mesmo no terreno eleitoral, num contraste marcante com a noção amplamente aceita de que somente as “amplas alianças eleitorais” totalmente diluídas são viáveis hoje em dia. Ver capítulo 18, seção 18.4.3, desta edição.

Por um avanço dialético, a *busca de si próprio subjetiva* transforma-se em *mediação* do particular ao universal, resultando em que cada homem, ao ganhar, produzir e aproveitar por sua própria conta está *eo ipso* produzindo e ganhando para proveito de todos os outros. A *compulsão* que provoca isto está enraizada na *interdependência complexa* de cada um em relação a todos; agora isto se apresenta para cada um como o *capital permanente universal*.

HEGEL

A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, pelo menos em suas linhas básicas, e um modo de produção que repouse sobre esta base. Como o mundo é redondo, parece que isso já foi realizado, com a colonização da Califórnia e da Austrália e a anexação da China e do Japão. Para nós, a difícil questão é esta: a revolução no continente é iminente, e terá um caráter imediatamente socialista; não será *necessariamente esmagada* neste *cantinho do mundo*, já que num terreno bem mais vasto a sociedade burguesa ainda está em *ascensão*.

MARX

INTRODUÇÃO

O “cantinho do mundo” de que Marx falou em 1858 já não é mais um *cantinho*: os sérios problemas da crescente saturação do sistema do capital lançaram suas sombras por toda parte. A histórica ascendência do capital está hoje consumada naquele “terreno bem mais vasto” cuja desconcertante existência Marx teve de reconhecer em sua carta de 8 de outubro de 1858 para Engels. Vivemos hoje em um mundo firmemente mantido sob as rédeas do capital, numa era de promessas não cumpridas e esperanças amargamente frustradas, que até o momento só se sustentam por uma teimosa esperança.

Para muita gente, a presente situação parece fundamentalmente inalterável, conforme a caracterização de Hegel de que o pensamento e a ação são corretos e adequados – ou, para ele, “racionais” – apenas se submetidos às exigências do “*capital permanente universal*”. Além do mais, esta impressão de fatal inalterabilidade parece ser reforçada por um dos *slogans* políticos mais frequentemente repetidos pelos que tomam as decisões por nós como justificativa de suas ações: *não há outra alternativa*. Essa opinião continua sendo enunciada sem qualquer preocupação pela desesperança que resultaria do fato de esta proposição ser verdadeira. É bem mais fácil resignar-se à irreversibilidade do dilema afirmada no determinismo cego deste *slogan* político de nosso tempo – sem sequer tentar uma avaliação, muito menos um questionamento, de suas seriíssimas implicações – do que imaginar a forma de enfrentá-lo.

Entretanto, curiosamente, os políticos que jamais se cansam de repetir que não há alternativa para a situação hoje existente não hesitam em descrever, ao mesmo tempo, sua própria ocupação como “a arte do possível”. Recusam-se a notar a gritante contradição entre a autojustificativa tradicional da política como a socialmente benéfica “arte do possível” e a resignação defendida sem crítica à regra do capital para a qual, em sua visão – proclamada como a única racionalmente sustentável “no mundo real” –, não pode haver alternativa. Afinal, como entender a política como “a busca do *possível* socialmente confiável”, se a viabilidade de qualquer alternativa aos imperativos da ordem vigente está *a priori* excluída por ser *impossível*?

Evidentemente, o fato de tantos responsáveis pelas decisões – no Oriente e no Ocidente – adotarem a ideia de que não há alternativa alguma para as determinações prevalecentes não pode ser considerado simples aberração pessoal, passível de correção, de parte daqueles que a defendem. Ao contrário, essa ideia funesta emana do presente estágio do desenvolvimento do próprio sistema do capital global, com todas as suas interdependências paralisantes e margens de ação objetivamente cada vez mais estreitas. Na fase ascendente do desenvolvimento da sociedade de mercado toda uma série de alternativas significativas foi contemplada (e implementada com sucesso) no interesse da acumulação e da expansão rentáveis do capital pelos países capitalistas dominantes (como regra, também construtores de impérios).

As coisas mudaram bastante neste aspecto. A era do *capital monopolista* globalmente saturado não pode tolerar, no que diz respeito aos fundamentos e não aos acessórios decorativos, a prática do pluralismo político parlamentar, que outrora já serviu como a autojustificativa de estratégias reformistas social-democratas.

Portanto, não é de surpreender que a recente morte dos partidos de esquerda não esteja confinada à ignominiosa desintegração dos antigos partidos comunistas (stalinistas) tanto no Oriente como no Ocidente. A este respeito, é bem mais significativo (e, paradoxalmente, também mais estimulante) que a centenária promessa social-democrata de instituir o socialismo “aos pouquinhos” tenha demonstrado conclusivamente seu caráter ilusório com o abandono – agora, desavergonhadamente explícito – das primeiras aspirações sociais e políticas do movimento. É significativo e estimulante, apesar de tudo, porque a precária condição da política democrática de hoje – óbvia demais no medonho consenso relativo à ideia de que “não há alternativa” e suas consequências práticas diretas, como exemplificado, entre outras, pelas medidas legislativas autoritárias sentidas pelos sindicatos – só pode ser resolvida por um movimento extraparlamentar radical de massa. Movimento que não pode surgir sem que a classe trabalhadora seja sacudida da antiga ilusão firmemente institucionalizada de estabelecer o “socialismo aos pouquinhos”, dentro dos limites do capitalismo autorreformador.

O *slogan* interessado de que “não há alternativa” é muitas vezes associado à frase igualmente tendenciosa de autojustificação que proclama que “*no mundo real*” não pode haver alternativa ao curso da ação (ou inação) defendido. Supõe-se que esta proposição seja uma verdade óbvia, isentando automaticamente do ônus da prova todos os que continuam a afirmá-la.

No entanto, quando se pergunta de que espécie de “mundo real” estão falando, torna-se claro que é de um mundo totalmente fictício. Os defeitos estruturais e os *antagonismos* explosivos do mundo em que vivemos são negados, ou cegamente desconsiderados, com grandes justificações explicativas pelos que esperam que acreditemos que “no mundo real” não há alternativa alguma para a dócil aceitação das condições necessárias ao funcionamento sem problemas do sistema global do capital.

Em nome da razão, do bom senso e da “política real” somos convidados a nos resignar com o atual estado das coisas, não importa quão destrutivos sejam seus antagonismos, pois dentro dos parâmetros da ordem estabelecida – eternizada como a estrutura racional do essencialmente inalterável “mundo real”, com a “natureza

humana” e sua correspondente instrumentalidade reprodutiva ideal: o “mecanismo de mercado” etc. – não é possível enxergar-se solução alguma para as contradições onipresentes.

Assim, espera-se que finjamos para nós mesmos que as classes e contradições de classe já não existem ou não mais importam. Da mesma forma, pressupõe-se que o único rumo viável da ação no assim postulado “mundo real” seria ignorar ou “oferecer explicações que neguem” as evidências da instabilidade estrutural proporcionada por nossos próprios olhos, varrendo pressurosamente para baixo de um tapete imaginário os problemas crônicos e os sintomas da crise (ambos de gravidade cada vez maior) que diariamente a ordem social vigente coloca diante de nós.

Da maneira como andam as coisas hoje, os ideólogos da ordem estabelecida já não acreditam mais sequer na velha noção popularizada de mudá-las “aos pouquinhos”. Com o fim da fase ascendente do capitalismo, nenhuma mudança real pode ser considerada legítima – nem por uma grande intervenção estrutural, nem “aos pouquinhos”.

Se é verdade, como dizem eles, que “*não há alternativa*” para as determinações do sistema do capital no “*mundo real*”, então a própria ideia de *intervenções causais* – não importa se grandes ou pequenas – deve ser condenada como absurda. A única mudança admissível em tal visão de mundo pertence ao tipo que se preocupa com certos *efeitos* negativos estritamente limitados, mas sem qualquer efeito sobre sua *base causal* – o sistema dado de controle metabólico.

Contudo, se há uma interpretação que realmente merece ser chamada de absurdo total no reino da reforma social, esta não é a defesa de uma grande mudança estrutural, mas precisamente aquele tipo de exagerado otimismo cheio de explicações que *separa os efeitos de suas causas*. É por isto que a “guerra à pobreza”, tantas vezes anunciada com zelo reformista, especialmente no século XX, é sempre uma guerra perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital – os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza.

A tentativa de separar os efeitos de suas causas anda de mãos dadas com a igualmente falaciosa prática de atribuir o *status* de *regra* a uma *exceção*. É assim que se pode fazer de conta que não têm a menor importância a miséria e o subdesenvolvimento crônico que necessariamente surgem da dominação e da exploração neocolonial da esmagadora maioria da humanidade por um punhado de países capitalista desenvolvidos – poucos mais do que os componentes do G7. Como diz a lenda oportunista, graças à “*modernização*” (jamais realizada) do resto do mundo, a população de todos os países um dia gozará os grandes benefícios do “sistema da livre empresa”.

O fato de que a exploração predatória dos recursos humanos e materiais de nosso planeta em benefício de uns poucos países capitalistas seja uma condição *não generalizável* é maldosamente desconsiderado. Em vez disso, reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países “capitalistas avançados”, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do “Terceiro Mundo” na situação de dependência estrutural podem ser “universalmente difundidos” de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da “modernização” e do

“livre-mercado”. Sem mencionar o fato de que mesmo que a história do imperialismo pudesse ser reescrita num sentido diametralmente oposto à maneira como realmente se desdobrou, junto com a fictícia inversão das relações de poder de dominação e dependência existentes em favor dos países subdesenvolvidos, a adoção generalizada da utilização predatória dos limitados recursos de nosso planeta – já enormemente prejudicial, embora hoje praticada apenas por uma minúscula minoria privilegiada – faria todo o sistema desmoronar instantaneamente. A esse respeito, basta pensar na tremenda discrepância entre o tamanho da população dos Estados Unidos – menos de 5 por cento da população mundial – e seu consumo de 25 por cento do total de recursos energéticos disponíveis. Não é preciso grande imaginação para se ter uma ideia do que aconteceria se os outros 95 por cento adotassem o mesmo padrão de consumo e tentassem retirar *dezenove vezes* 25 por cento dos restantes 75 por cento.

Esconder o vazio das prometidas soluções corretivas é a conveniente função ideológica da transformação em *regra universal* das condições rigorosamente *excepcionais* dos poucos privilegiados. Somente num mundo inteiramente fictício, em que os efeitos podem ser separados de suas causas, ou mesmo postos em oposição diametral a elas, é que essa interpretação pode ser considerada viável e correta. Por esta razão, tais falácias – a primeira, que estipula a possibilidade de manipulação de efeitos em si e por si, isolados das causas, e a segunda, a universalização de exceções impossíveis de serem generalizadas – estão tão estreitamente atadas na ideologia “pragmática” dominante. Ideologia que encontra justificação definitiva em sua descrição da ordem do “mundo real” para a qual “não pode haver nenhuma alternativa”.

Margaret Thatcher ganhou o apelido de TINA – a sigla de *There Is No Alternative* (“não há alternativa”) – por negar com monótona regularidade a possibilidade de alternativas. Seguindo em seus calcanhares, Mikhail Gorbachev continuou a repetir a mesma opinião em incontáveis ocasiões. Ironicamente, a sra. Thatcher teve de descobrir que *tinha* de haver alguma alternativa para ela, quando o Partido Tory lhe tomou o poder. Àquela altura, ela suspirou: *It's a funny old world!* – que em português dá mais ou menos: “Este mundo é engraçado!” –, mas recusou-se a nos informar se, em sua opinião, o “mundo engraçado” ainda mantinha o *status* de “mundo real” que a tudo absolve.

O secretário do Partido e presidente Gorbachev também não se deu muito melhor que a sra. Thatcher, pois perdeu não apenas o cargo, mas todo o sistema estatal que havia governado e tentado transformar em sociedade capitalista de mercado, em nome do “não há alternativa”. Todavia, seu caso era bem mais complicado que o da ministra britânica. É perfeitamente compreensível que alguém como Margaret Thatcher adotasse de coração e “internalizasse” como correto e adequado – ou seja, não apenas *de facto*, mas também *de jure* – a margem de ação cada vez mais estreita permitida pelos imperativos da ordem capitalista. Gente como a baronesa Thatcher dança ao som do dinheiro.

No entanto, tudo foi muito diferente na outra vertente do divisor social. Ao adotar a ideia de que “não há alternativa” como justificativa para suas políticas, os que se dizem socialistas deixam de ter qualquer coisa a ver com o socialismo, pois o projeto socialista foi desde o início definido como alternativa à ordem social estabelecida. Portanto, não é surpresa que durante os anos de seu governo, na esteira

de sua conversão à filosofia de que “não há alternativa”, Mikhail Gorbachev tivesse abandonado até mesmo as mais vagas referências ao socialismo. Ele terminou – em seu discurso de renúncia – desejando para o futuro, num vácuo social completo, “democracia e prosperidade”. Dado o desastroso legado que deixou, seus votos auspiciosos devem ter soado especialmente ocos para seus compatriotas famintos.

Em todo caso, a dedicação de nossos líderes políticos ao avanço dos imperativos do sistema do capital não elimina suas deficiências estruturais e seus antagonismos potencialmente explosivos. Ao contrário da laboriosamente cultivada mitologia da ordem vigente, as perigosas contradições são *intrínsecas* e não *exteriores* a ela. É por isso que o mundo é hoje – depois da capitulação do antigo “inimigo externo” e da curta celebração triunfalista do “fim da guerra fria” – um lugar muito mais instável do que já foi.

À luz dos fatos recentes, que trouxeram consigo não apenas o fragoroso desmoronamento do sistema soviético stalinista irreformável (e seus territórios anteriormente dependentes da Europa Oriental), mas também o enfraquecimento das instituições otimistas erigidas no Ocidente capitalista com a queda da União Soviética, somente um idiota pode acreditar que agora podemos marchar tranquilamente na direção do milênio liberal-capitalista. Na verdade, a ordem existente demonstra-se insustentável, não apenas devido às crescentes “disfunções” socioeconômicas resultantes da imposição diária de suas desumanidades sobre milhões de “infelizes”, mas também em razão do esvaziamento espetacular das mais caras ilusões relativas ao irreversível poder estabilizador socioeconômico da vitória do mundo capitalista avançado sobre o inimigo de ontem.

A consciência desta insustentabilidade ajuda a manter a esperança de uma mudança estrutural básica, apesar de todos os empecilhos e decepções amargas do passado recente. Encher buracos cavando buracos cada vez maiores – o que tem sido a maneira predileta de solucionar os problemas na presente fase do desenvolvimento – é algo que não pode continuar indefinidamente. Descobrir uma saída do labirinto das contradições do sistema do capital global por meio de uma transição sustentável para uma ordem social muito diferente é, portanto, mais imperativo hoje do que jamais o foi, diante da instabilidade cada vez mais ameaçadora.

Inevitavelmente, o desafio histórico de instituir-se uma alternativa viável à ordem dada também exige uma grande reavaliação do quadro estratégico do socialismo e das condições de sua realização, diante dos fatos e decepções do século XX. Necessitamos urgentemente de uma teoria socialista da transição, não simplesmente como antídoto para as absurdas teorizações do “fim da história” e o concomitante enterro prematuro do socialismo. Em seus próprios termos positivos, uma teoria da transição é necessária para que se reexamine o quadro conceitual da teoria socialista, elaborada originalmente em relação ao “cantinho do mundo” europeu.

Ao contrário das potencialidades objetivas do desenvolvimento capitalista confinado ao limitado cenário europeu, os sérios problemas que surgem da consolidação global de um sistema imensamente poderoso – que se desenvolveu com sucesso ao longo da ascendência histórica do capital durante os últimos cento e

cinquenta anos, assumindo uma forma “híbrida”, em oposição à sua variedade “clássica”, com relação ao funcionamento da lei do valor – têm implicações de longo alcance para a necessária reformulação das estratégias originais de emancipação socialista. As desconcertantes transformações e reversões que testemunhamos em nosso século só podem se tornar inteligíveis se reavaliadas dentro deste quadro mais geral do sistema do capital global, no momento em que ele veio a dominar o mundo em sua realidade histórica dinâmica e contraditória. O mesmo se pode dizer com relação à possibilidade de implementar uma mudança estrutural fundamental numa direção verdadeiramente socialista: ela deve se tornar viável e convincente em termos da dinâmica histórica exatamente do mesmo sistema do capital global “realmente existente” a que o modo socialista de controle tenciona proporcionar a necessária alternativa, por meio da autogestão dos produtores associados.

Além da falsa estabilidade da “Aldeia de Potemkin” global, erigida a partir das imagens sonhadas da “Nova Ordem Mundial”, não é muito difícil apontar sintomas de crise que fazem prever a queda da ordem política e socioeconômica estabelecida. No entanto, a profunda crise estrutural do sistema do capital está muito longe de, em si e por si, ser suficiente para inspirar confiança num bom resultado. As peças devem ser recolhidas e reunidas de forma positiva no devido tempo. E, nesse caso, nem mesmo as mais graves crises ou as mais sérias falhas serão, por si sós, de muita ajuda.

Sempre é incomparavelmente mais fácil dizer “não” do que esboçar uma alternativa concreta para o objeto negado. Uma negação parcial do existente só pode ser considerada plausível e legítima se baseada numa visão estratégica coerente de todo o complexo social. A alternativa proposta – explícita ou implicitamente – por qualquer negação séria das condições dadas deve ser sustentável em seu próprio quadro de um conjunto social, caso se espere que tenha êxito contra o poder “incorporador” do mundo estabelecido, potencialmente sempre “híbrido”, em que as forças de uma crítica desejam penetrar.

A proposta do projeto socialista, como foi originalmente concebido, era precisamente contrapor esta alternativa estratégica global à existente, e não remediar, de forma integrável, alguns de seus defeitos mais gritantes. Esta última opção só poderia facilitar – como realmente o fizeram certas variedades do reformismo – a continuação do funcionamento do modo de controle metabólico do capital dentro do novo sistema “híbrido”, apesar de sua crise.

Com o passar do tempo, os adversários políticos socialistas da sociedade da mercadoria fragmentaram-se irremediavelmente pelas recompensas que a ordem vigente podia oferecer; o sistema do capital como tal adaptou-se muito bem a toda crítica parcial vinda de partidos social-democratas, ao mesmo tempo em que enfraquecia a proposta socialista original como alternativa estratégica. A ideologia vigente – compreensivelmente, de seu próprio ponto de vista – declarou que o “holismo” era o inimigo ideológico, confiante em que mesmo a mais feroz crítica parcial torna-se bastante impotente se o seu referencial totalizador de inteligibilidade (e potencial legitimidade) foi categoricamente declarado fora de questão com a ajuda do palavirão pseudofilosófico exorcizante que é o “holismo” (ou seus inúmeros equivalentes).

Assim, a aprovação positiva do quadro geral e da estrutura de comando do capital tornou-se a premissa absoluta de todo discurso político legitimado nos países capitalistas e foi muito bem aceita como referencial comum pelos interlocutores social-democratas e trabalhistas. Ao mesmo tempo, e apesar de seu radicalismo verbal, o sistema stalinista refletia em detalhes, à sua própria maneira, a estrutura de comando do capital, liquidando, junto com incontáveis militantes que tentavam permanecer fiéis à busca originalmente pretendida de emancipação, até a memória dos legítimos objetivos socialistas.

Portanto, é compreensível que essas duas principais perversões práticas do movimento internacional da classe trabalhadora, emanando de circunstâncias sócio-históricas muito diferentes, tenham abalado fatalmente toda crença na viabilidade da alternativa socialista com que por muito tempo se haviam falsamente identificado. Na realidade, longe de serem negações socialistas coerentes e abrangentes da ordem estabelecida, ambas representavam *a linha de menor resistência* sob suas específicas condições históricas, acomodando-se, como modos de controle social, às exigências interiores do sistema do capital incorrigivelmente hierárquico.

Assim, por um lado, a falha da estratégia social-democrata (dada sua aceitação espontânea das restrições impostas pelos parâmetros do “capitalismo autorreformador”) teve no final de assumir a forma do abandono total das metas socialistas outrora sustentadas. Por outro lado, todos os esforços de “reestruturação” do sistema stalinista, desde a “desestalinização” de Krushev até a “perestroika” de Gorbachev (produzida quando o governo da sociedade, por meio de estados de emergência artificiais e seus campos de trabalho correspondentes, tornou-se econômica e politicamente insustentável), tiveram de naufragar, porque os supostos reformadores sempre detiveram o controle da estrutura hierárquica de comando da ordem social pós-revolucionária, com sua extração política autoritária do trabalho excedente (que, ao contrário, deveria ter sido objeto de ataque permanente). Eles não poderiam pretender que a estrutura estabelecida fosse reestruturada a menos que preservassem sua característica global de estrutura hierárquica, já que eles mesmos ocupavam, como se por direito de nascença, os mais altos escalões. E, por meio de seu empreendimento, em si contraditório, de “*reestruturar*” *sem mudar a própria estrutura* como encarnação da divisão hierárquica do trabalho social (exatamente como a social-democracia desejava *reformular o capitalismo sem alterar sua essência capitalista*), eles condenaram o sistema soviético a tropeçar de uma crise a outra.

A “crise do marxismo”, sobre a qual nas últimas décadas muito se escreveu, na verdade denotava a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professavam sua lealdade à concepção marxiana de socialismo. O clamoroso fracasso histórico dos dois movimentos principais – a social-democracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em stalinismo – permitiu uma avalanche de todos os gêneros de propaganda triunfalista para celebrar a morte da ideia socialista como tal. Os efeitos negativos desta propaganda não podem ser enfrentados simplesmente com a identificação dos interesses materiais que escoram as celebrações antissocialistas, pois o que aconteceu não aconteceu sem causas históricas de peso. Hoje o mundo do capital é de fato muito diferente do que era no momento em que o moderno movimento socialista iniciou sua viagem na primeira metade do século XIX. Sem um exame rigoroso das décadas

intermediárias do desenvolvimento – orientado para o referencial teórico estratégico da alternativa socialista tanto quanto para suas exigências organizacionais radicalmente alteradas – o projeto socialista não pode renovar-se. Este é o problema que todos os socialistas devem enfrentar no futuro previsível.

O presente volume tenciona ser uma contribuição para a tarefa de reavaliação e esclarecimento teórico. Como já foi mencionado no Prefácio da terceira edição de *Marx's Theory of Alienation* de 1971, todo o projeto surgiu a partir da análise da crítica da alienação de Marx, em relação à afirmação feita tanto no Oriente como no Ocidente (e no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, por pessoas como Daniel Bell) de que a preocupação de Marx com a emancipação da regra do capital pertencia ao século XIX, pois não apenas as classes e os antagonismos de classe, mas todos os aspectos da alienação haviam sido irreversivelmente superados com sucesso. Tendo sentido diretamente o regime stalinista e a sangrenta repressão do levante de 1956 na Hungria pelo Exército Vermelho (aplaudida, para sua vergonha indelével, pelos partidos comunistas do Ocidente), para mim ficou muito claro que não apenas o proclamado fim da alienação no Leste era um conto de fadas, mas também que o sistema soviético existente absolutamente nada tinha em comum com o socialismo.

Igualmente, a experiência direta da vida no Ocidente depois de 1956 deixou muito claro que a alienação capitalista continuava a impor desumanidades e sofrimento absolutos à esmagadora maioria dos povos do “Mundo Livre”, especialmente naquela parte que os apologistas da sociedade de mercado preferiam chamar de “Terceiro Mundo”, de modo a poder atribuir a culpa aos países preocupados com os graves problemas de seu chamado “subdesenvolvimento”, e não a determinada espécie de *desenvolvimento capitalista*: o desenvolvimento de total subordinação e dependência estrutural em relação ao “Primeiro Mundo”.

Além do mais, um exame mais detalhado da estrutura interna de poder até mesmo dos países capitalistas mais avançados revelou que – apesar dos relativos privilégios de seus trabalhadores em relação às condições de incontáveis milhões nos antigos territórios coloniais – eles preservaram essencialmente inalteradas as relações exploradoras de classe características do sistema do capital alienador. Apesar também de todo atordoamento teórico, a questão decisiva, que se aplica a todos os graus e categorias de trabalhadores em toda parte, era e continua a ser a *subordinação estrutural do trabalho ao capital*, e não o padrão de vida relativamente mais elevado dos trabalhadores nos países capitalistas privilegiados. Tais privilégios relativos podem facilmente desaparecer em meio a uma grande crise e ao desemprego crescente, como o que hoje experimentamos. A posição de classe de quaisquer grupos diferentes de pessoas é definida por sua *localização no comando da estrutura de capital* e não por características sociológicas secundárias, como o “estilo de vida”. No que diz respeito à sua localização necessariamente subordinada na estrutura de comando do capital, não há nenhuma diferença entre os trabalhadores dos países mais “subdesenvolvidos” e seus semelhantes nas sociedades capitalistas mais privilegiadas. Um trabalhador nos Estados Unidos ou na Inglaterra pode ser dono de um punhado de *ações sem direito a voto* numa empresa privada, mas os Robert Maxwell deste mundo, protegidos pelas brechas legais do Estado capitalista, podem

roubá-lo com a maior facilidade até em seus *fundos de pensão** duramente conquistados, como se descobriu depois da estranha morte de Maxwell, sujeitando-o às condições de grave insegurança existencial, totalmente à mercê do poder alheio – o capital – para o qual, como diz a história do bicho-papão criada para assustar as crianças, “não há alternativa”.

Tudo isto aponta para a conclusão de que, em sua origem, o projeto socialista, se complementado pelas evidências das circunstâncias históricas alteradas, mantém sua validade para o presente e para o futuro. Não obstante, à luz da desanimadora experiência pessoal e histórica, era necessário admitir que só se poderia permanecer socialista *apesar* e não *por causa* da União Soviética, ao contrário da maneira como muita gente no Ocidente tentou preservar suas convicções esquerdistas por delegação, abstraindo as condições de seus próprios países e ao mesmo tempo ficcionalizando a realidade de seu proclamado modelo.

Dada essa diferença na perspectiva, o recente desmoronamento do sistema soviético não poderia vir como grande surpresa; seria, no mínimo, esperável depois do choque de 1956 e do fracasso da desestalinização posterior. (O leitor poderá encontrar comentários sobre a permanência da alienação e sobre os insuperáveis antagonismos característicos do instável sistema do tipo soviético não apenas em *Marx's Theory of Alienation* – escrito entre 1959-1969 e publicado em 1970 –, mas também na Parte IV deste *Para além do capital*, escrito entre 1970 e 1990.) Contudo, a importância do projeto socialista é infinitamente maior do que a da antiga União Soviética. Ele foi concebido como um meio de superar o poder do capital muito tempo antes da existência da União Soviética e permanecerá conosco, numa forma adequada às circunstâncias históricas alteradas, muito tempo depois que o pesadelo stalinista estiver completamente esquecido. O desafio de ir “para além do capital” por meio do estabelecimento de uma legítima ordem socialista diz respeito a toda a humanidade.

O título deste volume – *Para além do capital* – deve ser entendido em três sentidos:

- 1) O significado central da expressão “além do capital” pretendido pelo próprio Marx quando empreendeu a monumental tarefa de escrever seu *O capital*. Neste sentido, significa ir além do *capital em si* e não meramente *além do capitalismo*. (Para um resumo sucinto dessa questão, ver Parte IV, capítulos 2 e 4 do presente volume; para uma discussão mais detalhada, ver os capítulos 2, 4, 5, 17 e 20.)
- 2) Além da versão *publicada* de *O capital* de Marx, inclusive seu segundo e terceiro volumes impressos postumamente, bem como o *Grundrisse* e as *Teorias*

* A verdadeira extensão desse gênero de práticas talvez um dia faça com que o roubo de Maxwell (miseros 350 milhões de libras) empalideça e se torne insignificante. Têm surgido reportagens dizendo que “para cobrir alguma escassez de dinheiro, a General Motors gastou seu fundo de pensão de 15 bilhões de dólares, como permite a lei norte-americana. Contudo, hoje 8,9 bilhões de dólares do dinheiro poupado para os pensionistas estão a descoberto” (Andrew Lorenz e John Durie, “GM faz uma última tentativa de evitar a quebra financeira” – *The Sunday Times*, 1º de novembro de 1992, Seção 3, p. 9). Assim, a fraudulência não é mínima nem excepcional, mas pertence à normalidade do sistema do capital.

da mais-valia. Todo o projeto a que Marx dedicou sua vida não permaneceu apenas *inacabado*, mas – segundo o plano rapidamente esboçado pelo autor em suas cartas e seus prefácios – só foi completado em seus estágios iniciais; portanto, não poderia refletir adequadamente suas intenções registradas.

- 3) Além do projeto marxiano em si, como ele poderia ser articulado sob as circunstâncias da ascendência global da sociedade de mercado no século XIX, quando as possibilidades de adaptação do capital como sistema de controle “híbrido” – que só se tornou plenamente visível no século XX – ainda estavam ocultas do exame teórico.

O conteúdo de *Para além do capital* pode ser resumido como se segue.

As partes I e II, que constituem a primeira metade do livro, tratam da *incontrolabilidade do capital e sua crítica*; a segunda metade faz um levantamento dos problemas do *enfrentamento da crise estrutural do capital*.

A Parte I – *A sombra da incontrolabilidade* – enfoca as razões vitais para se ir *além do capital* e a necessidade realmente inevitável de fazê-lo no interesse da sobrevivência da humanidade. Como ponto de partida, a idealização hegeliana do “capital permanente universal” – a notável concepção filosófica e monumental racionalização da ordem burguesa – é contraposta à conclusão real da ascendência histórica do capital na forma de um sistema global não apenas incontrolável, mas em última análise destrutivo e autodestrutivo. Os aspectos salientes da *ordem da reprodução sociometabólica do capital*, que fazem prever desde o início sua incontrolabilidade, são discutidos no capítulo 2. Depois disso, no capítulo 3 há uma análise das grandes teorias destinadas a encontrar *soluções para a incontrolabilidade do capital, do ponto de vista do capital*. Os capítulos 4 e 5 levam em conta a importantíssima questão dos limites, a começar da forma como se devem tratar a causalidade e o tempo neste sistema, seguido por uma detalhada avaliação do *círculo vicioso das mediações de segunda ordem do capital* (além de uma crítica de seus apologistas, como Hayek), e conclui com uma análise dos *limites relativos e absolutos do sistema do capital* como um modo singular – na história humana, bastante excepcional – de reprodução sociometabólica. Aqui, no capítulo 5, isolam-se quatro questões especialmente importantes, cada uma constituindo o ponto central de alguma das grandes contradições: (1) o antagonismo entre o capital transnacional que se afirma globalmente e os Estados nacionais, que continua irreconciliável apesar dos esforços mais do que ansiosos das personificações do capital no domínio político para tornar palatável o impulso para a “globalização” sob a hegemonia de um punhado de “jogadores globais”; (2) o impacto catastrófico das práticas produtivas do capital “avançado” sobre o ambiente natural, tendendo à destruição completa das condições mais básicas da reprodução sociometabólica; (3) a incapacidade total do sistema do capital – inclusive de suas variedades pós-capitalistas – de corresponder ao desafio irreprimível da liberação das mulheres, da igualdade real, expondo assim a vacuidade da forma tradicional de tratar o problema da desigualdade por meio de concessões formais/legais vazias e sob a hipócrita retórica de “oportunidades iguais”; e (4) o câncer do desemprego crônico que devasta o corpo social mesmo nos países de capitalismo mais avançado,

ridicularizando o artigo de fé do consenso liberal-conservador-trabalhista posterior à Segunda Guerra Mundial que proclamou – e cuja realização reivindicou – o “pleno emprego numa sociedade livre”.

A Parte II trata do *Legado histórico da crítica socialista*. Aqui, o procedimento não pode ser uma narrativa histórica direta do legado teórico socialista, mesmo porque os graves problemas que os socialistas hoje enfrentam não resultaram de preocupações teóricas e políticas gerais. Eles irromperam da dolorosa experiência histórica – o aparecimento prático de uma tentativa de obter um ponto de apoio para uma ordem pós-capitalista no século XX e sua posterior queda desastrosa – em relação à qual todos aqueles que defendiam a instituição de uma alternativa socialista viável para a regra do capital sempre tiveram de definir suas próprias posições, amplamente diferentes entre si e até opostas em sério conflito. Neste sentido, contra o pano de fundo dos desenvolvimentos sociais e econômicos marcados pela impressionante implosão do sistema soviético, hoje – mais do que nunca – é impossível pensar nas perspectivas futuras do socialismo sem uma reavaliação crítica radical da experiência histórica relevante. Esta é a razão por que nosso ponto de partida deve ser a forma como o movimento socialista fundado por Marx e Engels produziu um novo marco histórico, com a irrupção e sobrevivência temporária da Revolução Russa. Esta redefiniu, inevitavelmente e em termos práticos bastante tangíveis, a perspectiva da transformação socialista contemplada inicialmente. Em consequência, a negação teórica e política do capitalismo inicialmente prevista tinha de ser complementada pela demonstração da viabilidade da ordem pós-revolucionária em termos socioeconômicos positivos. No entanto, mesmo antes que fossem dados os primeiros passos naquela direção, a Revolução Russa ascendeu – por meio da defesa bem-sucedida do poder do Estado, recém-conquistado, contra a intervenção capitalista ocidental – ao *status* de modelo, apesar das enormes restrições sócio-históricas da situação real.

A ala radical do movimento socialista tentou se ajustar a esta circunstância, assim como devemos, de forma muito diferente, fazer agora com relação às graves implicações desse colapso. Para reavaliar esses problemas em sua devida perspectiva histórica, os capítulos 6-10 – que tratam dos *desafios das mediações institucionais e materiais na órbita da Revolução Russa* – analisam *História e consciência de classe*, de Lukács, como obra teórica representativa, concebida em resposta à Revolução de Outubro: essa obra ofereceu, em seus termos intensos de referência, perspectivas bastante idealizadas de desenvolvimento para o conjunto do movimento socialista. O volume de ensaios de Lukács, baseado no envolvimento pessoal do autor nos eventos revolucionários da Hungria em 1918-19, na qualidade de ministro da Educação e Cultura, e mais tarde no movimento socialista internacional, ofereceu uma teorização direta do problema representado pela Revolução Russa. *História e consciência de classe* (publicado em 1923) ofereceu uma formidável generalização filosófica das conquistas históricas de outubro de 1917 e transformou em patrimônio positivo as monumentais dificuldades com que teve de lutar a “revolução no elo mais fraco da corrente”.

Foi assim que a obra de Lukács adquiriu seu caráter representativo e sua lendária influência. Em meio à profunda crise intelectual causada pela conflagração da Primeira Guerra Mundial e suas consequências socialmente explosivas, *História e consciência de classe* também procurava construir uma ponte entre a conceituação

hegeliana do sistema do capital global e a visão socialista de Marx, para convencer a todos os intelectuais que desejavam admitir a própria crise mas não conseguiam responder em termos positivos ao diagnóstico e às soluções marxistas. Nos capítulos 6-10, *História e consciência de classe* é situado no quadro da subsequente evolução teórica de seu autor. Por esta última, percebe-se que sob as crescentes restrições impostas pela fria realidade do “socialismo realmente existente”, que recebeu uma crítica devastadora de Trotsky, as necessárias – mas inviáveis, sob as condições do stalinismo (incluindo sua fase de desestalinização frustrada) – mediações materiais e institucionais do ideal socialista tiveram de desaparecer completamente dos horizontes do grande filósofo húngaro, que eliminou até a dimensão limitada em que estavam presentes ao tempo em que *História e consciência de classe* foi escrito. As raízes intelectuais da posição final de Lukács já podem ser encontradas em sua notável *História e consciência de classe*, obra na qual tentava encontrar alternativa urgentemente necessária à ordem dada num apelo direto, nobre mas totalmente abstrato, à consciência moral dos indivíduos, ainda que mais tarde estivessem grandemente acentuadas em consequência da interrupção do desenvolvimento do sistema pós-revolucionário soviético e de seus transplantantes no Leste europeu. A forma como, nos últimos anos, inúmeros intelectuais decepcionados que haviam compartilhado a posição de Lukács – os que foram educados na tradição da “teoria crítica” de Frankfurt ou nos partidos comunistas do Ocidente – voltaram-se inteiramente contra a ideia do socialismo acentua a necessidade de fundamentar as expectativas socialistas em base material muito mais segura.

A segunda metade da Parte II trata dos problemas da *ruptura radical e transição na herança marxiana*. Ao retomar o desafio implícito na trajetória intelectual representativa de Lukács, levam-se em conta as grandes dificuldades a enfrentar em qualquer tentativa de elaborar uma teoria socialista da transição. Para tanto, vai-se até as origens do movimento socialista, examinando com algum detalhe, à luz dos fatos históricos subsequentes, a visão do próprio Marx. Depois de discutir a forma como a teoria marxiana foi concebida e, direta ou indiretamente, afetada pelos objetos de sua negação (especialmente a teoria liberal e a visão hegeliana do desenvolvimento histórico do mundo), os capítulos 11-13 exploram a resposta real da burguesia ao movimento internacional emergente da classe trabalhadora, analisando a capacidade do capital de ajustar seu modo de controle às condições sócio-históricas alteradas. A este respeito agigantam-se os problemas do Estado, pois o *deslocamento* temporariamente viável (muitas vezes entendido equivocadamente como a *superação* permanente) das contradições internas do sistema do capital anda de mãos dadas com uma mudança fundamental do capitalismo, do *laissez-faire* para uma confiança cada vez maior na intervenção direta do Estado nas questões econômicas, ao mesmo tempo em que a mistificação ideológica continua a glorificar o “livre-mercado”, praticamente inexistente, o faz de conta da “ausência da intervenção do Estado” e as virtudes do individualismo sem restrições. As inevitáveis dificuldades teóricas de Marx – manifestas nas ambiguidades temporais dos desdobramentos por ele previstos e na ausência das necessárias mediações institucionais entre o sistema do capital rejeitado e a alternativa defendida – são explicadas no contexto dessas transformações históricas, preocupadas com a direção tomada pelo movimento da classe trabalhadora como movimento de massa (críti-

cada por Marx em relação ao “Programa de Gotha”, da social-democracia alemã) e também com as possibilidades dinâmicas de expansão abertas para o capital pela nova fase de desenvolvimento, sintonizada com a “ascendência global” do sistema, na época longe de exaurida.

A Parte III – *A crise estrutural do sistema do capital* – parte do fato sombrio de que todas as três grandes formas de desenvolvimento do século XX descumpriram totalmente suas promessas: a acumulação e expansão monopolista do capital privado, a “modernização do Terceiro Mundo” e a “economia planejada” do tipo soviético. Cinquenta anos de “modernização” deixaram o “Terceiro Mundo” numa condição pior do que nunca; o sistema soviético teve um colapso dramático, sem qualquer perspectiva de estabilização pela entrada no clube do “capitalismo avançado”, pois até a restauração bem-sucedida de uma forma “subdesenvolvida” de *capitalismo dependente* impôs dificuldades proibitivas ao sistema que se estilhasse; e os poucos países privilegiados de “capitalismo avançado” estão passando por repiques de recessão em intervalos cada vez mais curtos. Além do mais, para muitos destes (inclusive a Inglaterra e, o que é mais grave para a sobrevivência de todo o sistema do capital, os Estados Unidos), tais recessões estão associadas a um verdadeiro *buraco negro* de dívidas insolúveis, eufemisticamente descritos pelos defensores da ordem estabelecida como “dívidas pendentes”. Como o domínio do “capitalismo avançado” ocidental hoje é esmagador, os limites inerentes da extração da mais-valia economicamente regulada dentro deste sistema têm importância decisiva no que diz respeito aos desenvolvimentos futuros da ordem global. Para fugir das contradições cada vez mais intensas, o índice decrescente de utilização sob o “capitalismo avançado” demonstra sua limitada viabilidade e insustentabilidade irreversível, mesmo quando se mobilizam recursos maciços do Estado a serviço do complexo militar/industrial, pois isto tende a ativar um dos limites estruturais impossíveis de serem transcendidos pelo sistema do capital: a destruição, em nome do lucro, dos recursos não renováveis do planeta. Mais do que isto, esta maneira de administrar a taxa de utilização decrescente, mesmo hoje (apesar de toda a conversa sobre a “Nova Ordem Mundial”) ainda em associação com um imenso complexo militar/industrial diretamente sustentado pelo Estado, continua a desperdiçar recursos humanos e materiais numa escala proibitiva, em nome do “preparo militar” contra um inimigo que já não mais se identifica, e no qual muito menos se acredita; desse modo, realça-se repetidamente o fato de que as verdadeiras razões por trás de tais práticas são primordialmente *econômicas* e não *militares*. Sob as novas circunstâncias históricas, as crises também se desdobram de forma muito diferente. No período da ascendência global do capital, as crises irrompiam na forma de “grandes tempestades” (Marx), seguidas por fases relativamente longas de *expansão*. O novo padrão, com o fim da era da ascendência histórica do capital, é a crescente frequência das fases de *recessão* tendendo a um *continuum em depressão*. Dada a característica globalmente entrelaçada do sistema do capital autocontido – que faz todas as conversas sobre a “sociedade aberta” soarem totalmente ridículas, se não completamente obscenas –, o grande desafio, sem cuja solução não se poderá superar a crise do desenvolvimento, é o seguinte: como romper o círculo vicioso entre “macrocosmo” e células mutuamente paralisantes que constituem o sistema.

Os capítulos 17-20 examinam os parâmetros estruturais do capital à luz das transformações históricas do século XX, comparando-os com as características definidoras da alternativa socialista. Neles também são investigadas as razões para a catastrófica quebra do sistema soviético, junto com todas as tentativas de reformá-lo, inclusive a chamada “perestroika” de Gorbachev, empreendidas sem (na verdade, contra) o povo. O prosseguimento do domínio do capital no sistema de tipo soviético, sob uma forma politicamente muito diferente, é identificado como principal responsável por tais falhas. Os acontecimentos pós-revolucionários, consolidados sob Stalin, seguiram a *linha da menor resistência* em relação às estruturas socioeconômicas herdadas, permanecendo assim presas dentro dos limites do sistema do capital. Continuaram a explorar e a oprimir os trabalhadores debaixo de uma grande *divisão hierárquica do trabalho* que operava uma extração politicamente reforçada do trabalho excedente à maior taxa possível. Em contraste com essa trágica experiência histórica, e com as ilusões da solução dos graves problemas estruturais das sociedades pós-revolucionárias por meio da “mercadização” capitalista, a alternativa concreta é proporcionada pelos princípios orientadores de um sistema de produção e consumo *comunal* (e de nenhuma maneira coletivista em abstrato) socialista. Os principais princípios de funcionamento da alternativa socialista são: a regulação, pelos produtores associados, do processo de trabalho orientada para a qualidade em lugar da superposição política ou econômica de metas de produção e consumo predeterminadas e mecanicamente quantificadas; a instituição da contabilidade socialista e do legítimo planejamento *de baixo para cima*, em vez de pseudoplanos fictícios impostos à sociedade *de cima para baixo*, condenados a permanecer irrealizáveis por causa do caráter insuperavelmente *conflitante* deste tipo de sistema; a mediação dos membros da sociedade por meio da *troca planejada de atividades*, em vez da direção e distribuição políticas arbitrárias tanto da força de trabalho como de bens no sistema do capital pós-capitalista do tipo soviético ou da fetichista *troca de mercadorias* do capitalismo; a motivação de cada produtor por intermédio de um sistema autodeterminado de incentivos morais e materiais, em vez de sua regulação pela cruel imposição de normas stakhanovistas ou pela tirania do mercado; tornar significativa e realmente possível a responsabilidade voluntariamente assumida pelos membros da sociedade por meio do exercício de seus poderes de tomada de decisão, em vez da *irresponsabilidade institucionalizada* que marca e vicia *todas* as variedades do sistema do capital. A necessidade de sua implementação não resulta de ponderações teóricas abstratas, mas da crise estrutural cada vez mais profunda do sistema do capital global.

Parte IV – *Ensaio sobre questões afins*. Esta parte contém cinco ensaios, escritos no mesmo período das outras partes deste *Para além do capital*, e todos antes da clamorosa queda do sistema soviético. São duas as razões para sua inclusão no presente estudo. Em primeiro lugar, incorporar uma boa quantidade de material pertinente e evitar repetições desnecessárias. Em segundo, mostrar que o enfrentamento das contradições e da inevitável queda do “socialismo realmente existente” – que não foram percebidas depois dos fatos consumados, pois, como testemunham esses ensaios, elas estiveram visíveis por muitas décadas – não quer dizer o abandono da perspectiva socialista.

PARTE I

A SOMBRA DA INCONTROLABILIDADE

Rato primitivo espalha praga entre nós:
pensamento impensado.
Rói adentro todo o nosso alimento
e corre de um homem ao outro.
Por isso o beberrão ignora
que ao afogar as mágoas em champanhe
engole em seco o insípido caldo
do pobre apavorado.

E já que a razão falha em exigir
direitos fecundos das nações
nova infâmia se levanta a incitar
as raças umas contra as outras.
A opressão grasna em esquadrões,
aterra no coração vivo, como em carniça –
e a miséria escorre pelo mundo todo,
tal qual a baba no rosto de idiotas.*

Attila József

* Tradução de Lucienne Scalzo.

Capítulo 1

A QUEBRA DO ENCANTO DO “CAPITAL PERMANENTE UNIVERSAL”

1.1 Além do legado hegeliano

1.1.1

O legado hegeliano representou um problema difícil para o movimento socialista, tanto no sentido positivo quanto no negativo. Foi preciso aprender com ele, apropriando-se de suas grandes realizações por um lado e, por outro, sujeitando suas mistificações eternizadoras do capital a uma crítica radical. Há três razões para se concentrar a atenção na obra de Hegel, ao longo do processo de articulação da concepção marxiana.

Em primeiro lugar, as grandes discussões políticas e filosóficas do período da formação intelectual de Marx, a década de 40 do século XIX, tornavam isto praticamente inevitável, porque presenciaram o governo prussiano tentar a exumação (de inspiração conservadora) do velho e reacionário Schelling como baluarte contra a perigosa influência radicalizante de Hegel sobre a geração mais jovem de intelectuais. É muito significativo o fato de que Marx e Kierkegaard tenham assistido às palestras do velho Schelling contra Hegel na Universidade de Berlim, em 1841: foi a abertura de uma década de enfrentamentos pré-revolucionários e revolucionários. É igualmente significativo que os dois jovens filósofos tenham chegado a conclusões diametralmente opostas, com relação ao caminho que cada um haveria de trilhar. O discurso filosófico dominante – e politicamente mais relevante – da época tornava necessário alinhar-se com Hegel ou posicionar-se contra ele. Entretanto, desde o instante em que entrou nessas discussões, Marx introduziu algumas importantes restrições. Ao expressar suas reservas fundamentais em relação a Hegel e seus seguidores, ele também tentou preservar e aperfeiçoar a predisposição radicalizadora dos “jovens hegelianos”; assim, Marx definiu a meta emancipadora da filosofia como algo que não apenas explorava plenamente o potencial crítico da abordagem do próprio Hegel, mas como necessidade historicamente emergente de ir além do que se poderia conter dentro dos limites do sistema hegeliano (por mais esticados que fossem).

Igualmente aplicável aos teóricos socialistas posteriores que, inspirando-se nas obras mais importantes de Marx, *O capital* e *Grundrisse*, eram (ao contrário de alegações mal informadas) consideravelmente mais e não menos positivos em relação a Hegel do que a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* do jovem Marx – foi a necessidade posterior de resgatar as realizações de Hegel das tentativas de representantes intelectuais de sua própria classe de enterrá-las para sempre e tratar seu autor como um “cachorro morto”, como reclamaram Marx e Engels mais de uma vez. Empreender essa defesa não era simplesmente uma questão intelectual. Depois das revoluções de 1848/1849, o potencial radicalizante da filosofia de Hegel se tornara um grande problema até mesmo para os membros da burguesia liberal que anteriormente pensaram poder apoiar seu próprio zelo reformista em argumentos derivados da obra do grande filósofo alemão. Por esta razão, tanto a *metodologia dialética* como a *concepção histórica* do “idealismo objetivo” foram abandonadas em prol de uma orientação neokantiana grotescamente esvaziada, totalmente subjetivista e muitas vezes até explicitamente anti-histórica.

Além do mais, esta última orientação não foi adotada somente pelos principais representantes intelectuais da burguesia, mas também pela ala reformista do movimento socialista. As variedades neokantianas de positivismo e neopositivismo foram tão divulgadas nos círculos do partido por Edward Bernstein e seus seguidores que chegaram a constituir a ortodoxia domesticada da Segunda Internacional social-democrata a partir da segunda década deste nosso século, até sua extinção. A filosofia de Hegel foi originalmente concebida em circunstâncias históricas de grandes conflitos sociais e – apesar dos ajustes conservadores de seu autor em seus últimos anos – jamais perderia as marcas de uma era dinâmica de transição. A permanência de tais marcas permitiu à filosofia hegeliana abrir-se a uma série de interpretações radicais, inclusive a mais impressionante e abrangente de todas, corporificada no socialismo marxista. Entretanto, ao adotar a integração à ordem socioeconômica estabelecida (com o sistema correspondente de Estado) como horizonte da crítica social-democrata, a liderança do partido não lhe deixou espaço para uma concepção legitimamente histórica. Sabe-se lá que surpresas guardaria a dinâmica do verdadeiro desenrolar da história – por sua própria natureza totalizadora e não fragmentária – ao pôr em movimento a “astúcia da razão” teorizada por Hegel. Naturalmente, ela também não oferecia espaço para o método dialético, que teria de visualizar não apenas a *possibilidade*, mas também a *necessidade* de *mudanças qualitativas* em termos das quais as transformações revolucionárias poderiam ser racionalmente previstas e preparadas, ao contrário do “determinismo econômico” gradualista e mecânico-quantitativo da Segunda Internacional.

Pode parecer surpreendente ou até incompreensível que, em meados dos anos 20, os burocratas stalinistas da Terceira Internacional tivessem adotado a mesma linha de abordagem negativa do legado de Hegel, tornando-se assim companheiros da social-democracia reformista bernsteiniana, apesar de suas diferenças retóricas. Eles usavam o rótulo “hegeliano” apenas como expressão insultuosa, com a qual podiam excomungar os pensadores que tentassem enfatizar a importância vital da dialética objetiva também numa sociedade socialista, ousando assim afastar-se da ortodoxia recentemente instituída do Comintern. Contudo, na verdade nada

havia de realmente surpreendente nessa profana convergência ideológica. O denominador comum entre as duas partes era o fato de que, assim como na visão da social-democracia, também para Stalin e seus seguidores a história já cumprira sua missão no que dizia respeito ao sistema em que funcionavam. O exame de mudanças qualitativas e transformações radicais estava absolutamente fora de questão. A tarefa de cada indivíduo era definida como sua integração “positiva” na ordem política e socioeconômica vigente (daí o culto ao “herói positivo”), permitindo-lhes apresentar melhorias parciais ao seguir com devoção a hierarquia do partido que já detinha a Verdade. Esse discurso condescendente para as massas era muito parecido com o tratamento complacente das classes trabalhadoras por Bernstein, que lhes atribuía o dever, de inspiração neokantiana, do “aperfeiçoamento pessoal” sob a “avançada” liderança social-democrata –, para ele, a corporificação e medida última do que deveria ser emulado.

A terceira razão era a mais importante, tanto para Marx, pessoalmente, como para o projeto socialista revolucionário, em geral. Ela dizia respeito à base real de onde emergiram as afinidades entre as teorias de Hegel e Marx sob circunstâncias históricas determinadas. Isto naturalmente significava que a relação teria de ser caracterizada em termos históricos tangíveis. No entanto, essa caracterização não deveria obliterar, nem mesmo enfraquecer, o significado das afinidades de fundamentação objetiva. A circunstância reveladora de que, após a revolução burguesa de 1848/1849, Hegel se tenha tornado um grande embaraço para sua própria classe só serviu para enfatizar a importância dessa ligação real. A tentativa de Hegel de encerrar arbitrariamente, em seus textos, a dinâmica histórica no ponto central do presente eternizado do capital sob a supremacia colonial europeia (como veremos nas seções 1.2 e 1.3) não podia alterar o fato de que, acima de tudo, ele compreendesse a história como um movimento objetivo inexorável, com uma lógica própria irresistível que não poderia ser atenuada por projetos subjetivos sonhados nem pela correspondente intervenção voluntarista.

Exatamente como Adam Smith, Hegel adotou o ponto de vista do capital, incorporando com grande sensibilidade os princípios fundamentais da economia política de Smith em sua própria magistral concepção filosófica. Todavia, precisamente nos anos mais importantes de sua formação intelectual, Hegel foi também um contemporâneo da Revolução Francesa de 1789 e de todos os levantes sem precedentes históricos que a seguiram – dotados, pela primeira vez na história, de um sentido significativamente global. Assim, ele não poderia deixar de atribuir à categoria dialeticamente definida da *contradição* um lugar de importância central em seu sistema, ainda que tratasse as relações sociais incorporadas nessa categoria de forma extremamente abstrata e idealista, atenuando assim suas implicações explosivas no modo de reprodução sociometabólica do capital. Em muitos dos capítulos adiante, veremos como Hegel enfraqueceu e até aboliu completamente os antagonismos percebidos da dinâmica histórica objetiva em suas sínteses conciliatórias idealistas. O que deve ser enfatizado aqui é a importância do simples fato de que uma filosofia concebida do ponto de vista do capital, em determinado estágio do desenvolvimento histórico, tenha reconhecido os antagonismos históricos objetivos.

A teoria de Hegel foi articulada num momento histórico em que, em consequência da Revolução Francesa, os notáveis representantes intelectuais da burguesia em ascensão tentavam chegar a um acordo com o fato desagradável de que o “Terceiro Estado”, longe de ser homogêneo, estava profundamente dividido por interesses de classe conflitantes. Eles haviam admitido este fato num momento em que ainda realmente acreditavam, no mínimo *esperavam*, que os interesses divergentes de classe identificados viessem a ser solucionados sob alguma força ou “princípio” universalmente benéficos. Não obstante, depois das revoluções de 1848/1849 tiveram de ser banidos para sempre do discurso filosófico legítimo até mesmo a memória distante de tal esperança, e os termos em que sua realização fora teorizada – no caso de Hegel, com referência à postulada superação de interesses egoístas de classe, por meio da ação da “classe universal” de funcionários públicos altruístas, que supostamente compensariam, no Estado idealizado, as determinações inalteravelmente egocêntricas da “sociedade civil”. Mesmo o injustificado postulado hegeliano da “classe universal” foi considerado um exagero, porque involuntariamente admitia a presença de alguns defeitos estruturais na ordem social estabelecida. Foi por isto que no final das contas Hegel teve de se tornar um “cachorro morto” para sua própria classe e sua visão histórica pioneira teve de ser inteiramente abandonada.

Assim, nas controvérsias que o rodeavam, a questão fundamental em jogo não era o significado intelectual do grande filósofo alemão, mas a natureza da dinâmica histórica objetiva que permitiu à burguesia trazer um dia à vida as monumentais realizações de Hegel e, noutro momento histórico, forçou esta mesma classe a destruir sua própria criação. Ainda que uma classe, em razão da mudança de sua situação na sociedade, volte as costas para a própria história, o processo histórico em si, de que a história de qualquer classe particular é parte – e só *parte* – orgânica, não deixa de existir. A defesa socialista do legado hegeliano num sentido historicamente qualificado significou, portanto, concentrar a atenção na dialética objetiva do próprio processo histórico: suas *continuidades na descontinuidade* e suas *descontinuidades na continuidade*. As ideias de Hegel poderiam e tinham de ser preservadas, porque haviam emergido daquela *continuidade* objetiva de relações antagônicas de classe que o projeto socialista tentava dominar à sua maneira. Ao mesmo tempo, o horizonte limitador da visão de Hegel – a “conclusão” a-histórica, marcada pela determinação de classe, de seu silogismo histórico: a ordem sociometabólica eternizada do capital – teria de submeter-se a uma crítica radical, como premissa prática objetiva inevitável, mas de modo algum permanentemente dominante. Isto teria de ser feito para expor o alvo real a ser visado – a necessária *descontinuidade* da mudança estrutural radical, a ser atingida pela superação das relações de hierarquia e dominação além da ascendência histórica objetiva do capital – sem o qual o projeto socialista não poderia dar certo.

1.1.2

Apesar das muitas proposições de Hegel, tomadas individualmente, seria bastante equivocado chamar de *otimista* o conjunto do sistema hegeliano. Em *Cândido*, sua novela filosófica, Voltaire já tratava com enorme sarcasmo os proponentes de um otimismo ilimitado, embora seus próprios horizontes tenham sido limitados pelas

ilusões do Iluminismo, que pressupunha a eliminação de problemas pelo poder irresistível da Razão. Quando Hegel começou a escrever já não era possível manter a mesma fé na Razão como faculdade dos indivíduos. Na verdade, Hegel criticava severamente seu grande predecessor, Kant, pela tendência a eliminar importantes dificuldades filosóficas retirando suas soluções do “saco das faculdades”. Assim, em sua própria filosofia, Hegel deu um significado radicalmente novo – supraindividual – à categoria da Razão.

Como já foi mencionado, o que fez uma diferença fundamental neste aspecto, excluindo-se a possibilidade de uma visão otimista sincera das questões humanas na concepção de um grande pensador, foi o fato de Hegel ter sido contemporâneo da Revolução Francesa e suas turbulentas consequências. Ele acompanhou com vivo interesse as primeiras sublevações na França e por toda a Europa em meio às guerras napoleônicas. No momento em que encerrou *A fenomenologia do espírito*, residia em Iena e testemunhou a vitória de Napoleão nos morros vizinhos, comentando que vira o “Espírito do Mundo” realizando seu projeto montado num cavalo. E, mais importante ainda, ele também testemunhou, com razoável capacidade de previsão, a emergência da classe trabalhadora como força política e social independente que, mesmo de forma hesitante, começava a agir em seu próprio nome e não mais apenas como parte subordinada do “Terceiro Estado”.

Entretanto, embora tenha evitado a armadilha do *otimismo acrítico*, Hegel apresentou um sistema de *positivismo acrítico* (Marx) em relação à ordem burguesa. Não importa como tudo aquilo pudesse parecer às pessoas – todas elas, mesmo as que tinham uma posição de “individualidades históricas mundiais” (como Napoleão, seu grande contemporâneo), eram descritas por ele como *instrumentos* nas mãos da Razão/ Espírito do Mundo e, por isto, destinadas meramente a levar adiante, de maneira inconsciente, os *desígnios do Espírito do Mundo*, simultaneamente à perseguição de suas próprias metas limitadas. Daí sua mensagem de que *tínhamos chegado* ao estágio histórico final, além do qual seria inconcebível sequer tentar prosseguir sem autocontradição, pois o que até então fora realizado não resultava de um empreendimento humano limitado, mas era a jornada – prevista desde o início – da autorrealização do Espírito do Mundo, culminando, no plano do esforço humano, na ordem última do *capital permanente universal*.

O contraste com a interpretação de Marx acerca do desenvolvimento histórico em curso não poderia ser maior. A adoção por Hegel do capital como horizonte absoluto insuperável e como a culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, coroado pelo Estado “germânico” capitalista (a encarnação do “princípio do Norte” de Hegel), orientou o “positivismo acrítico” do grande dialético para a ordem estabelecida. Um ponto de vista apologético que terminou por prevalecer no sistema de Hegel, apesar da resignação¹ com que ele descrevia o papel da filosofia em

¹ Como expõe o próprio Hegel no Prefácio de *A filosofia do direito*: “Uma palavrinha mais a respeito de dar instruções sobre o que deveria ser o mundo. Em qualquer caso, a filosofia sempre entra em cena tarde demais para isto. Como pensamento do mundo, ela só aparece quando a realidade já foi cortada e secada depois que seu processo de formação se completou. O ensinamento do conceito, e também inevitável lição da história, é que apenas quando a *realidade* está *madura* aparece o ideal

relação aos desenvolvimentos inalteráveis decididos pelo Espírito do Mundo. A adoção desse ponto de vista inevitavelmente também significou uma atitude cega de Hegel em relação à dimensão *destrutiva* do capital como sistema de controle.

Aqui Marx teve de separar-se de Hegel, pois não via o capital como uma *terminação* inalterável do processo histórico, mas como um *movimento dinâmico* que, mesmo com sua aparentemente irresistível *lógica global expansionista*, deveria ser considerado transitório. Portanto, é irônico, para não dizer absurdo, que Marx tenha sido acusado de “otimista com estrelas nos olhos,” um “crente ingênuo” numa “natureza humana” benevolente e (segundo Hayek e outros) iludido pela visão do “nobre selvagem”. Pois, ao contrário de todos os tipos de positivismo acrítico, inclusive aqueles que, tal como a filosofia de Hegel, o projetavam com resignação contemplativa, Marx foi precisamente o primeiro a avaliar as devastadoras implicações do impulso irrefreável do capital para a autoexpansão. Longe de prometer um resultado necessariamente positivo, ele assim expressava, num de seus primeiros escritos, o *perigo mortal* inseparável dos fatos correntes:

No desenvolvimento das forças produtivas surge uma etapa em que se criam estas forças e os meios de inter-relacionamento, sob os quais as relações existentes apenas prejudicam e já não são forças produtivas, mas *destrutivas*. ... No sistema da propriedade privada, essas forças produtivas se desenvolvem de forma apenas unilateral e, em sua maioria, tornam-se forças destrutivas. Deste modo, as coisas chegam a tal situação que as pessoas são obrigadas a apropriar-se da totalidade das forças produtivas existentes, não somente para realizar sua própria atividade mas também *para simplesmente salvaguardar a própria existência*.²

Quando Marx escreveu estas linhas em 1845, as forças destrutivas por ele identificadas ainda estavam muito longe do pleno desenvolvimento. Suas diversas obras, que levam o subtítulo de “Crítica da economia política”, representaram a busca de uma força equilibradora com a qual se pudesse deter a destrutiva lógica autoexpansionista do capital e libertar os indivíduos sociais, por sua própria *autoatividade*, daquela *força alienante* que não apenas os controlava, mas, em última análise, ameaçava a própria existência da humanidade.

As forças destrutivas da ordem da produção do capital já não são, em nossos dias, apenas potencialidades ameaçadoras mas realidades onipresentes. Hoje, o

acima e contra o real e que o ideal apreende este mesmo mundo real em sua substância e o acumula para si na forma de reino do intelectual. Quando a filosofia pinta seu cinza em cinza, é porque uma forma de vida *envelheceu*. Pelo cinza em cinza da filosofia, ele *não pode ser rejuvenescido*, mas apenas compreendido. *A coruja de Minerva só abre suas asas na hora do crepúsculo*. Hegel, *Philosophy of Right*, Oxford, Clarendon Press, 1942, pp. 12-3.

Esta resignação, que limita o papel da filosofia à *contemplação*, era inseparável de uma concepção de história totalmente acrítica em relação ao controle sociometabólico e seu estado político. Vemos isto claramente num trecho da *Filosofia da História* de Hegel:

A filosofia se preocupa apenas com a glória da Ideia que se reflete na História do Mundo. A filosofia *escapa* da desgastante luta de paixões que agita a *superfície da sociedade*, indo para a tranquila região da *contemplação*; o que interessa é a admissão do processo de desenvolvimento pelo qual passou a Ideia em sua realização — ou seja, a *Ideia* de Liberdade, cuja realidade é a *consciência* da liberdade e nada menos do que isso.”

Hegel, *Philosophy of History*, Nova York, Dover Publications, 1956, p. 457.

² Marx e Engels, *Collected Works*, Londres, Lawrence & Wishart, 1975ss, vol. 5, pp. 52, 73, 87.

funcionamento “normal” e a contínua expansão do sistema do capital são inseparáveis do exercício irrestrito das “forças produtivas-destrutivas unilateralmente desenvolvidas” que dominam a nossa vida, não importa quão catastróficos sejam seu já visível impacto e os riscos para o futuro – até bem maiores do que reconheciam os ambientalistas socialistas.

Apesar de todas as recaídas e reveses históricos que tendem a reforçar o “positivismo acrítico”, a tarefa de quebrar o encanto do “capital permanente universal” de Hegel permanece dentro da agenda histórica. O que realmente torna a situação de hoje particularmente grave em relação à época de Marx é que a presente articulação do capital como um sistema global, na forma da acumulação de suas forças repressivas e interdependências paralisantes, nos coloca diante do *espectro da incontrollabilidade total*.

1.2 A primeira concepção global – sobre a premissa do “fim da história”

1.2.1

O desenvolvimento da consciência histórica está centrado em torno de três grupos fundamentais de problemas:

- 1) a determinação da *ação* histórica;
- 2) a percepção da mudança não como simples lapso de tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente *cumulativo*, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento;
- 3) a oposição implícita ou consciente entre a universalidade e a particularidade, visando obter uma *síntese* de ambas, de modo a explicar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que, necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata.

Naturalmente, os três são essenciais para uma legítima concepção histórica. É por isto que não basta, de forma alguma, afirmar em termos genéricos que “o homem é o ator da história”, se a natureza da própria mudança histórica não for devidamente apreendida ou se o complexo relacionamento entre particularidade e universalidade for violado em relação ao sujeito da ação histórica. Da mesma forma, o conceito de progresso humano como tal, tomado em separado das outras duas dimensões da teoria histórica, é facilmente conciliável com uma explicação inteiramente a-histórica quando se considera a atuação supra-humana da “Divina Providência” como a força motora das mudanças ocorridas.

Neste sentido, a queixa de Aristóteles contra o texto histórico – quando classificou a historiografia por ele conhecida bem abaixo da poesia e da tragédia, diante de seu caráter “menos filosófico”³ – está plenamente justificada. Não porque o significado original do termo grego história – derivado de *istor*, “testemunha ocular” – indique o risco de confiança exagerada no ponto de vista limitado de indivíduos particulares que, por participarem dos fatos em questão, têm também um interesse especial em relatá-los de maneira inevitavelmente distorcida. A questão era ainda

³ Ver Aristóteles, *Poesia*, capítulos 8 e 9.

mais problemática. Dizia respeito à própria natureza do empreendimento do historiador, como algo manifesto na aparentemente insolúvel contradição entre o ponto de partida e a evidência particularistas, da forma como mostrada nas ações registradas, e o “ensinamento” ou conclusão genérica supostamente deles derivado. Em outras palavras, a incapacidade dos historiadores da Antiguidade de dominar as complexidades dialéticas da particularidade e universalidade que implicava a necessidade de permanecer preso no nível do particularismo anedótico. E como, naturalmente, era inadmissível deixar as coisas nesse pé, o *particularismo* anedótico e não filosófico da historiografia antiga tinha de ser diretamente transformado em *universalidade moralizadora*, de modo a chamar a atenção do leitor para o significado geral afirmado.

Por outro lado, a historiografia da Idade Média violava de outra forma a dialética entre particularidade e universalidade, partindo de premissas e determinações bastante diferentes, em relação às quais a “testemunha ocular” da história antiga perdia completamente sua importância. Os sistemas representativos na Idade Média caracterizavam-se pela *obliteração* radical da vitalidade da verdadeira particularidade histórica. Em vez disso, eles sobrepunham tanto às personalidades como aos eventos registrados a *universalidade abstrata* de uma “filosofia da história” religiosamente preconcebida em que tudo teria de estar diretamente subordinado à postulada obra da Divina Providência, como instâncias positivas ou negativas – ou seja, *exemplificações ilustrativas* – dessa Providência. Assim, segundo santo Agostinho, autor da maior filosofia da história de inspiração religiosa, “na torrente da história humana, duas correntes se encontram e misturam-se: a corrente do mal, que flui de Adão, e a do bem, que vem de Deus”⁴.

A tendência universalizadora do capital permitiu que os filósofos modernos interpretassem os problemas da mudança histórica de maneira bastante diferente. Contudo, a primeira concepção global da história, tentando sintetizar a dinâmica histórica em sua integridade como processo de “autodesenvolvimento”, só apareceu na filosofia de Hegel. Muito além até mesmo de seus maiores predecessores neste terreno, como Vico e Kant, Hegel ofereceu uma narrativa de eventos e transformações reais da história em termos das necessidades subjacentes de uma *história do mundo* que se desenrolava e da concretização da liberdade.

Até onde era compatível com seu ponto de vista social – e somente até aí –, a filosofia de Hegel fez a tentativa mais coerente de satisfazer todos os três critérios da legítima concepção histórica acima mencionada. Ele tentou tornar a história inteligível em relação a uma atuação que *tinha de* empenhar-se para se manter na estrada da “história do mundo” que se desenrolava e que levou ao moderno “Estado germânico”. Dentro do mesmo espírito, para Hegel o tempo histórico não era a sucessão de narrativas detalhadas que falavam apenas por si, nem a concatenação de ciclos repetitivos, mas o tempo de um inesgotável movimento de avanço na realização da ideia de liberdade. Em terceiro lugar, ele ofereceu uma explicação em termos da dialética entre particular e universal, no sentido de que seu conceito de ação histórica não era uma particularidade limitada nem a “Divina Providência” em

⁴ Santo Agostinho, *City of God*, Nova York, Image Books, Doubleday & Co., 1958, p. 253.

seu sentido diretamente religioso (o que obscurecia até mesmo as visões históricas progressistas de Vico e Kant), mas sujeitos identificáveis, de nações e povos registrados nas crônicas até “indivíduos históricos do mundo”, como Alexandre Magno, Júlio César, Lutero e Napoleão.

Entretanto, assim como os grandes economistas políticos ingleses e escoceses, Hegel se identificava com o ponto de vista do capital, com todas as suas inevitáveis limitações. Com isso, ele não poderia conceituar a história como algo *irreprimivelmente aberto*. Os determinantes ideológicos de sua posição estipulavam a necessidade de conciliação com o presente e daí o arbitrário *encerramento* da dinâmica histórica no quadro da “sociedade civil” capitalista e de sua formação do Estado. A história poderia ser tratada como aberta, desdobrando-se objetivamente até o presente, mas cujas portas voltadas para a direção de um futuro radicalmente diferente teriam de continuar fechadas.

A necessidade ideológica de justificar tal encerramento da história levou Hegel à identificação de *racionalidade* com *realidade*, de onde poderia derivar a equação de realidade e *positividade*, harmonizada com inevitável resignação. Assim, apesar de suas primeiras intenções, a teleologia semiteológica característica da “sociedade civil” capitalista, em sua reciprocidade circular com o Estado burguês, afirmava-se como último referencial conciliatório – e “ponto final” – do sistema hegeliano. Portanto, não é de espantar que Hegel nos tenha dito que

Na história do mundo, só podemos observar os povos que formam um Estado. Devemos entender que este último é a realização da Liberdade, ou seja, da *meta final absoluta*, que existe *para si mesmo*. Deve-se ainda entender que todo o mérito que possua o ser humano – toda a realidade espiritual –, ele só o possui por meio do Estado. ... Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o *Universal* será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. *O Estado é a presença da Ideia Divina na Terra*.⁵

E, como esse Estado idealizado, apesar de suas contradições, subordinou a si mesmo o mundo da “sociedade civil,” todo o constructo poderia ser eternizado sem crítica em nome da “Ideia Divina”, de modo a racionalizar e legitimar a ordem socio-metabólica vigente do capital como absolutamente insuperável.

1.2.2

Quando Kant aceitou sem reservas tanto a categoria como os horizontes sociais do “espírito comercial” de Adam Smith, a ordem socioeconômica que os clássicos da economia política expressavam – do ponto de vista do capital – ainda não estava plenamente articulada. Entretanto, na época em que Hegel escreveu a *Filosofia da história* e a *Filosofia do direito*, bem depois da conclusão das guerras napoleônicas e da consolidação da nova ordem social, os antagonismos da “sociedade civil” e seu Estado político estavam por demais em evidência para reafirmar as ilusões e os postulados morais iluministas de Kant, como o “reino da paz eterna” – que, na verdade, foi saudado com risada sardônica pelo próprio Hegel. Assim, a determinação do comportamento do Estado pelos interesses materiais da “sociedade civil” devia ser aceita como o que parecia ser, do ponto de vista da própria economia política. Disse Hegel:

⁵ Hegel, *The Philosophy of History*, p. 39.

Em seus súditos, um Estado tem *conexões disseminadas e interesses variados*, e estes poderão ser pronta e consideravelmente prejudicados; no entanto, permanece *inerentemente indeterminável* saber-se quais desses prejuízos devem ser encarados como quebra específica do trato ou insulto à honra e à autonomia do Estado.⁶

Portanto, era o princípio da “indeterminação inerente”, e não qualquer imperativo moral abstrato, que dominava na descrição de Hegel das mudanças e dos conflitos que se desdobravam. Mas nem mesmo o senso mais agudo de realismo com relação à situação existente poderia afastar Hegel do beco sem saída de suas premissas sociais e políticas apologéticas. Tanto em Kant como em Hegel, a principal razão para que a lei determinadora do curso dos acontecimentos históricos de então tivesse de ser conceituada como o mistério de uma teleologia quase teológica foi o fato de que ambos postularam, como premissa indispensável para todas as demais explicações, a permanência da “sociedade civil” e todas as suas contradições.

A difícil fusão dos inúmeros componentes diferentes do processo histórico foi descrita por Hegel com imagens gráficas:

Os Estados estabelecem relações entre si como entidades particulares. Por isso, numa escala mais geral, suas relações são um turbilhão de contingências externas e da particularidade íntima de paixões, interesses privados e metas egoístas, capacidades e virtudes, vícios, força e erros. Tudo isso rodopia em conjunto e, em seu vórtice, o próprio conjunto da ética, a autonomia do Estado, está exposto à contingência. Os princípios dos espíritos nacionais estão inteiramente restritos por sua particularidade, pois é nesta particularidade que, como indivíduos existentes, eles têm sua realidade objetiva e sua autoconsciência.⁷

Ao mesmo tempo, o “espírito do mundo” foi postulado por Hegel como solução para as diversas contradições reais, sem que, no entanto, ele questionasse, mesmo que de leve, o mundo social da “sociedade civil”. Estados, nações e indivíduos particulares eram descritos como “os órgãos e *instrumentos inconscientes* do espírito do mundo que funcionava dentro deles”⁸, e os “indivíduos como sujeitos” eram caracterizados como os “*instrumentos vivos* do que, em substância, é a realização do espírito do mundo e, portanto, estão em acordo direto com aquela realização, embora esteja *oculta* deles e não *seja sua meta nem seu objeto*”⁹.

Desta maneira, havia novamente uma percepção profunda indissolivelmente combinada a uma mistificação apologética. Por um lado, Hegel admitia que no processo histórico há uma legalidade inerente que necessariamente transcende as limitadas aspirações egocêntricas dos indivíduos particulares. Da mesma forma, o caráter objetivo das determinações históricas foi apreendido da única maneira viável do ponto de vista do capital e sua “sociedade civil”: o conjunto paradoxalmente consciente/inconsciente de interações individuais, efetivamente derrotado pela “astúcia da Razão” totalizadora. Por outro lado, a lei histórica estipulada, descrita não apenas por Hegel mas em toda a tradição filosófica burguesa, tinha de ser atribuída a uma força – fosse a “providência” de Vico, a “mão oculta” de Adam Smith, o

⁶ Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 214.

⁷ Id., *ibid.*, p. 215.

⁸ Id., *ibid.*, p. 217.

⁹ Id., *ibid.*, p. 218.

“plano da natureza” providencial de Kant ou a “astúcia da Razão” de Hegel – que se afirmava e impunha suas próprias metas *acima e contra* as intenções, desejos, ideias e planos conscientes dos seres humanos. Encarar a possibilidade de um *sujeito coletivo* real como ator histórico – materialmente identificável e socialmente eficaz – era algo totalmente incompatível com o ponto de vista eternizado da “sociedade civil”. Por isto não poderia haver qualquer atuação histórica *transindividual* em tais concepções. Somente uma ação *supraindividual* (consequentemente, também *supra-humana*) seria compatível com o ponto de vista do capital – e com o correspondente “ponto de vista da economia política” –, postulando assim a misteriosa solução das incontáveis contradições da “sociedade civil” fragmentada, sem alterar sua base material. Em outras palavras, a projetada solução hegeliana não visava nenhuma mudança significativa na própria “sociedade civil” existente e inerentemente dilacerada por conflitos.

Assim, apesar dos grandes avanços em detalhamento de Hegel sobre seus predecessores, em sua filosofia da história ele nos ofereceu a condição de destino último atribuída ao “reino germânico”, que representaria o “ponto crítico absoluto”. Pois ele declarou que, naquele reino, o espírito do mundo “apreende o princípio da unidade da natureza divina e da humana, a reconciliação da verdade e da liberdade objetiva com verdade e liberdade que aparecem na consciência e na subjetividade, uma reconciliação cujo cumprimento fora confiado ao princípio do norte, o princípio dos povos germânicos”¹⁰.

Hegel saudou o progresso sob o “princípio dos povos germânicos” – inclusive os ingleses, que construíam um império, a seu ver, animados pelo “espírito comercial” – como a “solução e reconciliação de todas as contradições”; ele assim resumiu suas afirmações relativas ao que estava em processo de realização:

O reino do fato se desfez de sua barbárie e de seu capricho amoral, ao passo que o *reino da verdade* abandonou o mundo do além e sua força arbitrária, de modo que a *verdadeira reconciliação*, que expõe o *Estado como a imagem e realidade da razão*, tornou-se objetiva. No Estado, a consciência encontra a realidade de sua vontade e de seu conhecimento substantivos em um desenvolvimento orgânico.¹¹

Hegel muitas vezes protestou contra a intrusão do “deveria” na filosofia. Mas, na verdade, o que seria mais claramente o “deveria” da racionalização do desejo senão sua própria maneira de fazer o desenvolvimento histórico culminar no Estado moderno definido como imagem e realidade da razão?

1.3 O “capital permanente universal” de Hegel: a falsa mediação entre a individualidade personalista e a universalidade abstrata

1.3.1

O termo “globalização” entrou na moda nos últimos tempos – mas evita-se cuidadosamente falar sobre o tipo de “globalização” viável sob o domínio do capital. Em vez disso, é muito mais fácil pressupor que, por sua própria natureza,

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 222.

¹¹ Id., *ibid.*, pp. 222-3.

a globalização não é de modo algum problemática e é realmente uma mudança necessariamente positiva que traz resultados elogiáveis para todos os interessados. É melhor que se deixe fora de qualquer questionamento legítimo o fato de que o processo de globalização, como de fato o conhecemos, se afirma reforçando os centros mais dinâmicos de dominação (e exploração) do capital, trazendo em sua esteira uma desigualdade crescente e uma dureza extrema para a avassaladora maioria do povo, pois as respostas de um escrutínio crítico poderiam entrar em conflito com as políticas seguidas pelas forças capitalistas dominantes e seus colaboradores espontâneos no “Terceiro Mundo”. No entanto, com essa globalização em andamento, que se apresenta como muito benéfica, nada se oferece aos “países subdesenvolvidos” além da perpetuação da taxa diferenciada de exploração. Isto está muito bem ilustrado pelos números reconhecidos até mesmo pela revista *The Economist* de Londres, segundo a qual, nas fábricas norte-americanas recentemente estabelecidas na região da fronteira norte do México, os trabalhadores não ganham mais do que 7 por cento do que recebe a força de trabalho norte-americana para fazer o mesmo trabalho na Califórnia¹².

Ainda assim, a questão do desenvolvimento global tem, sem a menor dúvida, grande importância e tem estado presente nas discussões teóricas há bem mais de um século e meio. Foi o próprio Hegel quem chamou enfaticamente a atenção para ela, ainda que de forma idealista, em suas duas obras estreitamente interligadas: *A filosofia da história* e *A filosofia do direito*.

Em *A filosofia da história*, depois de examinar o rumo do desenvolvimento histórico do mundo e após definir sua essência como “a necessidade Ideal de transição”¹³, curiosamente Hegel concluiu que “A História do Mundo viaja do Oriente para o Ocidente, pois a Europa é absolutamente o fim da história”¹⁴. Assim, não há mais transição, pois atingimos “absolutamente o fim da história”, após o que só se pode pensar em ajustes mínimos na ordem do Espírito do Mundo, a que finalmente se chegou. Para Hegel, dizer isto não era uma questão de contingência histórica contestável, mas o próprio “destino da Razão” em si. Ele assim definiu a matéria em discussão:

A investigação sobre o destino essencial da Razão – quando considerada em relação ao Mundo – é idêntica à pergunta: qual é a finalidade do Mundo? E a expressão implica que esta finalidade *destina-se a ser realizada*.¹⁵

Assim, tinha-se de declarar que o “absolutamente inalterável” domínio colonial europeu do mundo seria forçosamente nada menos que o próprio “destino da Razão”. Assim, tanto pior para os trabalhadores mexicanos que este sublime desígnio do “Espírito do Mundo” lhes tivesse atribuído uma posição eternamente subordinada e pauperizada no grande esquema das coisas. Nada se poderia fazer para remediar isso sem violar as exigências da própria Razão. E nada seria considerado mais censurável do que tentar fazê-lo.

¹² “O México acena, os protecionistas tremem”, *The Economist*, 20 de abril de 1991, pp. 35-6.

¹³ Hegel, *The Philosophy of History*, p. 78.

¹⁴ Id., *ibid.*, p. 103.

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 16.

Naturalmente, esta era a maneira de Hegel dizer: “*Não há alternativa!*”. No entanto, a questão é: estaremos realmente destinados a viver para sempre sob o encantamento do sistema global do capital, glorificado em sua conceituação hegeliana, resignados – como nos aconselhou ele em sua referência poética à “coruja de Minerva que só abre suas asas com o cair do crepúsculo”¹⁶ – à tirânica ordem exploradora de seu Espírito do Mundo?

Paradoxalmente, a resposta de Hegel teve sombrias implicações para todos os membros das classes inferiores. Se os trabalhadores em condições relativamente vantajosas, situados no estágio histórico “absolutamente final” da Europa colonialista, pensassem que seu destino, a ser tolerado nos termos hegelianos da “*compreensão da racionalidade do real, adaptando-se e resignando-se a ele*”¹⁷, não era extremamente problemático, eles deveriam sentir-se grandemente decepcionados com o filósofo alemão. Pois foi assim que este descreveu a ordem *interna* – em suas relações externas altamente privilegiadas – da Europa em *A filosofia do direito*:

Por um avanço dialético, a busca subjetiva do próprio interesse transforma-se na mediação do particular através do universal, com o resultado de que, ao ganhar e produzir para seu próprio gozo, cada homem está *eo ipso* produzindo e ganhando para deleite de todos os demais. A compulsão que produz este resultado está enraizada na complexa interdependência de cada um em relação a todos, e agora ela se apresenta a cada um como o capital permanente universal.¹⁸

Deste modo, o “destino essencial da Razão” e o “desígnio final do Mundo”, no sistema hegeliano, terminavam sendo o mundo prosaico do “capital permanente universal” (ou seja, certa maneira de produzir e distribuir a riqueza), que funciona por

¹⁶ Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 13.

¹⁷ Id., *ibid.*, p. 12.

¹⁸ Id., *ibid.*, p. 129-30. Tradução para o inglês de T. M. Knox.

Ainda que nem sempre, neste particular parágrafo (§ 199), é realmente preferível a versão para o inglês de Knox à mais recente de H. B. Nisbet da mesma obra. (Ver Hegel, *Elements of the Philosophy of Right*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, p. 233.) Knox traduz a palavra alemã *Vermögen* – que literalmente significa “riqueza” – por “capital”, ao passo que Nisbet, adotando uma palavra usada por Knox para o mesmo termo alemão em outro contexto, a traduz por “recursos”, no plural. No entanto, o contexto deixa claro que, no § 199, Knox está mais próximo do espírito de Hegel. As reflexões de Hegel sobre o assunto foram grandemente influenciadas pela *Riqueza das nações* de Adam Smith, bem como pelos escritos de Ricardo e outros economistas políticos. No § 200 (onde a tradução de Knox é bastante imprecisa), Hegel se refere explicitamente ao capital como *Kapital*, indicando ao mesmo tempo que a possibilidade de “participar da riqueza geral por meio da própria habilidade” – ou seja, *trabalho* – é determinada pelo *capital* em sua “sociedade civil”. Além do mais, também no § 199 Hegel chama a atenção do leitor para um parágrafo anterior (§ 170), em que está preocupado com o *Vermögen* como “permanente e seguro”, ou seja, com o estabelecimento da propriedade privada sobre uma base “ética”, quando exercida pela família – em oposição às posses sem base ética do “simples indivíduo” (*der bloss Einzelner*) –, procurando assim fundamentar o caráter de classe da propriedade privada em algo “comunal” (*ein Gemeinsames*), ou seja, na *família como tal*, quando naturalmente ele não poderia fazer esse truque de prestidigitação com a ajuda da família *burguesa*. No entanto, em nota acrescentada ao mesmo parágrafo, ele tem de admitir que, embora as formas antigas de propriedade já consideradas permanentes apareçam “com a introdução do casamento”, a família “ética” como base da “propriedade permanente e segura” é bem mais recente, alcançando o nível de sua devida determinação e os meios para sua consolidação apenas na esfera da sociedade civil (*in der Sphäre der bürgerlichen Gesellschaft*).

meio da cruel *compulsão* imposta a cada um dos indivíduos, pela “complexa interdependência de cada um em relação a todos”, em nome da “racionalidade do real” e da “realização da liberdade”.

1.3.2

Naturalmente, o pilar central desta concepção – a afirmação da “complexa interdependência de *cada um em relação a todos*” – era uma mistificação ideológica: um meio de fechar o círculo da sociedade de mercado, da qual não se poderia fugir. Pois, se fosse realmente verdade que a *compulsão* inseparável da natureza do capital – longe de *universal* e de modo algum necessariamente *permanente* – resultava da complexa interdependência dos *indivíduos como indivíduos*, nada se poderia fazer. Para alterar esta condição, seria preciso inventar um mundo radicalmente diferente deste em que vivemos.

Entretanto, o “avanço dialético” que racionaliza e legitima a conclusão apolo-gética hegeliana é, na verdade, pseudodialético. O *particular* personalista não pode ser mediado pelo *universal* de Hegel, porque este só existe como ficção conceitual, útil apenas para si mesmo. A verdadeira universalidade em nosso mundo realmente existente não pode emergir sem a superação das contradições antagônicas da relação entre *capital e trabalho* em que os indivíduos particulares estão inseridos e pela qual são dominados.

Em Hegel, este problema é resolvido – ou melhor, contornado – com a ajuda de uma dupla ficção. Primeiro, com a ajuda do postulado lógico abstrato que liga diretamente o particular ao universal (inexistente) e convencionou idealisticamente que, “ao ganhar e produzir para seu próprio gozo, cada homem está *eo ipso* produzindo e ganhando para deleite de *todos os demais*”. E, segundo, com a ajuda de uma mudança mistificadora, pela qual ele inverte o significado da compulsão. Depois de inventar completamente seus dois termos de referência – isto é, de um lado, a particularidade *eo ipso* de gozo-produção-harmoniosamente-recíprocos e, de outro, a universalidade com a misteriosa capacidade de eliminar conflitos – e após equiparar o “capital permanente universal” à determinação axiomática da interdependência dos indivíduos entre si, ele tira a *compulsão* de onde ela realmente está: ou seja, dos *imperativos produtivos e dis-*

Neste contexto, também é muitíssimo pertinente que, no § 200, além do relacionamento capital/trabalho, como base determinante da participação/parte de uma pessoa no capital permanente universal (ou riqueza capitalista), Hegel só fala sobre o “acidente” ou a “contingência” como fundamentos determinantes, mencionando-os nada menos do que seis vezes em umas poucas linhas. Esta é uma maneira muito conveniente de evitar a questão da *gênese* do sistema do capital descrito. Seja lá o que não estiver explicitamente pressuposto por Hegel como já dado na forma de determinação de “principal não ganho” do trabalho (Knox, p. 130) ou “bens básicos” (Nisbet, p. 233) ou, em alemão, “*eine eigene unmittelbare Grundlage, Kapital*” (“sua devida base direta, o capital”): o importante é que tudo isso não passa de “bens de capital”, que ele procura “descartar” como acidentais e contingentes e portanto, a seu ver, sem nenhuma necessidade de maiores explicações. Essencial, aqui, é que a evidente preocupação de Hegel nestes parágrafos é a modalidade de *produção e distribuição da riqueza*, ou seja, do sistema do capital como um controle metabólico “eticamente fundamentado” da “sociedade civil” e, conseqüentemente, com plena justificativa eternizável como ordem existente *de jure* e não apenas *de facto*. (Mais sobre este problema na seção 1.3.4. p. 69 deste livro.)

tributivos que emanam do próprio capital, na qualidade de modo de controle sociometabólico historicamente específico. Desta maneira oculta-se o fato de que o capital é uma *relação de propriedade* – o *meio de produção alienado incorporado na propriedade privada ou estatal* – historicamente criada (e historicamente transcendível) que é contraposta a cada produtor e governa a todos. Em função da mudança hegeliana, a compulsão é convenientemente convertida de opressiva realidade histórica em *virtude* atemporal, com base na condição indiscutível e ontologicamente inalterável de que a raça humana é feita de indivíduos particulares. O que desaparece nesta espécie de “avanço dialético” é a realidade objetiva das classes sociais antagonistas e a subordinação sem cerimônia de todos os indivíduos a uma ou a outra delas. Subordinação que impõe um tipo de compulsão a que todos devem obedecer no mundo real não apenas como indivíduos *particulares*, mas como *indivíduos de uma classe* particular.

Certamente a relação produtiva entre sujeitos trabalhadores particulares (como indivíduos sociais realmente existentes) deve ser mediada em todas as formas concebíveis de sociedade. Sem o que a “totalidade agregativa” dos indivíduos ativos em qualquer tempo determinado na história jamais poderia coalescer em um todo social sustentável. Na verdade, a especificidade histórica de uma forma de mediação dada, através da qual os indivíduos se reúnem em um todo social mais ou menos entrelaçado, por meio de agrupamentos historicamente dados e respectivos corolários institucionais, tem importância seminal. É precisamente esta especificidade mediadora das inter-relações reprodutivas dos indivíduos – praticamente inevitável – que define, em última análise, o caráter fundamental dos diversos modos de intercâmbio social historicamente contrastantes.

O caso é que – não devido às inalteráveis determinações ontológicas, mas como resultado da divisão do trabalho historicamente gerada e mutável, que continua prevalecendo sob todas as formas concebíveis do domínio do capital – os indivíduos são mediados entre si e combinados em um todo social *antagonicamente estruturado* por meio do sistema estabelecido de produção e troca. Este sistema é regido pelo imperativo do valor de troca em permanente expansão a que tudo o mais – desde as necessidades mais básicas e mais íntimas dos indivíduos até as variadas atividades produtivas materiais e culturais em que eles se envolvem – deve estar rigorosamente subordinado: é o imencionável tabu ideológico das formas e estruturas realmente assumidas pela perversa mediação institucional e material sob o sistema do capital que faz Hegel ir atrás do postulado da mediação direta da individualidade particular graças a uma fictícia universalidade abstrata, de modo a extrair dela com miraculosa destreza o “capital permanente universal” como entidade inteiramente des-historicizada.

1.3.3

A grande mistificação ideológica consiste na distorção da *compulsão* como o *necessário “dá e toma”* de indivíduos envolvidos na “produção, ganho e gozo” *mutuamente benéfica eo ipso* com base na *plena reciprocidade*. No entanto, numa inspeção mais apurada, encontramos a ausência total de reciprocidade. Para dar um exemplo característico, um “bruxo financeiro” de Wall Street chamado Michael Milken, inventor das “ações sem valor” (os *junk bonds*), ganhava em um ano a importância

equivalente aos salários de 78.000 trabalhadores norte-americanos¹⁹ – e quando se calcula o correspondente número mexicano, as importâncias envolvidas devem ser expressas em rendimentos de bem acima de um milhão dos relativamente privilegiados trabalhadores das novas empresas norte-americanas industriais do norte do México, para não mencionar o resto deste país. Milken “ganhava” importâncias tão astronômicas por atividades inteiramente parasitárias e, como se viu, completamente ilegais, sem produzir absolutamente nada. Deste modo, em vez de reciprocidade ou simetria, na realidade encontramos uma *hierarquia de exploração estruturalmente protegida*. Sob o sistema do capital estruturado de maneira antagonista, a verdadeira questão é a seguinte: qual é a classe dos indivíduos que realmente produzem a “riqueza da nação” e qual a que se apropria dos benefícios dessa produção; ou, em termos mais precisos, que classe de indivíduos deve ser confinada à função subordinada da *execução* e que indivíduos particulares exercem a função do *controle* – como “personificações do capital”, na expressão de Marx.

O constructo hegeliano oferece um modelo insuperável de concepções filosóficas liberais. A necessidade ideológica subjacente consiste na idealização das relações existentes de dominação estrutural de tal modo que se eliminassem seus antagonismos explosivos. Para que se tornem sustentáveis e realmente inquestionáveis, as condições históricas transitórias da particularidade personalista devem ser transformadas em *permanência absoluta*, o que se realiza *por definição* mediante a postulação tanto da inalterável ubiquidade da particularidade personalista – em outras palavras, a obliteração de sua base e sua especificidade históricas, subordinando a ela a totalidade dos indivíduos, sob todas as condições concebíveis, inclusive no futuro – como, com teor ideológico ainda mais óbvio, do caráter universalmente benéfico das interações das particularidades rigorosamente personalistas dentro do referencial do “capital permanente universal”. Ao contrário de alguns de seus predecessores e descendentes intelectuais do século XX, Hegel não amontoa tudo isso sob a categoria da “natureza humana”. Sua solução é bem mais criativa. Da maneira como define seus termos de referência, ele não apenas preserva a substância burguesa – a particularidade personalista – da ordem social do capital, mas também estipula a harmoniosa conciliação de todos os seus constituintes antagonistas para benefício de todos. E assim eleva a imagem eternizada de sua ordem sociometabólica ao plano do direito racionalmente incontestável.

Em uma de suas primeiras obras, Hegel castiga seus predecessores filosóficos por contrabandear para as premissas de seus argumentos as conclusões desejadas. Corretamente, ele critica o procedimento deles pelo qual...

... depois que a ficção do estado de natureza serviu a seu propósito, esse estado é abandonado devido a suas más consequências; isto simplesmente quer dizer que o *resultado desejado é pressuposto*, ou seja, o resultado de uma *harmonização* do que, como o caos, está em conflito com o bem ou com qualquer meta que deva ser atingida.²⁰

¹⁹ Devo este cálculo a Daniel Singer.

²⁰ Hegel, *Natural Law: The Scientific Ways of Treating Natural Law, Its Place in Moral Philosophy, and Its Relation to the Positive Sciences of Law*, University of Pennsylvania Press, 1975, p. 65.

Não obstante, ainda que Hegel não seja culpado de cair nos mesmos pressupostos *específicos*, seu procedimento geral é o mesmo, em relação tanto ao método como à substância ideológica. Também ele pressupõe o “*caos*” necessário da individualidade personalista com suas “más consequências”, como condição inevitável da interação humana, de modo a extrair dele a desejada “*harmonização*” de todo o complexo por meio do “avanço dialético” estipulado, que supostamente deveria emergir da – muito misteriosa – “mediação do personalismo subjetivo” com o “universal” apenas pressuposto.

1.3.4

Ao incorporar a economia política clássica em seu sistema como a ciência que extrai os “princípios” fundamentais da massa infinita de detalhes, Hegel apresenta um relato da divisão do trabalho e também da desigualdade. Ele funde meios de *produção* com meios de *subsistência*, bem como *trabalho* com *força de trabalho hierarquicamente controlada* e socialmente dividida. Ao mesmo tempo, e significativamente, a concepção hegeliana também confunde *utilidade* (ou valor de uso como algo manifesto na inerente “finalidade” das mercadorias produzidas para satisfação das necessidades) e *valor de troca* (“a demanda por igualdade de satisfação com os outros”²¹). No mesmo espírito, as características da divisão do trabalho capitalista são deduzidas da ideia do “processo de abstração que efetua a subdivisão das necessidades e dos meios”²², em completa harmonia com a universalidade autorrealizadora do Espírito do Mundo, eliminando assim as dimensões e implicações perniciosas do processo de trabalho capitalista. Consequentemente, Hegel diz que “esta separação da habilidade e dos meios de produção de um homem dos de outro completa e torna necessária, por toda parte, a dependência dos homens uns dos outros e seu relacionamento *recíproco* na satisfação de suas outras necessidades”²³. Daí, convenientemente, Hegel pode deduzir no parágrafo seguinte o mencionado “avanço dialético” que mede a particularidade personalista com o universal pressuposto e transforma a compulsão que emana do capital em virtude eternamente válida. Portanto, não é absolutamente surpreendente que a perversa relação de troca capitalista seja explicada com base no mesmo raciocínio, segundo o qual

Os movimentos *infinitamente complexos* e entrecruzados de *produção e troca recíprocas* e a multiplicidade igualmente *infinita* de meios neles empregados cristalizam-se, devido ao *universal* inerente a seu conteúdo, e separam-se em grupos gerais. Como resultado, o complexo inteiro é organizado em sistemas particulares de necessidades, de meios e tipos de trabalho relativos a essas necessidades, modos de satisfação e de educação prática e teórica, ou seja, sistemas, para um ou outro dos quais os indivíduos são encaminhados – em outras palavras, em *divisões de classes*.²⁴

Assim, a dedução hegeliana, com sua mediação imaginária e sua “infinita complexidade” arbitrária e tendenciosamente estipulada (entusiasticamente adotada

²¹ Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 128-29.

²² Id., *ibid.*, p. 129.

²³ Id., *ibid.*

²⁴ Id., *ibid.*, p. 129-30.

no século XX por todos os apologistas do sistema do capital e de sua alegada insuperável “modernidade”) termina sendo a racionalização de uma relação estrutural antagônica. Sabendo que pisa em solo não muito firme ao defender a qualquer custo a ordem de coisas estabelecida, Hegel tenta conferir a ela o *status* da mais elevada racionalidade. Descarta, em termos claros, todos os que questionam ou que poderiam questionar a postulada racionalidade absoluta da situação que descreve e diz-lhes que seus argumentos críticos ficam tolamente presos no nível inferior do Entendimento (*Verstand*), incapazes de atingir o sublime domínio da própria Razão (*Vernunft*). Para ele...

... os homens são *desiguais por natureza*, onde a desigualdade está em seu elemento, e na sociedade civil o direito de particularidade está tão longe de anular esta desigualdade natural que ela a produz *sem pensar* e a eleva a uma desigualdade de habilidade e riqueza e até mesmo a uma de realização *moral e intelectual*. Opor a este direito uma exigência de igualdade é uma *tolice do Entendimento*, que toma por real e racional sua igualdade abstrata e seu “dever-ser”.²⁵

O que nos poderia levar além das limitações filosoficamente inadmissíveis do mero Entendimento é revelado na sentença que encerra o último parágrafo citado. Este diz que “é a *razão*, imanente ao inesgotável sistema das necessidades humanas, que articula a esfera da particularidade em um *todo orgânico* com diferentes membros”²⁶. Naturalmente, esse “todo orgânico” corresponde ao ideal hegeliano de sociedade de classes capitalista. Assim, em nome do próprio *Vernunft* recebemos uma peculiaríssima concepção de “mediação” e de “universalidade”. Os conceitos de Hegel de “mediação” e “universalidade” não poderiam ser realmente mais peculiares e problemáticos do que são, pelo fato de juntos produzirem a proclamada idealidade das *divisões permanentes de classe*, solidificadas e eternizadas como o *todo orgânico* (mais uma premissa sem fundamento, mas bastante conveniente, no venerável espírito de Menenius Agripa). Ao mesmo tempo, a ideia de antagonismo de classe continua a ser um conceito rigorosamente proibido (aparentemente justificado pela premissa que projeta a característica “orgânica” da ordem estrutural dada), pois o conflito como tal deve ser mantido no nível da individualidade personalista na “sociedade civil” burguesa, de modo a que todo o edifício que incorpora o “princípio do Norte” seja erguido sobre ele.

1.3.5

Entretanto, o edifício assim erguido está construído de cabeça para baixo, pois, como vimos acima, Hegel usou o mesmo procedimento que ele próprio condenava em outros. Foi construído sobre a *premissa* falaciosa de que a divisão do trabalho, num sentido neutro e técnico, seja a base determinante suficiente de uma especificidade sócio-histórica – a conclusão desejada e eternizada, obtida por meio do procedimento filosófico adotado por Hegel – em vez de demonstrar a característica determinada de um *certo tipo* de divisão social hierárquica do trabalho (que deve ser oculta ao exame, no interesse da absoluta permanência do sistema do capital vigente). Outro dos

²⁵ Id., *ibid.*, p. 130.

²⁶ Id., *ibid.*

principais pilares que apoiam o edifício idealizado de Hegel é construído *pressupondo*, da mesmíssima maneira falaciosa, a instituição *genérica* da troca – ou seja, o simples fato de que uma ou outra espécie de troca mediada deve ocorrer durante a produção e distribuição social – como base explicativa óbvia e suficiente da relação de troca *historicamente singular*.

Assim, uma vez que, não somente Hegel, mas todos os defensores da “sociedade civil” evitam circularmente a questão da *origem* do capital (em outras palavras, sai de foco a dimensão explorativa da *gênese* do capital, gerado pela “apropriação do trabalho alienado”, em permanente *antítese ao trabalho*), o caráter inerentemente *contraditório*, e em última análise explosivo, do conjunto do sistema de capital permanece convenientemente oculto. As concepções burguesas do processo de trabalho, que afirmam a absoluta viabilidade das condições dadas da produção de riqueza, não podem ser perturbadas pela noção da dinâmica histórica e do antagonismo objetivo do relacionamento entre capital e trabalho.

Não é absolutamente por acaso que nenhum sistema filosófico concebido a partir do ponto de vista incorrigivelmente deformador do capital – nem sequer o maior de todos – pode oferecer uma concepção coerente da mediação. A idealização da ordem estabelecida como “racionalidade do real” e a adoção de seus componentes contraditórios como premissas e conclusões necessárias de todo discurso racional resultam, nesse aspecto, em obstáculo insuperável.

As *mediações de segunda ordem do capital* – ou seja, os meios alienados de produção e suas “personificações”; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepoem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles. Apenas um exame crítico radical desse sistema de mediações de segunda ordem historicamente específico poderia mostrar uma saída de seu labirinto conceitual fetichista. No entanto, ao contrário, a aceitação sem crítica deste sistema historicamente contingente, mas efetivamente poderoso, como horizonte reprodutivo absoluto da vida humana em geral torna impossível a compreensão da natureza real da mediação, pois as mediações prevalentes de segunda ordem anulam a devida consciência das relações primárias de mediação e se apresentam, em sua “eterna presença” (Hegel), como o ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável. Elas produzem realmente uma *inversão* completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar, trazendo consequências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da humanidade, como veremos nos capítulos 4 e 5.

É por isto que, em última análise, o “círculo dialético” hegeliano e o “círculo dos círculos” (para usar as palavras dele) – que pressupõem e idealizam a inalteabilidade da ordem sociometabólica do capital – não podem produzir uma concepção dialética da mediação, apesar de ser esta a meta explícita do grande filósofo alemão. Muito pelo contrário, o “avanço dialético” afirmado por Hegel deve continuar a ser uma ficção conceitual. O *particularismo estruturalmente prejudicado* do sistema do capital, apesar das afirmações universalistas de Hegel, é inimigo absoluto da verdadeira universalidade que poderia emergir a partir da autmediação realmente produtiva dos indivíduos sociais em seu intercâmbio me-

tabólico com a natureza, numa espécie de sociedade radicalmente diferente: uma sociedade regulada pela contabilidade socialista e por um modo correspondente de controle sociometabólico.

O fato de Hegel, como gênio filosófico, perceber e criticar as falácias cometidas por seus predecessores e depois – como se nada houvesse acontecido – continuar a cometê-las repetidamente ele próprio mostra que o que está em jogo não é a intrusão de “falácias lógicas” mais ou menos evitáveis. A persistência teimosa de premissas injustificáveis, que antecipam circularmente as conclusões desejadas, demonstra que as *necessidades sociais* estão funcionando em todas essas concepções de “sociedade civil” burguesa. Mesmo o maior gênio filosófico fica irremediavelmente limitado pela estreita via imposta a ele pelo ponto de vista do capital; terá de pagar um preço alto por sua tentativa inútil de conciliar e harmonizar os antagonismos internos do sistema estabelecido dentro dos confins do que ele visualiza como “absolutamente o fim da história”.

1.4 A revolução sitiada no “elo mais fraco da corrente” e sua teorização representativa em *História e consciência de classe*

1.4.1

Os grandes levantes históricos – como as revoluções inglesa e francesa – estão sempre cheios de tragédias. A Revolução Russa de outubro de 1917 não é exceção à regra. Inevitavelmente, o fato de tal revolução – que visava iniciar a necessária transição do reino do capital para uma nova ordem histórica – ter irrompido, nos estágios finais de uma desastrosa conflagração global, “no elo mais fraco da corrente”, só poderia agravar as coisas, além até mesmo das piores expectativas.

Hoje está na moda tentar reescrever a história, espremendo-a no molde dos fatos mais recentes, como se a Revolução Russa jamais houvesse acontecido. Esse tipo de “historiografia” autocentrada, dentro ou fora da antiga União Soviética, hoje é muitas vezes tentada precisamente por aqueles que, no passado, foram os maiores apologistas da Rússia de Stalin. Eles e seus novos patrocinadores recusam-se a admitir que eventos históricos desta magnitude não podem ser desfeitos pela vontade de se adaptar às contingências políticas do momento. Os ecos de tais levantes históricos fundamentais continuam a reverberar pelos séculos afora; na verdade, mais reverberam quanto mais tempo se evitar o exame de suas contradições intrínsecas no decorrer da prática social e política subsequente. Neste sentido, a Revolução Francesa de 1789 deixou um legado contraditório, pois, se derrubou a velha ordem feudal, ela também pôs em movimento uma série de fatos históricos multifacetados, com suas concatenações positivas e negativas e desafios que persistem até hoje. Foram estes últimos que, passados duzentos anos, nas celebrações oficiais do bicentenário, induziram a classe dominante da França, sob a presidência “socialista” de Mitterrand, a tentar remodelar a memória ainda forte de 1789, de maneira a enterrá-la completamente em nome da eternização de seu domínio. Exercício fútil! Duzentos anos é um prazo muito curto para aplinar a cadeia de montanhas erguida por um grande terremoto histórico e varrer seus vestígios da memória viva.

Da mesma forma, a inegável falha não apenas do “socialismo” de tipo soviético sob Stalin, mas também de todos os débeis esforços posteriores de “desestalinização” – que visavam eliminar alguns efeitos das contradições do sistema preservando ao mesmo tempo seu conteúdo – não poderiam desfazer o desafio histórico da própria revolução de 1917. Apenas os apologistas mais subservientes e tolos da ordem estabelecida podem sustentar que essa revolução ocorreu sem causas socioeconômicas e políticas profundamente enraizadas. Na verdade, ela aconteceu no meio de uma imensa crise do sistema de capital global e afetou – para melhor e para pior – o resto do mundo por um longo período, que ainda não terminou. A estabilização subsequente do capitalismo ocidental, de que a histórica falência do próprio sistema soviético já era parte constituinte bem antes da queda da “perestróika”, não pode alterar essas interligações. Ela também não poderia acabar com a existência das profundas contradições estruturais dos sistemas de capital soviético e ocidental, não importa quanto esforço for investido pelas partes interessadas na remodelação retrospectiva da história com ajuda de “condicionantes contrafactuais”.

Hoje, é maior do que nunca a necessidade de chegar a bons termos com a experiência histórica e o legado da Revolução Russa, examinando suas contradições em perspectiva e à luz dos fatos desenrolados no século XX, precisamente por causa do impressionante desmoronamento das chamadas “sociedades de socialismo realmente existente”. A influente obra de Lukács – *História e consciência de classe*, que será explorada em detalhe na Parte II do presente estudo – oferece importante ponto de referência para um exame crítico das questões pertinentes, tanto em termos do contexto histórico de sua origem como em relação aos fatos políticos e intelectuais subsequentes no movimento socialista internacional.

A influência dessa obra, publicada em 1923, tornou-se lendária desde o momento da publicação até 1968, e mesmo depois disso, enquanto durou o “movimento” de 1968. Em parte, isto se deveu à sua condenação pelo Comintern imediatamente depois de seu aparecimento, mas há muito mais além desta explicação, pois, embora *História e consciência de classe* não tenha sido de modo algum a maior realização intelectual de seu autor, certamente foi a mais representativa. A condenação apressada da obra pelo Comintern apenas serviu para dar uma sinistra ênfase ao significado representativo da obra.

História e consciência de classe foi concebido em consequência da derrota da República dos Conselhos na Hungria. Lukács participou ativamente dela em 1919, primeiro como ministro da Educação e Cultura e, nas semanas finais dessa revolução de curto fôlego, na qualidade de comissário político de uma divisão do exército. Depois da derrota militar, ele se mudou para o Ocidente, onde a maré vazante da onda revolucionária trouxe, especialmente na Alemanha, derrotas semelhantes (ainda que não tão extensas e radicais) para os socialistas. Todos os grandes problemas teóricos discutidos por Lukács em *História e consciência de classe* foram estudados por ele desta perspectiva, encontrando assim um eco bastante favorável nos círculos revolucionários do Ocidente, cujas aspirações foram igualmente esmagadas pela “força das circunstâncias”.

Os socialistas ocidentais demonstraram grande afinidade com o espírito de *História e consciência de classe*, pois esta obra recusou categoricamente submeter-se

às tentações do pessimismo, não importando quão trágicas fossem as circunstâncias prevaletentes. Como veremos na Parte II, a forte ênfase no *método* como fator decisivo do que deveria constituir o legítimo marxismo tinha muito a ver com o apelo do livro, já que ele poderia ser utilizado como recurso para superar a penosa evidência da avassaladora relação negativa de forças na época. Em outros aspectos, as mais importantes categorias filosóficas examinadas em *História e consciência de classe* – especialmente a problemática hegeliana do “Sujeito/Objeto idêntico” – visavam proporcionar esperança histórica sob condições em que tudo parecia apontar na direção oposta. Mesmo as más notícias vindas da Rússia em grande quantidade podiam ser avaliadas de forma tranquilizadora e esperançosa no discurso de *História e consciência de classe*. A representatividade de Lukács como autor dessa obra foi inseparavelmente associada a esse dilema e a essas aspirações compartilhados. Ele proporcionou a teorização corajosa de uma perspectiva que tanto reconheceu o caráter trágico das recentes derrotas históricas como, ao contrário de muitos intelectuais da época, recusou-se apaixonadamente a aceitar o veredicto do presente como julgamento final sobre o assunto.

1.4.2

Em relação ao caráter representativo de *História e consciência de classe*, deve-se enfatizar que os determinantes da concepção nela articulada tinham muitos aspectos. As correlações pelas quais essa obra adquiriu seu significado poderiam ser resumidas da maneira seguinte, reiterando também as conexões históricas pertinentes, mencionadas acima:

1) a materialização teórica dos problemas que resultaram do fato de que a primeira revolução socialista em grande escala começou de repente no “elo mais fraco da corrente” e teve de enfrentar a perspectiva de “se erguer sem ajuda” por causa do extremo atraso de seu quadro socioeconômico; na literatura, o “elo mais fraco” foi canonizado e recebeu conotações compulsórias positivas; *História e consciência de classe* ofereceu uma visão bem mais diferenciada (daí sua rápida condenação pelas autoridades do partido em Moscou), procurando sugerir uma saída para as restrições e contradições de qualquer ordem pós-revolucionária pela implementação prática das categorias filosóficas ali elaboradas;

2) a participação atuante de Lukács como líder numa experiência revolucionária fracassada e a ressonância desta última com outras tentativas também fracassadas no Ocidente; a meta implícita e parcialmente explícita de *História e consciência de classe* era um exame rigoroso do que poderia garantir o êxito contra as relações de forças extremamente desfavoráveis;

3) os termos em que, à luz da experiência húngara frustrada, a avaliação das causas do fracasso poderia localizar algumas tendências num estágio muito inicial – por exemplo, com relação à “burocratização” do partido, ainda que Lukács os identificasse apenas numa “linguagem esópica”, atribuindo as contradições e traços negativos criticados ao “antigo tipo de partido” –, que se tornaram cada vez mais proeminentes no decorrer da “stalinização” bem-sucedida do movimento internacional da classe trabalhadora; a grande influência dessa obra estava claramente visível nos textos dos intelectuais revolucionários que sofreram as tendências ne-

gativas que avançavam inexoravelmente dentro do próprio movimento, inclusive Karl Korsch e Antonio Gramsci;

4) a classe dos intelectuais burgueses que mudaram de lado sob a influência da Revolução Russa, como o próprio Lukács, trouxe consigo seu próprio programa e seus objetivos para obter uma linha específica de mediação teórica com que pudessem responder a todos os que em princípio tentassem a mesma mudança; esta dimensão da obra gerou mais tarde respostas no diapasão de um “marxismo ocidental” mítico (empurrado para o centro das discussões filosóficas, em 1955, pelas *Aventuras da dialética* de Merleau-Ponty), mas, como veremos no capítulo 8, o louvor assim acumulado sobre *História e consciência de classe* era apenas uma “prece fúnebre” para Marx e o marxismo em geral, sem qualquer ligação real com as preocupações originais de Lukács ou com os graves problemas que estavam diante daqueles que buscavam respostas nos horizontes marxistas – prece que era ao mesmo tempo uma tentativa do grupo social representado por Merleau-Ponty de livrar-se de responsabilidades anteriormente assumidas;

5) uma dimensão mais fundamental dos problemas mencionados no ponto (4) dizia respeito a todo o conjunto da burguesia, como Lukács via a classe de onde ele próprio saía pelo final de 1917; o ano final e o período imediatamente seguinte à guerra foram a encruzilhada onde as estradas dividiram e separaram Lukács não somente de Max Weber (até então sua alma gêmea intelectual e amigo íntimo) e de Thomas Mann – ambos entusiásticos defensores do chauvinismo alemão e de suas metas de guerra durante a Primeira Guerra Mundial, ao contrário de Lukács, que condenou sem reservas toda a aventura imperialista –, mas também mais tarde de algumas das grandes personalidades da Escola de Frankfurt, como Adorno e Horkheimer, caracterizados pelo velho Lukács como os que se comprazem em habitar o “Grande Hotel Abismo” e gozar de suas fortes emoções contemplativas; o velho Lukács falava sobre o problema da mudança de posição e atitude de toda a classe no período intermediário: a passagem da burguesia de uma posição que refletia uma “*crise de conscience*” – ou seja, uma crise de conscientização (orientação teórica) e de consciência, inclusive com a admissão de alguma espécie de culpa, que trazia consigo uma “consciência culpada” ou pelo menos um mínimo de consciência de seu próprio papel na perpetuação da injustiça social – para outra inteiramente *desprovida de consciência*: uma “*má-fé*” generalizada (não apenas no sentido de Sartre, mas até mesmo em seu sentido de “beirando o cinismo”), em vez da “falsa consciência”, mais ambígua e ainda potencialmente aberta (no sentido de Lukács), de uma era anterior, especialmente visível logo depois da desastrosa guerra mundial e das revoluções que a seguiram; esta mudança na atitude da classe para com a injustiça social trouxe mais tarde um evidente recuo para a presunçosa auto-complacência da chamada “direita radical”, plenamente sintonizada com a margem cada vez mais estreita das alternativas viáveis no âmbito das premissas socioeconômicas do sistema do capital global.

Um corolário de tudo isso foi o caráter *trágico* do empreendimento do filósofo húngaro, tanto num sentido histórico mais amplo como em termos pessoais. Historicamente, no sentido de que:

- a) certas *possibilidades objetivas* deixaram de se materializar e a revolução “no elo mais fraco da corrente” não apenas permaneceu isolada, mas

subsequentemente também conseguiu consolidar suas piores contradições e suas maiores fraquezas como um ideal compulsório monstruoso, impondo assim uma pesada carga sobre as tentativas revolucionárias socialistas por toda parte;

- b) uma mudança igualmente negativa afetou os socialistas nos países capitalistas avançados porque os adversários ajustaram suas estratégias às circunstâncias alteradas e maximizaram os benefícios que poderiam tirar das contradições do sistema soviético, autoritário e economicamente atrasado. Eles conseguiram desarmar provisoriamente suas próprias classes trabalhadoras, usando em parte o exemplo dissuasivo das “sociedades de socialismo realmente existente” e, em parte, (embora involuntariamente) por meio da cumplicidade do movimento trabalhista ocidental na imposição do peso colossal da *taxa diferencial de exploração* sobre o resto do mundo.

Em termos pessoais, a tragédia de Lukács foi o fato de que seu *apelo* à “responsabilidade dos intelectuais” (tema importante, constantemente recorrente nos textos de Lukács por toda sua vida e, durante muito tempo, também a grande razão de seu sucesso) perdeu o *sujeito*, a que poderia ser dirigido, como entidade *coletiva*. Ao contrário, como veremos no capítulo 10, em suas últimas obras Lukács terminou com o único discurso que permaneceu aberto ao autor derrotado pelas trágicas mudanças que ocorreram no campo da economia e da política: um apelo moral direto à *consciência moral do indivíduo*, que para Lukács representava a última parada depois de ser forçado a abandonar o caminho da busca de toda sua vida, por um não mais “falsamente consciente”, mas por um sujeito *transindividual* moralmente consciente e responsável.

1.4.3

Uma citação de um dos maiores trabalhos de Lukács – *O jovem Hegel* – nos proporciona a compreensão de suas motivações interiores, não apenas as da época em que escreveu *História e consciência de classe*, mas também as de muito mais tarde. Ela também ajuda a explicar alguns dos aspectos proeminentes no desenvolvimento do Lukács maduro, acima de tudo seu “conservadorismo estético”. Foi muitas vezes condenado por seus críticos por se alinhar com Goethe e Balzac – e também com Thomas Mann, elogiado pelo filósofo como o mais notável representante no século XX da *alternativa positiva* à perspectiva do desespero, analisado por Lukács em suas reflexões sobre Hegel – e por comparar favoravelmente esses autores com a desconcertante visão de mundo da “vanguarda” e seus defensores. Como deixa bem claro a citação abaixo de *O jovem Hegel*, a opinião a favor de Goethe, Hegel, Balzac e Thomas Mann não era de modo algum para Lukács uma questão de gosto estético, conservador ou não. Ela dizia respeito à trágica visão que teve dos fatos históricos e sociais em andamento, que tentou transmitir em todos os seus textos mais importantes, inclusive em *História e consciência de classe*. Foi assim que ele formulou a crua alternativa que estava diante da humanidade numa obra escrita na emigração da União Soviética, opondo-se à linha oficial Stalin/Zhdanov sobre Hegel como “representante da extremada reação conservadora contra a Revolução Francesa”:

Ricardo e Balzac não eram socialistas; eram na verdade oponentes declarados do socialismo. Mas tanto a análise econômica objetiva de Ricardo como a mimese literária de Balzac do mundo do capitalismo apontam para a necessidade de um novo mundo não menos vividamente do que na crítica satírica de Fourier sobre o capitalismo. Goethe e Hegel permanecem no limiar da última grande e trágica florescência da ideologia burguesa. *Wilhelm Meister* e *Fausto*, *A fenomenologia do espírito* e a *Enciclopédia* formam parte da monumental realização em que as últimas energias criativas da burguesia estão reunidas para dar expressão intelectual ou literária a sua própria situação *tragicamente contraditória*. Nas obras de Goethe e Hegel, o reflexo do período heroico da era burguesa é ainda mais claramente visível do que em Balzac, para quem a era parece nada mais que um glorioso prelúdio para a terrível vitória final da prosa do período capitalista.²⁷ Algumas páginas adiante, Lukács decifrou as trágicas implicações do dilema de Hegel, compartilhado por outras grandes personalidades de sua classe:

O âmago da concepção de Hegel da “tragédia no reino do ético” é que ele concorda inteiramente com a visão de Adam Smith de que o desenvolvimento das forças materiais de produção é progressivo e necessário, mesmo com respeito à cultura... Ele tem a mesma força de Smith e Ricardo em suas críticas severas às queixas dos românticos sobre o mundo moderno e desdenha sua sentimentalidade, que se fixa em particulares e não vê a situação inteira. No entanto, ao mesmo tempo ele também vê – e isto o aproxima dos interesses e preocupações de Balzac e Fourier – que o tipo de homem produzido por esse avanço material no capitalismo, e por meio deste, é a negação prática de tudo o que é grande, significativo e sublime que a humanidade tenha criado no decorrer da história até então. A contradição de dois fenômenos necessariamente conectados, o elo indissolúvel entre o progresso e a degradação da espécie humana, a aquisição do progresso à custa de tal degradação – este é o centro da “tragédia no reino do ético”. Assim Hegel articula uma das maiores contradições da sociedade capitalista e, com certas ressalvas, de todas as sociedades de classe.²⁸

Foi assim que Lukács no final ligou a visão hegeliana da “tragédia no reino do ético” ao imperativo socialista e, nisso, ao próprio dilema e ao necessário apelo à “responsabilidade dos intelectuais” que surgia da conceituação das alternativas que, a seu ver, devem ser enfrentadas no mundo contemporâneo:

... seria superficial insistir em que Hegel teria sido bem maior se jamais houvesse adotado o conceito da “reconciliação”. A análise dialética real do progresso humano e suas contradições só poderia ser empreendida de um ponto de vista dominado por uma crença na vitória final do progresso, apesar de todas as contradições. Somente a perspectiva de uma sociedade sem classes proporciona uma visão das *tragédias a enfrentar no caminho* sem sucumbir-se às tentações de um *romantismo pessimista*. Por esta razão, devemos colocar a crítica social de Fourier mais alto do que a de Hegel. Se esta perspectiva não estiver disponível para um pensador – e já vimos que ela não estaria disponível para Hegel – só existem então duas possibilidades abertas a qualquer um que tenha uma visão clara das contradições. Ou ele há de se agarrar às contradições, caso em que terminará como um pessimista romântico – ou *manterá sua fé, apesar de tudo*, de

²⁷ Lukács, *The Young Hegel: Studies in the Relation Between Dialectics and Economics*, Londres, The Merlin Press, 1975, pp. 400-1.

²⁸ Id., *ibid.*, p. 408.

que o progresso é inevitável, *não importa quantas tragédias estiverem espalhadas pela estrada*. ... Apenas devido ao amor à realidade e ao profundo compromisso de Hegel para com ela, foi possível a existência da riqueza concreta da dialética hegeliana. Se o seu sistema culmina em “reconciliação,” isto mostra apenas que, enquanto estiver fechado o horizonte da sociedade de classes, o progresso humano, mesmo no reino do espírito e da filosofia, é levado a dar voltas pelo labirinto do que Engels chamou de “falsa consciência”.²⁹

Assim, a atitude moral e intelectual defendida por Lukács não foi de modo algum escolhida e recomendada com base em qualquer critério estético. Na Hungria, onde Lukács teve sua formação intelectual, o papel da literatura consistiu, durante séculos, em intervenção direta nas questões sociais e políticas mais fundamentais, e a revolução de 1848-49 contra o domínio dos Habsburgos foi iniciada, como se podia esperar, no dia 15 de março (ainda hoje o dia mais importante no calendário nacional) pelo grande poeta Sándor Petöfi, que recitou seu poema “Levantai, húngaros” nos degraus do Museu Nacional. Dentro da mesma tradição, o ídolo do jovem Lukács (que jamais deixou de ser objeto de sua veneração), o poeta Endre Ady, disse-o em alto e bom som, em seu credo artístico:

Não vim para ser um artista,
mas para ser tudo!
Mestre era eu, o poema
apenas um criado enfeitado.

Lukács escolheu uma via moral e política intensamente pública, uma cruzada em defesa de seus ideais. Ele foi *obrigado* a entrar no campo da teoria estética e da crítica literária depois de ter sido derrotado pelos esbirros de Stalin como político. Mesmo então, ele preferiu continuar a afirmar a mensagem moral e política inicialmente escolhida, utilizando o meio da análise literária e da estética – como Ady usou a poesia como seu “criado enfeitado” – a serviço da emancipação humana, aceitando uma condição que calhava bem com a “tragédia no reino do ético”. Ele continuou a apelar para o exemplo de Goethe e Hegel, Balzac e Thomas Mann, porque desejava fazer com que as pessoas evitassem as armadilhas do “pessimismo romântico”.

A abordagem de Lukács (inclusive a chamada maneira “olímpica” de distanciar-se, como Goethe e Hegel, dos conflitos da época depois de ser forçado a retirar-se do campo da política) era representativa de muitos intelectuais burgueses que, como ele, adotaram a causa socialista. A Revolução Russa, com a qual se recusaram a romper, desencadeou a mudança de sua perspectiva, muitas vezes apesar dos custos de suas próprias tragédias pessoais. O próprio Lukács foi encarcerado por algum tempo na Rússia de Stalin e, mais de uma vez na vida, teve de enfrentar o risco de ser preso na Hungria, passando meses na prisão depois do levante de 1956. Ele sabia enfrentar essas adversidades com força de espírito, pois compartilhava plenamente o que afirmou sobre Hegel: “uma crença na vitória final do progresso, apesar de todas as contradições”, ainda que isto significasse para o futuro próximo a “tragédia no reino do ético”.

Entretanto, fica a pergunta: até que ponto as determinações da “falsa consciência”, identificada pelo autor de *História e consciência de classe* e de *O jovem Hegel*, afetaram

²⁹ Id., *ibid.*, pp. 418-9.

sua própria condição, quando a tentativa histórica de romper com o “horizonte fechado da sociedade de classes”, que ele previu e avalizou, tomou um *caminho sem saída* – o fatídico *desenvolvimento sem saída* do sistema soviético? Pois, sob tais condições, na ausência de uma clara admissão de que todas aquelas décadas de sacrifício e “tragédia no reino do ético” só poderiam produzir um desenvolvimento descarrilhado, “manter a fé, apesar das muitas tragédias encontradas pelo caminho”, representou, apesar de inadvertidamente, uma atitude acrítica em relação às grandes contradições do sistema que mantinha o domínio do capital sob outra forma: o controle estatal alienado dos meios de produção e da concomitante e politicamente compulsiva extração do trabalho excedente. Inevitavelmente, “apesar de todas as contradições,” permanecer fiel à perspectiva de *História e consciência de classe* e de *O jovem Hegel* não evitou a acusação de “falsa consciência”, no sentido atribuído pelo próprio Lukács a Hegel, nem a de “má-fé”, de que seus detratores tentaram acusá-lo.

Outra questão difícil diz respeito ao desaparecimento histórico dos destinatários originais das exortações morais de Lukács: intelectuais burgueses que desejavam adotar a causa socialista. Neste sentido, a profunda crise estrutural do sistema do capital global poderia produzir uma alteração significativa no futuro? Seja como for, a “volta ao lar” da *intelligentsia* burguesa trouxe consigo um grande problema para o movimento da classe trabalhadora por toda parte. Um fato muito desanimador a ser enfrentado é que a tese de Lenin da “importação externa da consciência de classe para a classe trabalhadora” através da atuação dos intelectuais burgueses – tese que Lukács, como se esperava, abraçou até o fim – provou ser historicamente inviável no decorrer dos acontecimentos do século XX. As formulações originais de Marx – sobre a necessidade de desenvolver a “consciência de massa comunista” – visavam uma solução muito diferente. Desta maneira, ao indicar, como medida de sua viabilidade ou fracasso, a necessidade estratégica da orientação e da ação de massa, em termos das quais o projeto socialista foi desde o início concebido, a definição marxista do caminho à frente oferece um indicador esperançoso para a necessária reorientação do movimento. Mas apenas um indicador, pois à luz da experiência histórica ocorrida nesse meio tempo é necessário reafirmar as dificuldades de uma rearticulação radical do movimento socialista como um *movimento de massa* viável.

1.4.4

Apesar de todas as suas mistificações, no sistema hegeliano o “capital” era às vezes considerado não simplesmente como alguma espécie de entidade material (como os “bens de capital”), mas como uma *relação*. No entanto, Hegel descreveu esta relação como sendo:

- 1) *absolutamente inevitável*;
- 2) *uma compulsão benevolente*; e
- 3) necessariamente regida por um *sujeito supraindividual*, em vista dos constituintes individualistas isolados – os indivíduos personalistas – de que o complexo totalizador da “sociedade civil” supostamente se constituiria.

A concepção de Hegel de “Sujeito-Objeto idêntico” era um corolário necessário de tudo isto, pois a única determinação coesiva que ele poderia oferecer para

manter sob controle as forças centrífugas da sociedade civil (em suas próprias palavras, *infinita*) – nos limites de um sistema concebido do ponto de vista do capital – era a pseudomediação realizada pela “astúcia da Razão” subordinando a si todos os indivíduos. O Sujeito-Objeto idêntico, como verdadeira força motriz histórica, tinha de realizar seu próprio projeto, produzindo e perpetuando, por meio da instrumentalidade escolhida de indivíduos particulares, sua própria ordem – já estabelecida –, além da qual não poderia haver nada racionalmente concebível.

Lukács adotou a concepção hegeliana como ponto de partida filosófico. Este foi o ponto de contato pelo qual ele desejava mediar sua recém-descoberta mensagem socialista para todos os que ainda viam o mundo através das lentes da filosofia burguesa clássica. Compreensivelmente, diante das circunstâncias dadas pelo turbilhão revolucionário e pós-revolucionário, a questão da força histórica era proeminente entre as preocupações de Lukács em *História e consciência de classe*. Para transmitir esta mensagem, ele teve de rejeitar não apenas o conto de fadas da compulsão benevolente de Hegel, mas também sua visão da absoluta impossibilidade de fugir das determinações da “sociedade civil”. Ao mesmo tempo, Lukács também teve de transformar o sujeito *supraindividual* num sujeito coletivo *transindividual* em pleno controle de seu próprio destino, sem o que a superação esperada da “tragédia no reino do ético” não seria convincente. Não obstante, é estranho que Lukács tenha pensado que poderia encontrar uma solução satisfatória para as questões teóricas e práticas pertinentes em termos de sua própria versão do “Sujeito-Objeto idêntico da história”.

No prefácio de 1967 para *História e consciência de classe*, Lukács admitiu que seus esforços resultavam apenas em “*ser mais hegeliano do que Hegel*”³⁰. Foi um diagnóstico generosamente correto. Como resultado do “incorrigível substitucionismo” típico de *História e consciência de classe*, o Sujeito-Objeto idêntico de Lukács terminou sendo uma entidade *supraindividual* totalmente abstrata e *sollen* (ou seja, “carregada de dever ser”) – ainda que secular: o Partido, escrito com maiúscula, sacralizado e hipostasiado como portador de um *imperativo moral*.

Na verdade, a problemática hegeliana do Sujeito-Objeto idêntico – como concepção reprodutora da hierarquia – não poderia ser mais estranha ao modo de controle sociometabólico socialista. Como veremos no capítulo 19, a contraimagem marxiana e os critérios de viabilidade para a regra do capital diziam respeito ao estabelecimento de mediações materiais e institucionais adequadas entre os indivíduos no quadro de um sistema comunal altamente produtivo, e não à invenção de um novo sujeito *supraindividual*. O projeto socialista tinha de visar a *restituição* dos poderes alienados do controle sociometabólico aos produtores associados, no contraste mais rigoroso possível em relação ao *substitucionismo* cada vez maior e, no final, totalmente petrificado e ainda violentamente superposto que tiveram de enfrentar no sistema stalinista.

A verdadeira tragédia (e não apenas “no reino do ético”) foi que, sob as circunstâncias de revoluções derrotadas por toda parte, exceto na Rússia – o que inevitavelmente também significou o isolamento da única revolução sobrevivente –, se negaram cruelmente as condições históricas para o desenvolvimento bem-sucedido dos termos

³⁰ Lukács, *History and Class Consciousness*, Londres, The Merlin Press, p. xxiii.

materiais e institucionais exigidos pelo modo socialista da alternativa metabólica ao domínio do capital como empreendimento *global*. Abriram-se totalmente as portas, não somente para a estabilização do sistema do capital seriamente abalado no Ocidente, mas também para a emergência, na Rússia pós-revolucionária, de uma nova forma de “personificação do capital”, que poderia operar um ritmo forçado de extração do trabalho excedente em nome da revolução e para o propósito declarado da necessária “acumulação socialista”, justificada pela promessa de ultrapassar em pouco tempo os principais países capitalistas na produção *per capita* de ferro gusa, aço e carvão como medida do sucesso socialista. Como estrutura de comando desse novo gênero de controle sociometabólico, o Partido teria de pairar acima de todos como regulador da extração politicamente compulsória do trabalho excedente, com todos os seus corolários culturais/ideológicos. Com isso, o Estado foi reforçado e, mais do que nunca, centralizado na forma de Partido-Estado, em vez de dar início ao próprio “encolhimento”, conforme previsto no projeto socialista original.

A teorização representativa da situação pós-revolucionária, que Lukács introduziu em *História e consciência de classe*, surgiu das novas restrições e circunstâncias históricas. Sua obra de modo algum previa e muito menos se identificava favoravelmente com as soluções stalinistas que vieram a prevalecer mais tarde. Muito pelo contrário, *História e consciência de classe* apresentou um quadro idealizado das possibilidades inerentes aos fatos que ocorriam. Lukács na verdade procurou criar soluções que deveriam prevalecer não apenas sobre a inércia material sufocante mas, o que para ele era bem mais importante, também sobre os riscos do descarrilamento e da burocratização – os métodos firmemente rejeitados do “partido da espécie antiga” –, definindo a *raison d’être* do Partido em termos de um rigoroso preceito moral.

Entretanto, o Sujeito-Objeto idêntico de Lukács – o proletariado, com seu “ponto de vista da totalidade” – no final terminou sendo não a classe dos trabalhadores, mas o Partido. Dizia-se que a classe como tal era prisioneira de sua “consciência psicológica”, algo que se opunha a sua “consciência imputada” ou “atribuída”, sem a qual, na sua opinião, a revolução não poderia ter sucesso. O substitucionismo de *História e consciência de classe* resultou necessariamente deste diagnóstico. O dilema de Lukács – compartilhado por muitos intelectuais na época solidários à revolução – tornou-se então: como demonstrar a inevitável vitória do socialismo, apesar das fragilidades do “elo mais fraco” e apesar da inércia ideológica dominante entre os trabalhadores. As dificuldades que emergiam desta última foram enfatizadas pelo autor de *História e consciência de classe*, que repetidamente explicava a importância das consequências negativas do sucesso dos partidos reformistas da Segunda Internacional na manipulação da “consciência psicológica” do proletariado³¹.

Como veremos na Parte II, Lukács apresentou uma garantia de vitória socialista em termos filosófico-metodológicos e ideológicos. A categoria do “Sujeito-Objeto idêntico” era uma parte essencial de sua solução. Pela própria definição de sua natureza, o “Sujeito-Objeto idêntico da história” poderia oferecer uma *garantia axiomática* de êxito, assim como na filosofia hegeliana era absolutamente inconcebível imaginar

³¹ Segundo Lukács: “Com a ideologia da social-democracia, o proletariado cai vitimado por todas as antinomias da reificação” (Id., *ibid.*, p. 297).

outra coisa que não o sucesso total para o empreendimento do Sujeito-Objeto idêntico, o Espírito do Mundo autorrealizador. Lukács estipulou que a condição *moral* seria a única necessária para o sucesso, insistindo em que o Partido teria de *merecer* o papel historicamente atribuído a ele, lutando pela confiança da classe trabalhadora e conquistando-a honestamente, o que poderia deter muito do que via a seu redor em seus esforços contra algumas figuras do alto escalão do partido húngaro e do Comintern.

No entanto, muito além do caráter axiomático do Sujeito-Objeto idêntico, colocado por Lukács a serviço da transformação em força das fragilidades do “elo mais fraco”, ele também precisava de Hegel por outras razões. Em Hegel ele via as possibilidades últimas e também os limites insuperáveis da tradição filosófica clássica burguesa. Contra esta, Lukács propôs a adoção intelectualmente viável do “ponto de vista da totalidade” pelos pensadores socialistas – possibilidade que, para ele, a lógica objetiva da própria história negava até mesmo a Hegel, para não mencionar seus predecessores e sucessores – como a prova da vitória socialista não apenas no domínio da filosofia, mas no enfrentamento social fundamental entre o capital e o trabalho em geral. Ao mesmo tempo, o dilema relativo à “consciência psicológica” da classe trabalhadora foi também resolvido por Lukács em termos intelectuais e ideológicos: ao projetar o sucesso ideológico do “trabalho da consciência sobre a consciência”. Este trabalho teria de ser concebido pela ação do Partido, definido por Lukács como a “encarnação visível e organizada da consciência de classe”³² e como a “ética do proletariado”³³. Esse tipo de caracterização do Partido não foi oferecido como um fim em si, mas como a forma possível de enfrentar o desafio histórico. Na visão de Lukács, expressa em *História e consciência de classe*, a alternativa que havia à frente era grave, mas simples. Desde que o Partido, em plena consciência de sua missão histórica, pudesse realizar as exigências de seu preceito moral, seria possível encontrar uma maneira de superar “a crise ideológica do proletariado”. De outro modo, a humanidade tendia a precipitar-se no barbarismo.

Assim, a preocupação marxiana com as condições objetivas da alternativa sociome-tabólica necessária foi abandonada em favor de um discurso teórico-ideológico elevado. Ao mesmo tempo, a atuação supraindividual da história foi trazida de volta por Lukács pela porta dos fundos na forma do Partido, caracterizado por ele como “a mediação concreta entre os homens e a história”³⁴. Desse modo, o autor de *História e consciência de classe* oferecia uma garantia axiomática de sucesso, e também contornava a necessidade de indicar, mesmo que em termos incompletos, as imprescindíveis mediações materiais e institucionais que em seu devido tempo deveriam superar, no mínimo em princípio, as restrições e contradições do sistema soviético pós-revolucionário.

1.4.5

A solução de Lukács para o grande peso do *presente* só poderia ser teórica e abstrata, no mesmo molde em que ele postulava a “vitória teórica” sobre a filosofia burguesa

³² Id., *ibid.*, p. 42.

³³ Id., *ibid.*

³⁴ Id., *ibid.*, p. 318.

clássica como garantia da vitória socialista sobre a ordem burguesa. Ele discutiu assim a questão da forma correta de ver o presente, dando paradoxalmente a última palavra a ninguém menos do que o próprio Hegel:

Enquanto o homem concentrar seu interesse contemplativamente no passado ou no futuro, ambos se fossilizam numa existência alienada. Entre o sujeito e o objeto está o “pernicioso abismo” insuperável do presente. O homem deve ser capaz de *compreender o presente* como um vir-a-ser. ... Apenas aquele que deseja, e cuja missão é criar o futuro, pode *ver o presente* em sua verdade concreta. Como diz Hegel: “Verdade é não tratar os objetos como estranhos”.³⁵

“Compreender o presente como o vir-a-ser” e “vê-lo” à luz de um entendimento correto de seu caráter processual – graças ao trabalho da consciência sobre a consciência – tornaram-se assim a solução idealizada para as crescentes contradições do presente. Entretanto, desta forma não se quebraria o encanto do “capital permanente universal” de Hegel. Ao contrário, todo o empreendimento de *História e consciência de classe* teve de se conter dentro dos limites de algumas das categorias mais importantes do sistema hegeliano.

No entanto, a iniciativa magistral de Lukács adquiriu significado representativo não *apesar*, mas precisamente *por* e *com* suas limitações. A problemática concepção do filósofo húngaro do desenvolvimento histórico materialmente sustentável e, neste, do papel da intervenção política consciente, não era somente dele. A natureza da revolução “no elo mais fraco da corrente” tinha muito a ver com isto. À sua frente, ele tinha as evidências de uma revolução bem-sucedida – a única a sobreviver – e procurava formas de *generalizar* o que identificava como as condições que asseguravam o sucesso em relação ao mundo materialmente mais avançado do Ocidente capitalista, onde ele e seus companheiros socialistas foram derrotados. Assim, não era bastante afirmar, repetida e apaixonadamente, que a derrota era o “prelúdio necessário para a vitória”³⁶. A própria fraqueza material teria de ser transformada em vantagem revolucionária. Consequentemente, Lukács declarou que “o caráter *não desenvolvido* da Rússia ... dava ao proletariado russo a oportunidade de resolver a crise ideológica com maior eficiência”³⁷, prometendo um percurso mais fácil também no futuro, com base na alegada vantagem histórica: “a menor influência exercida na Rússia pelos modos de pensar e sentir capitalistas sobre o proletariado”³⁸. Lukács assim conseguiu – em pleno acordo com sua meta consciente – evitar as armadilhas do “pessimismo romântico”. Mas, irônica e tragicamente, sob as circunstâncias que prevaleciam, ele só poderia fazer isto lançando algumas de suas mais caras esperanças no molde de um “otimismo romântico”.

Contudo, para ser justo, dada a vazante da onda revolucionária na Europa e o atraso material da Rússia, o programa marxista de superação do domínio do capital em termos socioeconômicos, na qualidade de modo de controle metabólico globalmente dominante, não poderia estar na agenda histórica do momento em que *História e consciência de classe* foi escrito, nem na Rússia nem em qualquer outro lugar. Além do

³⁵ Id., *ibid.*, p. 204.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 43.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 312.

³⁸ Id., *ibid.*, p. 340.

mais, os longos anos de guerra civil e suas penosas consequências atraíram ainda mais a atenção para o terreno político. “Fazer da miséria uma virtude” – sob o impacto da “força das circunstâncias” – significava que o alvo real das transformações socialistas, a necessidade de ir *além do capital*, praticamente desaparecia do horizonte. Seu lugar foi tomado por uma orientação centrada na *política*, deixando de lado ou desconsiderando a insistência de Marx em que a revolução tinha de ser *econômica e social*, em oposição à necessariamente limitada e restrita margem de ação oferecida por qualquer revolução *política*. Com isto, as estruturas e realizações produtivas tiveram de ser adotadas sem maiores questionamentos e consideradas diretamente utilizáveis, definindo assim a principal tarefa da estratégia socialista: a superação mais rápida possível dos países capitalistas mais importantes, e a descoberta de palavras convincentes até mesmo para as práticas mais intensas do *taylorismo* explorador. Foi desta maneira que as fatídicas fraquezas do elo mais fraco vieram a dominar não apenas na Rússia pós-revolucionária, mas em todo o movimento socialista internacional.

Naturalmente, Lukács não se identificou conscientemente com todos os aspectos deste desenrolar dos fatos. Contudo, ele adotou de coração suas principais características. A solução filosófica e ideológica que ofereceu para os problemas observados em *História e consciência de classe* foi complementada por uma orientação exclusivamente *política* em termos práticos, restringindo irremediavelmente o conceito marxista da prática social transformadora. Mais uma vez, isto foi feito a fim de demonstrar a força do elo mais fraco. Os detalhes desses problemas devem ser deixados para a Parte II, especialmente nos capítulos 8 e 9. Para concluir esta seção, é preciso mencionar rapidamente o significado conferido por Lukács à revolução política que “expropriava os expropriadores”, os capitalistas. Nela, Lukács celebrou não simplesmente o primeiro passo na estrada para uma potencial transformação socialista, mas a abolição de toda oposição “entre passado e presente”. E continuou, postulando que, por meio do ato político de “tirar-se o domínio do trabalho das mãos do capitalista”³⁹, a emancipação do trabalho estaria efetivamente realizada, restando apenas para o futuro a tarefa da “socialização” – definida como o que faz o proletariado “tornar-se consciente da relação interna alterada do trabalho relativamente às suas formas objetificadas (a relação do presente com o passado)”⁴⁰. Assim a “revolução sitiada no elo mais fraco da corrente” encontrou sua teorização representativa em *História e consciência de classe*.

1.5 A perspectiva da alternativa inexplorada de Marx: do “cantinho do mundo” à consumação da “ascendência global” do capital

1.5.1

Marx não tinha nenhuma necessidade de “supra-hegelizar Hegel”. Seu enfoque primordial não era um país subdesenvolvido e devastado, lutando com a tarefa da “acumulação primitiva”, mas a forma clássica do desenvolvimento capitalista, que

³⁹ Id., *ibid.*, p. 248.

⁴⁰ Id., *ibid.*

produziu a confiante teorização de seus próprios caminhos “naturais” e uma absoluta legitimidade nos escritos da economia política clássica: o principal alvo teórico de Marx. Igualmente, com relação à ação revolucionária, o que Marx tinha em mente não era uma classe trabalhadora pequena e até dizimada numa guerra civil, mas o energicamente ascendente proletariado industrial dos países capitalistas dominantes. Dado seu enfoque essencial – a “Crítica da economia política”, explicitada nos subtítulos de *todas* as suas principais obras –, as complicações a serem enfrentadas na ausência de um proletariado industrial forte só poderiam estar à margem de suas preocupações. E, mesmo quando entraram no horizonte de Marx, nos últimos anos de sua vida, não trouxeram consigo grandes reavaliações teóricas. A ideia de uma atuação substitutiva, seja lá sob que forma, era algo abominado por ele. Quando sua probabilidade assumiu uma forma organizacional tangível na Europa, no momento da adoção do *Programa de Gotha* alemão, ele protestou veementemente. Marx percebeu claramente que o “substitucionismo” só poderia ser desastroso para o movimento socialista.

Por todas essas razões, a relação de Marx com Hegel não seria muito problemática. Ele dava ao grande filósofo alemão o merecimento de alguém que abriu o caminho ao pensamento dialético, mas não hesitou em descartar ao mesmo tempo o seu “Sujeito-Objeto idêntico” na qualidade de mitologia conceitual. Para Marx, o que viciava a filosofia de Hegel não era apenas seu idealismo, mas o fato de este compartilhar o “ponto de vista da economia política”, o que significava uma postura totalmente acrítica em relação ao capital como controle metabólico da sociedade. E, já que Marx adotou o “ponto de vista do trabalho” em sua tentativa de explicar claramente uma alternativa radical para a ordem estrutural dada, sua concepção de história tinha de ser diametralmente oposta à de Hegel.

Por todas estas razões, o conceito de Marx do capital como uma ordem histórica que se desenvolvia dinamicamente e a tudo abrangia estava, em sua origem, ligado à concepção de “história do mundo” hegeliana: o domínio da irresistível atividade própria do Espírito do Mundo. Entretanto, à grande visão idealista de Hegel da história do mundo se desdobrando idealmente, a interpretação marxista contrapôs um conjunto de acontecimentos e fatos tangíveis, empiricamente identificáveis, que diziam respeito a indivíduos reais em seu ambiente institucional realmente existente. Marx assim formulou sua contraimagem materialista explicitamente oposta à concepção hegeliana:

Quanto mais se estendem, no curso desse desenvolvimento, as esferas separadas, que atuam umas sobre as outras, e quanto mais o isolamento original das nacionalidades separadas é destruído pelo modo avançado de produção, pelo intercâmbio e pela divisão natural do trabalho entre as diversas nações emergentes que daí resulta, mais a *história se torna história do mundo*. Assim, por exemplo, se na Inglaterra é inventada uma máquina que priva de pão milhares de trabalhadores na Índia e na China, e derruba toda a forma de existência desses impérios, esta invenção se torna um *fato histórico mundial*. ... Disto resulta que a transformação da história em história do mundo não é absolutamente mero ato abstrato de parte da “autoconsciência”, do espírito do mundo, ou de qualquer outro espectro metafísico, mas um ato bastante material e empiricamente verificável, ato cuja prova cada indivíduo fornece enquanto vai e vem, come, bebe e se veste. Na história decorrida até o presente certamente também é da mesma forma um fato

empírico que, com a amplificação de sua atividade em *atividade histórica mundial*, os indivíduos isolados se tornam cada vez mais escravizados sob uma *força alheia a si* (uma pressão por eles concebida como uma brincadeira suja de parte do chamado espírito do mundo etc.), força que se torna cada vez mais enorme e, no final, termina sendo o *mercado mundial*.⁴¹

Naturalmente, esta visão da história do mundo, concebida como a difusão universal do modo de produção mais avançado no quadro de um mercado mundial plenamente desenvolvido – ou seja, como um processo de real “vir-a-ser”, caracterizado por atividades claramente identificáveis de produção e consumo, dentro de seus parâmetros estruturais e institucionais muito bem definidos –, trouxe com ela a visão correspondente da saída dos antagonismos destrutivos da ordem social prevalecente, pois, de um lado, ela visava, como pré-requisitos de sua realização, o nível mais elevado possível de produtividade – o que, por sua vez, implicava a necessária transcendência de determinadas barreiras e contradições locais e nacionais, bem como uma total integração benéfica e racionalização cooperativa da produção material e intelectual numa escala global. Por outro lado, como inevitável corolário do caráter global da tarefa especificada, antecipava a ação conjunta das nações industrialmente mais poderosas, de modo a produzir a nova ordem social – em seu modo de funcionamento “universal” objetivo e em seu espírito conscientemente internacionalista. Para citar Marx novamente:

... esse desenvolvimento das forças produtivas (que ao mesmo tempo implica a real existência empírica dos homens em seu ser *histórico-mundial*, e não local) é uma premissa prática absolutamente necessária, porque sem ela a privação e a carência se generalizam, e com a carência recomençariam as lutas pelo básico e toda a velha sujeira seria necessariamente restaurada; além do mais, porque somente com esse *desenvolvimento universal* das forças produtivas é que se estabeleceria um *intercâmbio universal* entre os homens, o que de um lado produz *em todas as nações* simultaneamente o fenômeno da massa “sem propriedade” (a competição universal), tornando *cada nação dependente das revoluções das outras* e, finalmente, coloca *indivíduos histórico-mundiais e empiricamente universais* no lugar dos locais. ... Empiricamente, o comunismo só é possível como *ato dos povos dominantes “todos de uma vez” e simultaneamente*, o que pressupõe o desenvolvimento *universal* das forças produtivas e do *intercâmbio mundial* ligado a elas.⁴²

Esta maneira de abordar as questões demonstrou não apenas a superioridade da concepção materialista da história em relação a seus equivalentes idealistas, inclusive a visão hegeliana, mas também as grandes dificuldades que acompanhavam a adoção do método marxiano. No que diz respeito às filosofias idealistas, o peso da prova material em relação à realização prática das tendências históricas – apreendidas nas circunstâncias objetivas de indivíduos realmente vivos que se dedicassem a suas metas dentro da rede das complexas determinações sociais – não existia e não poderia existir. A atuação dentro do quadro conceitual e idealista permitiu a Hegel substituir as provas materiais exigidas pelas abstrações convenientemente maleáveis, em última análise circulares, do Espírito do Mundo “autoalienante”,

⁴¹ MECW, vol. 5, pp. 50-1.

⁴² Id., *ibid.*, p. 49.

que alcançou sua realização final na intranscendível ordem mundial da “sociedade civil” capitalista e seu “Estado ético”.

Em compensação, as dificuldades de Marx eram inseparáveis da adoção dos princípios orientadores materialistas e do método histórico e dialético correspondente. O aspecto problemático da visão apresentada nas duas últimas citações não era sua pertinência em relação ao conjunto da nova época histórica, mas sua relação com o estado real das coisas na maior parte do mundo no momento de sua concepção.

1.5.2

Aqui estão em jogo duas questões fundamentais. A primeira diz respeito à necessidade da *transição* e a segunda, ao quadro histórico e global em que se poderia realizar com sucesso a transição para a ordem socialista defendida.

Hegel descrevia o capital como a *permanência congelada*, associada a sua definição de universalidade como o “moderno”. Da mesma forma, a liberdade com que Hegel estava preocupado, na postulada “realização da liberdade” através da história do mundo, era apenas a “ideia da liberdade”. Segundo Hegel, todas as coisas eram regidas por seus princípios, e o “princípio do mundo moderno” era considerado o “pensamento e o universal”⁴³. Os problemas da história do mundo foram assim resolvidos pela definição de um conjunto de conceitos entrelaçados, dentro do domínio do Espírito do Mundo que se autoantecipava e necessariamente se autorrealizava. Desta maneira, o prejulgado e historicamente congelado particularismo do capital poderia ser elevado à posição ideal de universalidade atemporal e permanência racionalmente incontestável. Como, na visão de Hegel, já havíamos atingido a fase histórica da plena adequação do Espírito do Mundo a si mesmo, não era concebível surgir a questão da transição para uma diferente ordem do mundo.

Ao contrário de Hegel, Marx tratou o sistema do capital como *necessariamente transitório*. A despeito do avanço histórico incorporado ao modo de funcionamento do capital no que se refere à produtividade quando comparada ao passado (o que Marx admitia mais do que generosamente), ele considerava sua viabilidade socio-metabólica confinada a uma fase histórica rigorosamente limitada que devia ser superada pela intervenção radical do projeto socialista, pois as determinações estruturais mais centrais do sistema do capital – baseadas num conjunto de relações de mediação articuladas para a dominação do trabalho, a serviço da necessária extração do trabalho excedente – eram irremediavelmente *antagônicas* e, em última análise, não apenas destrutivas, mas também *autodestrutivas*.

O projeto socialista concebido por Marx visava o redimensionamento qualitativo dessa *estrutura antagonista* de mediações reais que Hegel, sintonizado com seu ponto de vista social e apesar de sua grandeza como pensador, teve de envolver num nevoeiro místico. Uma vez que os termos de referência das formas e instituições de mediação social historicamente dadas estavam identificadas no método marxista, desnudando suas determinações internas incuravelmente anta-

⁴³ Hegel, *The Philosophy of Right*, p. 212.

gônicas, tornou-se claro também que *remédios parciais* não poderiam retificar os antagonismos materiais fundamentais, políticos e culturais e as desigualdades estruturais do sistema do capital.

Deste modo, o empreendimento socialista tinha de ser definido como *alternativa* radical para o modo de controle sociometabólico de todo o sistema do capital. Este último não poderia funcionar de nenhuma outra maneira, a não ser sob a forma da própria imposição como *alienação radical do controle* dos indivíduos. Consequentemente, nenhuma intervenção sobre alguns defeitos parciais por meio de reformas de acomodação – a via seguida em vão por mais de um século e totalmente abandonada havia pouco tempo pelo movimento social-democrata – poderia enfrentar essa dificuldade.

Desejando realizar alguma coisa, o projeto socialista tinha de se redefinir como a *restituição* da função de controle historicamente alienada para o corpo social – os “produtores associados” – sob *todos* os seus aspectos. Em outras palavras, o projeto socialista teria de ser realizado como um *modo de controle sociometabólico qualitativamente diferente*: um controle constituído pelos indivíduos de tal maneira que não fosse deles *alienável*. Neste aspecto, para ser bem-sucedido, teria de ser um modo de controle capaz de regular as funções produtivas materiais e intelectuais dos intercâmbios de mediação dos indivíduos entre si mesmos e, por natureza, não *vindo de cima* – a única maneira em que a “mão invisível” *supraindividual* poderia afirmar seu poder nada benevolente, usurpando os poderes *interindividuais* de tomada de decisão –, mas sim emergindo da *base social mais ampla possível*.

Enquanto o capital permanece *globalmente dominante*, sua “transitoriedade” (ênfatisada por Marx) está sujeita a permanecer apenas latente, pois, não importa o quanto seja problemática sua condição mais profunda, sob as condições de sua dominação global, a falsa aparência da inalterável permanência do sistema do capital marca nitidamente o horizonte da vida cotidiana relativamente calma na sociedade da mercadoria.

Aqui a concepção marxiana deve ser cotejada com sua própria perspectiva alternativa inexplorada. Os fatos históricos reais desde a época da morte de Marx produziram algumas limitações dolorosas neste aspecto.

No segundo trecho citado de *A ideologia alemã*, na seção 1.5.1, Marx referiu-se duas vezes à categoria de *simultaneidade*, tentando explicar a natureza dos fatos em andamento. Em primeiro lugar, ele indicou que o desenvolvimento universal das forças produtivas sob a regra do capital traz consigo não apenas o “intercâmbio universal” dentro do quadro do mercado mundial, mas também “*em todas as nações simultaneamente*, o fenômeno da massa ‘sem propriedade’ (a competição universal)”. E, em segundo lugar, como corolário do primeiro, enfatizou que “o comunismo só é possível como ato dos *povos dominantes* ‘todos de uma vez’ e *simultaneamente*”. Quanto ao terreno em que se esperava que os “povos dominantes” atuassem simultaneamente, Marx tinha em mente a Europa.

Enquanto o objeto de análise é o tipo clássico de desenvolvimento capitalista, sem as complicações nele introduzidas pelo “desenvolvimento desigual”, os critérios enumerados por Marx permanecem válidos. Se estendida universalmente, a competição produz sem a menor dúvida a “massa sem propriedade” – e, simultaneamente, num índice

bastante uniforme, em todas as nações. Desta situação difícil também resultaria que, quando amadurecessem as contradições do sistema e a situação se tornasse insustentável para a “massa sem propriedade”, seria provável que ocorresse uma ação simultânea em defesa dos interesses dos trabalhadores contra o estrangulamento ubíquo e mais ou menos uniforme do capital. Além do mais, devido à incansável competição no quadro de um mercado mundial que funciona adequadamente, não pode haver meio significativo de minorar as contradições do sistema em seu impulso para a saturação e uma possível quebra. A pressuposta ação simultânea dos “povos dominantes” é mais plausível sob tais circunstâncias.

Entretanto, uma vez somadas a este quadro as condições diferenciais de crescentes vantagens ou desvantagens entre as nações em desenvolvimento capitalista, a situação muda, tornando-se irreconhecível. Isto não ocorre apenas do lado do capital, mas – ainda que temporariamente – também em relação ao trabalho. No que diz respeito ao capital, a expansão *imperialista* por um lado e os desdobramentos *monopolistas* pelo outro proporcionam novo alento ao sistema do capital, retardando acentuadamente o momento de sua saturação. Estes conferem enorme vantagem às forças socioeconômicas dominantes sustentadas de todas as formas possíveis, internamente e no exterior, pelo Estado capitalista. Assim, a competição, embora quase impossível de eliminar, torna-se uma ideia um tanto problemática no quadro de um complexo imperialista. Muitas das contradições do sistema competitivo industrial são transferidas para o plano da rivalidade entre os Estados, e as consequências são potencialmente ruinosas, como atestam duas guerras mundiais. Ao mesmo tempo, devido aos desdobramentos monopolistas, as regras da competição podem ser torcidas e voltadas para a vantagem das forças econômicas dominantes. As consequências têm dois aspectos. Em primeiro lugar, os monopólios poderosos adquirem grandes privilégios em todo o mercado mundial. Em segundo, a concentração e a centralização do capital são grandemente facilitadas, em conformidade com os interesses dos monopólios, oligopólios e cartéis dominantes.

Com relação ao trabalho, as mudanças são muito significativas. Agora, a partir da margem de vantagem diferencial – que rende *taxas diferenciais de lucro* e superlucro –, certa porção pode ser deslocada para a força de trabalho “metropolitana”. É deste modo que a *taxa diferencial de exploração* – sem a qual as necessárias taxas diferenciais de lucro altamente favoráveis não seriam viáveis – torna-se parte integrante do sistema do capital global, tornando problemática, também nesse aspecto, a ideia da ação simultânea pelas classes trabalhadoras dos “povos dominantes” em toda a duração – ainda que temporária – das condições acima descritas.

1.5.3

Marx, naturalmente, não foi contemporâneo desses fatos. O pleno impacto dos impérios capitalistas emergentes, em sua terra e nas relações entre os Estados, estava longe de ser visível durante sua vida. As transformações monopolistas na economia também mal despontavam no horizonte, e menos ainda poderiam tornar evidente todo o seu potencial de reestruturação do conjunto do sistema do capital. Portanto, seria absurdo censurar Marx por não oferecer soluções para problemas que somente bem mais tarde se transformaram em desafios históricos tangíveis para o movimento socialista.

Mas houve um momento em que Marx tocou na possibilidade de uma perspectiva sócio-histórica alternativa em relação à que normalmente defendia. Esta alternativa foi mencionada num trecho de uma carta não muito conhecida de Marx para Engels, para a qual tentei chamar atenção durante muitos anos. O trecho é o seguinte:

A tarefa histórica da sociedade burguesa é o estabelecimento do mercado mundial, pelo menos em suas linhas básicas, e um modo de produção que repouse sobre esta base. Como o mundo é redondo, parece que isso já foi realizado, com a colonização da Califórnia e da Austrália e a anexação da China e do Japão. Para nós, a difícil questão é esta: a revolução no continente é iminente, e terá um caráter imediatamente socialista; não será *necessariamente esmagada* neste *cantinho do mundo*, já que num terreno bem mais vasto a sociedade burguesa ainda está em *ascensão*.⁴⁴

É óbvio que não era indiferente saber se os antagonismos internos do capital classicamente desenvolvido explodiriam no limitado domínio europeu – despedaçando com isso o próprio quadro operacional do sistema – ou se seria possível encontrar um meio de deslocar as contradições acumuladas por meio da ascensão continuada da ordem burguesa numa parte muito maior do mundo. É verdade que num planeta redondo, depois da colonização da Califórnia e da Austrália, além da anexação da China e do Japão, não restava mais nenhum continente a ser descoberto pelo capital para colonização e anexação. No entanto, isto era verdade apenas no sentido da “totalidade extensiva” do planeta. Até onde dizia respeito à “totalidade intensiva” dos vastos territórios já descobertos e anexados, o sistema do capital estava muito longe de alcançar os limites de sua expansão e acumulação produtiva. Realmente, não apenas nas áreas recentemente colonizadas e anexadas, nem mesmo só nos países conquistados pelos poderes imperialistas dominantes em toda a fase histórica de expansão colonial-imperialista, mas *em toda parte*, inclusive nos mais privilegiados países “metropolitanos”, os continentes invisíveis de exploração cada vez mais intensa do trabalho ainda estavam para ser plenamente descobertos e colocados a serviço da ordem sociometabólica do capital. Para usar uma analogia, a grande diferença neste aspecto era igual à completa oposição entre valor *absoluto* e *valor relativo* da mais-valia. Se, como veículo de expansão, o capital pudesse basear-se apenas no valor absoluto da mais-valia, ou no tamanho geograficamente limitado do planeta, seu período de vida seria, com toda certeza, fortemente reduzido. Um dia tem apenas vinte e quatro horas, assim como o planeta redondo tem um tamanho incomparavelmente mais limitado do que a “totalidade intensiva” da exploração e a correspondente magnitude da acumulação do capital, espremida ou “bombeada” do trabalho por meio dos bons serviços prestados pela mais-valia relativa.

Marx só podia esperar que os fatos concretos para as perspectivas do socialismo viessem por intermédio de uma grande revolução social – não isolada – na Europa, realizada pelas classes trabalhadoras dos “povos dominantes”, de maneira a assim bloquear a via para a indefinida ascendência histórica do capital sobre o “terreno bem

⁴⁴ Marx, *Cartas a Engels*, 8 de outubro de 1858.

mais vasto” existente, prontamente reconhecido por ele. De fato, na mesma carta para Engels, ele acrescentava: “... não se pode negar que a sociedade burguesa vive seu segundo século XVI, que, espero, a levará para o túmulo, assim como o primeiro a trouxe à vida”.

Como todos sabemos, a esperança expressa na última sentença foi amargamente negada. Não obstante, Marx permaneceu fiel à sua perspectiva inicial. E isto apesar do fato de a revolução social prevista por ele – a Comuna de Paris de 1871 – ter sido realmente esmagada no “cantinho do mundo” europeu e, em considerável grau, também do fato de ter permanecido um evento isolado; a ascensão da sociedade burguesa continuou daí por diante sem grandes obstáculos. Muita coisa prendia Marx à perspectiva em que sua obra fora originalmente articulada e muito pouco já era visível das novas tendências de desenvolvimento – imperialista e monopolista – para permitir-lhe fazer a grande mudança para uma outra perspectiva, no espírito sugerido em sua carta a Engels.

Hoje, ao contrário, é preciso enfrentar os problemas pertinentes por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque nenhum socialista pode levar a sério a ideia de que o sistema do capital possa ser historicamente suplantado enquanto a ascensão da ordem burguesa conseguir afirmar-se sobre o terreno global. Isto significa que a necessária reavaliação de todas as estratégias socialistas, em diferentes partes de nosso planeta, deve compreender a dimensão perturbadora e negativa desta ascensão, tanto na interpretação do passado histórico como na avaliação do futuro, pois a não atribuição do devido peso às forças que sustentam o sistema do capital em seu conjunto leva às ingênuas expectativas do “catastrofismo” ou ao desencantamento derrotista e total abandono da perspectiva socialista, como se viu no passado recente.

A segunda razão é igualmente importante. O aspecto positivo do dilema histórico inexplorado de Marx é que a ascendência em si está limitada pelo terreno final que pode ser – e tem sido até agora – incorporado ao quadro da expansão e acumulação do capital. Em outras palavras, a ascendência histórica até mesmo no terreno global – e mesmo quando considerada em sua totalidade intensiva – é *apenas histórica*. Ela está necessariamente confinada às limitações das reais potencialidades produtivas do capital e permanece sujeita aos inextirpáveis antagonismos deste sistema de reprodução sociometabólica em sua totalidade.

Dada a evidente natureza global das transformações históricas ocorridas desde os dias de Marx, já não se poderia mais confinar as probabilidades de levantes sociais fundamentais a um “cantinho do mundo”. Não existe mais, e absolutamente não pode mais existir, “cantinho” algum, muito menos “socialismo em um país”, não importa qual fosse a vastidão desse país ou a imensidão de seu povo. Nada poderia sublinhar esta verdade simples com força maior do que a impressionante implosão do sistema soviético.

Como já foi mencionado, a ascendência histórica do capital em suas linhas gerais está chegando ao fim. É significativo que esse processo só pudesse ocorrer sob uma forma muito contraditória, acumulando problemas enormes para o tempo à nossa frente. Em consequência do desenvolvimento global enviesado ocorrido nesses últimos cem anos, sob a dominação de meia dúzia de países capitalistas avançados, os

termos da equação original de Marx mudaram fundamentalmente. A forma como este processo chega à sua conclusão pronuncia um julgamento muito severo sobre ele. A consumação da ascendência global do sistema do capital, apesar de cinco séculos de expansão e acúmulo, trazia consigo a condenação da esmagadora maioria da humanidade a uma existência miserável.

Naturalmente, existem os que não veem nada de errado na situação atual. Chefes de governo – como John Major na Inglaterra – declaram com uma presunçosa autocomplacência que “o capitalismo funciona”. Eles se recusam a fazer as perguntas: para quem? (certamente não para 90 por cento da população mundial) e por quanto tempo?

Não obstante, é estranho que, no momento em que têm de se defender pelo fracasso miserável de suas políticas e pelas promessas constantemente quebradas, eles só conseguem repetir como um disco quebrado que os problemas que os obrigaram a “descarrilar” não foram criados por eles, mas por toda a “economia industrial” (eufemismo para países capitalistas), do Japão à Alemanha e dos Estados Unidos à França, para não mencionar a Itália e todos os outros membros da Comunidade Econômica Europeia. E, assim, recusam-se a enxergar a gritante contradição entre a confiante declaração de que “o capitalismo funciona” e a admissão forçada de que, no final das contas, não funciona (conclusão que eles jamais apresentam explicitamente, embora esteja diante do nariz).

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos de nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm de enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia “modernização”, mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. Tanto mais que hoje é de fato muito embaraçoso lembrar aos ideólogos do sistema do capital que há não muito tempo eles espetaram suas bandeiras no mastro da “modernização”.

As coisas mudaram bastante nessas últimas décadas, em relação ao passado expansionista. O deslocamento das contradições internas do capital podia funcionar com facilidade relativa na fase da ascendência histórica do sistema. Sob tais condições, era possível tratar de muitos problemas varrendo-os para baixo do tapete das promessas não cumpridas, como a modernização no “Terceiro Mundo” e uma prosperidade bem maior nos países “metropolitanos”, afirmada com base na expectativa da produção de um bolo que cresceria infinitamente. Todavia, a consumação da ascendência histórica do capital altera radicalmente a situação. A esta altura, já não é mais plausível fazer novas séries de promessas vazias, mas as velhas promessas devem ser varridas da memória, e determinadas conquistas reais das classes trabalhadoras nos países capitalistas avançados devem ser “roladas”, no interesse da sobrevivência da ordem socioeconômica e política vigente.

Estamos neste ponto. As celebrações triunfalistas de poucos anos atrás hoje soam bastante ocas. O desenvolvimento enviesado do último século, que simples-

mente multiplicou os privilégios de poucos e a miséria de muitos, não trouxe solução no modelo da “vitória civilizada da propriedade móvel” (Marx). Mas surgiu uma condição radicalmente nova no decorrer das últimas décadas, afetando seriamente as perspectivas futuras de desenvolvimento. Do ponto de vista do sistema do capital, é hoje particularmente grave o fato de que até mesmo os privilégios dos poucos já não podem mais ser sustentados nas costas dos muitos, em nítido contraste com o passado. Em consequência, todo o sistema está se tornando bastante instável, ainda que leve algum tempo antes que transpirem todas as implicações dessa instabilidade sistêmica, exigindo remédios estruturais em lugar do adiamento manipulativo.

Assim, a perspectiva alternativa de Marx só agora, neste nosso tempo, volta a prevalecer. Não há muito, os problemas acumulados podiam ser deixados de lado ou minimizados em conversas autocomplacentes sobre “disfunções” mais ou menos facilmente manipuláveis. Entretanto, quando até os privilégios da pequena minoria são insustentáveis apesar da cada vez mais intensa exploração da esmagadora maioria, essa conversa deve soar problemática mesmo para aqueles que antigamente a utilizavam sem a menor crítica. Na verdade, essa mesma gente, que ainda ontem queria que ficassemos satisfeitos com seu discurso explicativo sobre simples “dificuldades técnicas” e “disfunções temporárias”, já começou, há pouco tempo, a falar de “problemas compartilhados por todos” e da necessidade de “esforços comuns” para solucioná-los, dentro dos limites da ordem estabelecida, confessando às vezes sua perplexidade em relação ao que parece estar acontecendo por toda parte. Mais do que qualquer outra coisa, essa gente se confunde porque a queda do sistema soviético não apenas eliminou seu *alibi* justificador preferido, mas, para piorar, também não trouxe para seu próprio lado os resultados benéficos esperados. Teimosamente, a esperada revitalização do sistema do capital ocidental graças à “vitória” sobre o Leste e à concomitante “natural” e feliz mercantilização da parte pós-revolucionária do mundo deixou de se materializar. Os ideólogos do “capitalismo avançado” gostavam de pensar que o sistema soviético era diametralmente oposto ao seu. Tiveram de ser despertados pela desconcertante verdade: era apenas o outro lado da mesma moeda.

É sensato o fato de que está cada vez mais difícil caminhar sobre o tapete sob o qual se podiam esconder sem dificuldades e por longo tempo até mesmo os problemas mais sérios. É realmente muito importante que os problemas injustificadamente desconsiderados, e que afetam a própria sobrevivência da humanidade, tenham de ser encarados sob circunstâncias em que todo o sistema do capital entrou em sua *crise estrutural*.

Capítulo 2

A ORDEM DA REPRODUÇÃO SOCIOMETABÓLICA DO CAPITAL

2.1 Defeitos estruturais de controle no sistema do capital

2.1.1

Em fases anteriores do desenvolvimento histórico, muitas tendências e aspectos negativos do sistema do capital podiam ser ignorados, e realmente o eram, com relativa segurança, a não ser por alguns socialistas dotados de uma perspectiva de longo prazo, como o próprio Marx, conforme vimos no trecho citado na página 58, escrito por ele já em 1845. Em compensação, nas últimas décadas, os movimentos de protesto – de modo notável, as diversas nuances do ambientalismo – emergiram de um cenário social bastante diferente, e até com uma orientação de valor distante da socialista. Esses movimentos procuravam estabelecer uma base de apoio político em muitos países capitalistas por meio da atuação dos partidos verdes de tendência reformista, que apelavam aos indivíduos preocupados com a destruição ambiental em andamento, deixando indefinidas as causas socioeconômicas subjacentes e suas conotações de classe. E fizeram isto precisamente para ampliar seu próprio apelo eleitoral, na esperança de intervir no processo de reforma, com o objetivo de inverter as tendências perigosas identificadas. O fato de que, em prazo relativamente curto, todos esses partidos tenham se marginalizado, apesar do espetacular sucesso inicial em quase todos os países, acentua o fato de serem as causas da destruição ambiental muito mais profundamente enraizadas do que admitiam os líderes desses movimentos reformistas que ignoravam programaticamente a questão das classes, inclusive aqueles que imaginaram poder instituir uma alternativa viável ao projeto socialista, convidando seus adeptos a mudar “do vermelho para o verde”¹.

Por mais importante que seja – mais que importante, literalmente vital – como “questão única” em torno da qual variedades do movimento verde tentavam articular seus programas de reforma como um meio de penetrar na estrutura de poder e nos pro-

¹ Título de um livro de Rudolf Bahro, que outrora professou ideias socialistas. A esse respeito, ver seu livro anterior, pelo qual recebeu o prêmio do Memorial Isaac Deutscher: *The Alternative in Eastern Europe*, Londres, N.L.B., 1978.

cessos de tomada de decisão da ordem estabelecida, o incontestável imperativo da proteção ambiental se revelou inadmissível, em virtude das correspondentes restrições necessárias aos processos de produção em vigor exigidas para sua implementação. O sistema do capital se mostrou impermeável à reforma, até mesmo de seu aspecto obviamente mais destrutivo.

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; consequentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. Mesmo sem considerar outros efeitos, esta circunstância obrigatoriamente chama atenção para a desconcertante marginalização do movimento verde, em cujo sucesso se depositaram tantas esperanças nos últimos tempos, mesmo entre antigos socialistas.

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram *reversíveis*), obtidos por meio de *organizações de defesa* do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser *assimilados* pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de autoexpansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a autoexpansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global *é obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais.

Neste sentido, os obstáculos a serem superados são na verdade *comuns* ao trabalho – ou seja, o trabalho como alternativa radical à ordem sociometabólica do capital – e aos movimentos de “questão única”. O fracasso histórico da social-democracia destacou claramente o fato de que, sob o domínio do capital, somente se podem legitimar as demandas integradas. O ambientalismo, por sua própria natureza (assim como a grande causa histórica da liberação das mulheres), *é não integrável*. Consequentemente, e apesar de sua inconveniência para o capital, nenhuma causa desse gênero desaparecerá, não importa quantos tropeços e derrotas as formas politicamente organizadas dos movimentos de “questão única” tenham de sofrer no futuro previsível.

Entretanto, a não integrabilidade definida em termos históricos e de época, apesar da sua importância para o futuro, não pode, por si só, ser garantia de sucesso. Portanto, a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados “novos movimentos sociais” (hoje valorizados *em oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) deve ser considerada

prematura e ingênua. Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social. Isto é o que faz o enfoque no potencial emancipador socialista do trabalho mais importante hoje do que nunca. O trabalho não é apenas não integrável (ao contrário de certas manifestações políticas do trabalho historicamente específicas, como a social-democracia reformista, que poderia ser corretamente caracterizada como integrável e na verdade completamente integrada nas últimas décadas), mas – precisamente como a única *alternativa estrutural* viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade.

2.1.2

Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevaletentes, é necessário comparar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com seus antecedentes históricos. Ao contrário da mitologia apologética de seus ideólogos, o modo de operação do sistema do capital é a *exceção* e não a *regra*, no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si.

Antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma “entidade material” – também não é, como veremos na Parte III, um “mecanismo” racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro “mecanismo de mercado” (a ser alegremente abraçado pelo “socialismo de mercado”) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “*totalizadora*” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, “totalitário” – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu “microcosmo” até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível. Por esta razão, os editores e principais autores de *The Economist* de Londres conseguem registrar por escrito com toda seriedade uma proposta segundo a qual

Não há alternativa para o mercado livre como forma de organização da vida econômica. A disseminação da *economia de livre mercado* gradualmente levará à *democracia multipartidária*, porque as pessoas que têm a *livre opção econômica* tendem a insistir também na *livre opção política*.²

O desemprego para incontáveis milhões, entre inúmeras outras bênçãos da “economia de livre mercado”, pertence então à categoria da “livre opção econômica”, da qual, no devido tempo, surgirão os frutos da “livre opção política” – nada menos (e, certamente, nada mais) do que a “democracia multipartidária”. Depois disso, naturalmente, viveremos todos felizes para sempre...

Ao contrário, o sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência.

É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a *perda de controle* sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores, em cujo caso a perda de controle – seja no emprego remunerado ou fora dele – é bastante óbvia (ainda que *The Economist*, que vê o mundo como se fosse um conto de fadas, possa caracterizar esta desagradável situação como “livre opção econômica”³), mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é

² *The Economist*, 31 de dezembro de 1991, p. 12.

³ Evidentemente, o discurso apologético não conhece nenhum limite em sua defesa do indefensável. Como agora é impossível fingir (sem enrubescer), com base nos indicadores habitualmente recomendados, que os frutos da “economia de mercado” capitalista se tenham materializado para as massas do povo na Rússia (cujo padrão de vida na verdade se deteriorou imensamente no passado recente), agora se tem de inventar novos critérios para explicar de modo satisfatório as calamidades. *The Economist* – baseado numa publicação de “um trio de consultores do governo russo” (“As condições de vida”, de Andrei Ilarionov, Richard Layard e Peter Ország, Londres, Pinter Publications, 1993) – oferece a seus leitores uma pérola, num artigo intitulado “A pobreza dos números” (10-16 de julho de 1993, p. 34). Nele, embora forçados a admitir que os aclamados “benefícios que melhoraram o padrão de vida” do povão russo são praticamente “impossíveis de quantificar” (minimizando logo essa admissão, desqualificando no contexto presente – com o título do artigo: “A pobreza dos números” – as virtudes da quantificação entusiasticamente apoiadas em outras circunstâncias), os editores de *The Economist* afirmam que coisas “como o tempo liberado por não ter mais de passar a média de 15 horas semanais em filas”, graças à falta de dinheiro para comprar comida, representa uma expressiva melhoria no padrão de vida. Não ficamos sabendo quais seriam as outras coisas que entrariam na categoria do “como”, mas não deve ser lá muito difícil de imaginar. É óbvio que não se deve ignorar a quantidade de tempo bem maior do que as 15 horas poupadas semana após semana por não ter de cozinhar a comida que não poderia ser comprada nos novos mercados agora bem supridos. Ademais, se também somamos a todos esses benefícios o tempo poupado por não ter de comer a comida que não pode ser comprada e cozida, para não mencionar os benefícios ainda maiores ganhos por evitar os riscos médicos e os inconvenientes estéticos da obesidade, o padrão de vida do aposentado russo deve estar no mínimo na altura do padrão dos Rockefeller. Especialmente quando, no mesmo espírito em que os benefícios da renda dos russos são hoje calculados pelo “trio de consultores do governo russo” e editores de *the Economist*, permitimos que os pobres Rockefeller deduzam uma quantia apropriada de seu rendimento declarável por conta de toda aquela ansiedade de que certamente eles devem sofrer em relação às perspectivas de suas companhias nesses tempos incertos.

absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. Adam Smith não tinha qualquer ilusão a este respeito quando escolheu descrever a força controladora real do sistema como “*a mão invisível*”. À medida que as determinações objetivas da ordem metabólica global do capital se afirmavam no curso da história, mais evidentemente a noção do “capitalista solícito” encarregado dos processos econômicos mostrava ser uma simples fantasia dos líderes social-democratas.

Na qualidade de modo específico de controle sociometabólico, o sistema do capital inevitavelmente também se articula e consolida como *estrutura de comando* singular. As oportunidades de vida dos indivíduos sob tal sistema são determinadas segundo o lugar em que os grupos sociais a que pertençam estejam realmente *situados na estrutura hierárquica de comando do capital*. Além do mais, dada a modalidade única de seu metabolismo socioeconômico, associada a seu caráter totalizador – sem paralelo em toda a história, até nossos dias –, estabelece-se uma correlação anteriormente inimaginável entre *economia e política*. Vamos analisar a natureza desse relacionamento na seção 2.2 e discutir um pouco mais suas implicações em capítulos subsequentes. Mencionemos aqui de passagem apenas que o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais. Portanto, não foi por acaso que o sistema do capital pós-capitalista de tipo soviético não tenha sido capaz de dar sequer um passo infinitesimal na direção do “encolhimento do Estado” (muito pelo contrário), embora isto fosse, desde o início e na verdade por excelentes razões, um dos mais importantes princípios orientadores e uma das preocupações práticas essenciais do movimento socialista marxiano.

2.1.3

O capital é um modo de controle que se sobrepõe a tudo o mais, *antes* mesmo de ser controlado – num sentido apenas superficial – pelos capitalistas privados (ou, mais tarde, por funcionários públicos do Estado de tipo soviético). As perigosas ilusões de que se pode superar ou subjugar o poder do capital pela expropriação legal/política dos capitalistas privados surgem quando se deixa de levar em conta a natureza real do relacionamento entre controlador e controlado. Como um modo de controle sociometabólico, o capital, por necessidade, sempre retém seu *primado* sobre o *pessoal* por meio do qual seu *corpo jurídico* pode se manifestar de formas diferentes nos diferentes momentos da história. Da mesma forma, se os críticos do sistema soviético reclamam apenas da “burocratização”, eles erram o alvo por uma distância astronômica, pois até mesmo a substituição completa do “pessoal burocrático” deixaria de pé o edifício do sistema do capital pós-capitalista, exatamente como a invenção do “capitalista solícito”, se fosse viável de alguma forma milagrosa, não iria alterar minimamente o caráter absolutamente desumanizante do sistema do capital “capitalista avançado”.

Como já foi mencionado no último parágrafo da seção 2.1.2, para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema do

capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções. Consequentemente, no interesse da realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados, a sociedade toda deve se sujeitar – em todas as suas funções produtivas e distributivas – às exigências mais íntimas do modo de controle do capital estruturalmente limitado (mesmo se dentro de limites significativamente ajustáveis).

Sob um de seus principais aspectos, esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em *classes sociais* abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do *controle político* total. E, como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum *denominador comum*, um complicado sistema de *divisão social hierárquica do trabalho* deve ser *superposto* à divisão do trabalho *funcional/técnica* (e, mais tarde, tecnológica altamente integrada) como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo.

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si.

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” – “livre opção econômica” e “livre escolha política” segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão. Significativamente, até mesmo no sistema idealista de Hegel, no qual se atribui (em perfeita sintonia com a orientação de valor de todos os sistemas filosóficos idealistas) uma posição inferior à categoria da natureza, lançam-se apelos diretos à autoridade da mesma natureza, sem a mais leve hesitação

ou medo de incoerência nos contextos ideológicos mais reveladores, para justificar a desigualdade socialmente criada e reforçada em nome da “desigualdade natural”, como vimos anteriormente⁴.

Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é *orientado para a expansão e movido pela acumulação*. Essa determinação constitui, ao mesmo tempo, um dinamismo antes inimaginável e uma deficiência fatídica. Neste sentido, como sistema de controle sociometabólico, o capital é absolutamente irresistível enquanto conseguir extrair e acumular trabalho excedente – seja na forma econômica direta seja forma basicamente política – no decurso da *reprodução expandida* da sociedade considerada. Entretanto, uma vez emperrado (por qualquer motivo) este processo dinâmico de expansão e acumulação, as consequências serão devastadoras. Mesmo sob a “normalidade” de perturbações e bloqueios cíclicos relativamente limitados, a destruição que acompanha as consequentes crises socioeconômicas e políticas pode ser enorme, como o revelam os anais do século XX, que incluem duas guerras mundiais (para não mencionar incontáveis conflagrações menores). Portanto, não é muito difícil imaginar as implicações de uma crise *sistêmica*, verdadeiramente *estrutural*; ou seja, uma crise que afete o sistema do capital global não apenas em um de seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo – mas em todas as suas dimensões fundamentais, ao colocar em questão a sua viabilidade como sistema reprodutivo social.

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral. Como veremos no capítulo 3, o capital *jamaiz* se submeteu a *controle* adequado duradouro ou a uma autorrestricção racional. Ele só era compatível com ajustes limitados e, mesmo esses, apenas enquanto pudesse prosseguir, sob uma ou outra forma, a dinâmica de autoexpansão e o processo de acumulação. Tais ajustes consistiam em contornar os obstáculos e resistências encontrados, sempre que ele fosse incapaz de demoli-los.

Essa característica da incontrolabilidade era de fato um dos fatores mais importantes a garantir o avanço irresistível do capital e sua vitória final, que ele conseguiu realizar, apesar do fato já mencionado de que o modo de controle metabólico do capital constituiu a *exceção*, e não a regra, na história. Afinal de contas, o capital surgiu como força estritamente *subordinada* durante o desenvolvimento histórico. Pior ainda, em razão da subordinação necessária do “*valor de uso*” – ou seja, a produção para as necessidades humanas – às exigências de autoexpansão e acumulação, o capital em todas as suas formas tinha de superar também a abominação de ser considerado, por muito tempo, a forma mais “antinatural” de controlar a produção de riquezas. De acordo com as discussões ideológicas dos tempos medievais, o capital estava fatalmente implicado em mais de um “pecado mortal” e, assim, teria de ser banido como “herege” pelas mais altas autoridades religiosas: o papado e seus sínodos. Ele não poderia tornar-se a força dominante do processo sociometabólico sem antes eliminar a proibição absoluta – e religiosamente santificada – da “usura”

⁴ Ver especialmente as seções 1.2.4 e 1.2.5.

(contestada sob a categoria de “lucro sobre a alienação”, cujo significado real era: reter o controle sobre o capital financeiro/monetário da época no interesse do processo de acumulação e, ao mesmo tempo, assegurar o lucro por meio do empréstimo de dinheiro) e vencer a batalha em torno da “alienabilidade da terra” (mais uma vez, tema de proibição absoluta e religiosamente santificada no sistema feudal), sem a qual a emergência da agricultura capitalista – condição essencial para o triunfo do sistema do capital de modo geral – seria praticamente inconcebível⁵.

Em grande parte graças a sua incontrolabilidade, o capital conseguiu superar todas as desvantagens que se opuseram a ele – independentemente do poder material delas e do quanto eram absolutizadas em termos do sistema de valor prevalecente na sociedade – elevando seu modo de controle metabólico ao poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido. No entanto, uma coisa é superar e subjugar restrições e obstáculos problemáticos (e até obscurantistas), e outra muito diferente é instituir princípios positivos de desenvolvimento social sustentável, orientados por critérios de objetivos plenamente humanos, opostos à cega busca da autoexpansão do capital. Dessa maneira, as implicações dessa mesma força da incontrolabilidade, que em dado momento assegurou a vitória do sistema do capital, estão longe de ser tranquilizadoras hoje, quando a necessidade de restrições já é aceita – pelo menos na forma do ilusório desiderato da “autorregulação” – até pelos defensores mais acríticos do sistema.

2.1.4

As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de *autossuficiência* no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isto se aplica não apenas às comunidades tribais primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média. Quando esta autossuficiência se quebra e progressivamente dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal da alienação e da reificação.

Particularmente importante no presente contexto é o fato de que a mudança das condições expressas no provérbio medieval “*nulle terre sans maître*” (nenhuma terra sem senhor) para “*l'argent n'a pas de maître*” (o dinheiro não tem dono) representou um verdadeiro maremoto. Ela indica uma *reviravolta radical*, que encontra sua consumação final no sistema do capital plenamente desenvolvido.

Alguns elementos deste último podem ser identificados – pelo menos em forma embrionária – muitos séculos antes. Já então o dinheiro, diferentemente da terra em seu relacionamento fixo com o senhor feudal, não tem um senhor permanente, mas a princípio também não pode ser confinado em limites artificiais no que diz respeito a sua circulação potencial. Da mesma forma, o confinamento do capital mercantil a territórios limitados só pode ser temporária e artificialmente imposto, devendo portanto ser eliminado mais cedo ou mais tarde.

⁵ Remeto os leitores interessados nessas questões a meu livro *Marx's Theory of Alienation*, Londres, The Merlin Press, 1970, e Nova York, Harper Torchbooks, 1972.

É assim que emerge, desse gênero de constituintes fundamentalmente incontroláveis e geradores de fetichismo, um modo específico de controle sociometabólico. É um modo que não pode reconhecer fronteiras (nem sequer em seus próprios limites estruturais insuperáveis), apesar das consequências devastadoras quando forem atingidos os limites mais externos das potencialidades produtivas do sistema. Isto acontece porque – na maior oposição possível a formas anteriores de “microcosmos” reprodutivos socioeconômicos altamente autossuficientes – as unidades econômicas do sistema do capital *não necessitam nem são capazes* de autossuficiência. É por isso que, pela primeira vez na história, os seres humanos têm de enfrentar, na forma do capital, um modo de controle sociometabólico que *pode e deve* se constituir – para atingir sua forma plenamente desenvolvida – num sistema *global*, demolindo todos os obstáculos que estiverem no caminho.

O capital como produtor potencial de valor historicamente específico só pode ser consumado e “realizado” (e, por meio de sua “realização”, simultaneamente também reproduzido numa forma estendida) se penetrar no domínio da *circulação*. O relacionamento entre *produção* e *consumo* é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de maneira tal que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente problemática, trazendo, com o passar do tempo, também a necessidade de alguma espécie de crise. Esta vulnerabilidade às vicissitudes da circulação é uma determinação decisiva, à qual nenhuma “economia doméstica” da Antiguidade ou da Idade Média feudal – muito menos as unidades socioeconômicas reprodutivas do comunismo primitivo e das antigas cidadezinhas comunais a que Marx se refere em algumas de suas obras mais importantes⁶ – deve se submeter, pois estão primordialmente voltadas para a produção e o consumo direto do valor de uso.

As consequências dessa liberação das amarras da autossuficiência naturalmente são muito favoráveis, pelo menos no que diz respeito à dinâmica da expansão do capital. Sem ela o sistema do capital realmente não poderia, de forma alguma, ser descrito como voltado para a expansão e movido pela acumulação (ou vice-versa, quando pensado a partir do ponto de vista de suas “personificações” individuais). Em qualquer ponto determinado da história as condições prevalecentes de autossuficiência (ou sua ausência) evidentemente também circunscrevem o impulso reprodutivo do sistema dado e sua capacidade para a expansão.

Ao se livrar das restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência, o capital se transforma no mais dinâmico e mais competente *extrator do trabalho excedente* em toda a história. Além do mais, as restrições subjetivas e objetivas da autossuficiência são eliminadas de uma forma inteiramente reificada, com todas as mistificações inerentes à noção de “trabalho livre contratual”. Ao contrário da escravidão e da servidão, esta noção aparentemente absolve o capital do peso da dominação forçada, já que a “escravidão assalariada” é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, a não ser em situações de grave crise. Assim, como sistema de controle metabólico, o capital se torna o mais eficiente e flexível meca-

⁶ Veja, por exemplo, Marx, *Capital*, Moscou, Foreign Languages Publishing House, 1958, vol. 3, p. 810. [Trad. bras. *O capital*, São Paulo, Nova Cultural, 1988.]

nismo de extração do trabalho excedente, e não apenas até o presente. Pode-se convincentemente argumentar que a “força bombeadora”⁷ do capital, que extrai o trabalho excedente, não conhece *fronteiras* (embora tenha *limites estruturais*, que as personificações do capital recusam, e devem recusar, reconhecer), e assim pode-se corretamente considerar que tudo o que se puder imaginar como extensão quantitativa da força extratora de trabalho excedente corresponde à própria natureza do capital, ou seja, está em perfeita sintonia com suas determinações internas. Em outras palavras, o capital ultrapassa infatigavelmente todos os obstáculos e limites com que historicamente se depara, adotando até as formas de controle mais surpreendentes e intrigantes – aparentemente em discordância com seu caráter e funcionalmente “híbridas” – se as condições o exigirem. De fato, é assim que o sistema do capital constantemente redefine e estende seus próprios *limites relativos*, prosseguindo no seu caminho sob as circunstâncias que mudam, precisamente para manter o mais alto grau possível de extração do trabalho excedente, que constitui sua *raison d'être* histórica e seu modo real de funcionamento. Sobretudo, o modo de extração do trabalho excedente adotado pelo capital – historicamente o mais bem-sucedido, exatamente porque é eficiente e enquanto for eficiente – também pode se definir como a *medida absoluta* de “eficiência econômica” (que muita gente que se considerava socialista não ousaria questionar, prometendo, assim, *mais* do que o adversário poderia oferecer como base legitimadora de sua própria posição; por esse tipo de dependência do objeto de sua negação e também por ser incapaz de sujeitar a uma investigação crítica o relacionamento altamente problemático entre “escassez e abundância”, essa gente contribuiu para a séria distorção do significado original de socialismo)⁸. Colocando-se como medida absoluta de todas as realizações atingíveis e admissíveis, o capital realmente também pode, com sucesso, esconder a verdade de que somente um *certo tipo* de benefício pode ser derivado de seu modo “eficiente” de extração do trabalho excedente⁹ – benefício que, mesmo assim, sempre é obtido à custa dos produtores. Somente quando os *limites absolutos* das determinações estruturais mais internas do capital vêm à tona é que se pode falar de uma crise que emana da *baixa eficiência* e da assustadora *insuficiência* da extração do trabalho excedente, com imensas implicações para as perspectivas de sobrevivência do próprio sistema do capital.

Neste sentido, podemos identificar em nossos dias uma tendência que será desconcertante até para os defensores mais entusiastas do sistema do capital, pois ela implica a completa reviravolta dos termos em que, no passado recente, eles definiram como representativas do “interesse de todos” as suas próprias reivindicações

⁷ Muitas vezes Marx se refere ao capital como uma bomba de extração do trabalho excedente. Por exemplo, quando ele diz que “a forma econômica específica em que o excedente não pago do trabalho é bombeado dos produtores diretos determina o relacionamento de dominantes e dominados, conforme ela aumenta diretamente da própria produção e, por sua vez, reage como elemento determinante” (ibid., p. 772).

⁸ A posição mais extremada nesse aspecto, realmente a mais absurda, foi assumida por Stalin e seus comparsas, que estabeleceram a “superação dos EUA na produção do ferro-gusa” como critério para alcançar o mais alto estágio do socialismo, isto é, do comunismo.

⁹ Defensores do sistema do capital, inclusive os chamados “socialistas de mercado”, gostam de juntar a ideia de “eficiência econômica” como tal e seu *tipo histórico limitado*, que caracteriza o modo específico de controle sociometabólico do capital. É precisamente este, com suas graves limitações e suma destrutividade, que deve ser sujeito a uma crítica radical, em vez de a uma idealização irracional.

de legitimidade. Esta é a tendência do “capitalismo avançado”, a metamorfose de sua fase do pós-guerra caracterizada pelo “Estado do bem-estar” (com sua ideologia de “benefícios universais de previdência” e a concomitante rejeição da “avaliação da rentabilidade”), em sua nova realidade de “previdência social dirigida”: a designação atual da avaliação da rentabilidade, com suas cínicas pretensões de “eficiência econômica” e “racionalidade”, adotadas até pelo antigo adversário social-democrata sob o *slogan* de “novo realismo”. Naturalmente, admite-se que nem mesmo este fato tenha o poder de levar alguém em seu juízo perfeito a levantar dúvidas sobre a viabilidade do próprio sistema do capital. Mesmo assim, apesar de sua força, a mistificação ideológica não consegue eliminar o fato desagradável de ser a transformação do capitalismo avançado, que abandona uma condição em que poderia se ufanar de ser o “Estado do bem-estar”, para uma outra em que mesmo os países mais ricos têm de oferecer *sopões* e outros benefícios miseráveis “*para os pobres merecedores*”, bastante revelador da eficiência decrescente e da insuficiência crônica do antes inquestionável método perfeito de extração do trabalho excedente na atual fase do desenvolvimento: fase que ameaça privar o sistema do capital em geral de sua *raison d'être* histórica.

2.1.5

A grande melhoria da produtividade do processo de liberação das restrições da autossuficiência ao longo da história é inegável. Contudo, há também um outro lado relativo a essa indiscutível vitória do capital. É a já mencionada perda inevitável de controle sobre o conjunto do sistema reprodutivo social, ainda que essa perda seja imperceptível durante um longo estágio histórico do desenvolvimento, graças ao deslocamento das contradições do capital durante sua fase de forte expansão.

Na história do sistema do capital, o próprio imperativo de intensificar cada vez mais a expansão é uma manifestação paradoxal dessa perda de controle, pois enquanto for possível sustentar este processo de expansão avassaladora poder-se-á adiar o “dia do julgamento”. No entanto, precisamente por causa deste inter-relacionamento paradoxal, o bloqueio da via da expansão livre (como resultado da consumação da ascensão histórica do capital) e a impossibilidade do deslocamento simultâneo dos antagonismos internos do sistema tendem também a reativar e a multiplicar os efeitos nocivos da expansão já realizada, que ajudou a resolver problemas. Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem *necessariamente* o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da *incontrolabilidade total*, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário. Desse modo, mesmo os problemas relativamente limitados do passado, como, por exemplo, a contratação e o rolamento das dívidas do Estado, assumem agora proporções cósmicas. É por isso que hoje somente alguém que acredite em milagres é capaz de sustentar a sério a ideia de que as importâncias literalmente astronômicas em dólares e libras esterlinas – e liras, pesos, pesetas, francos franceses, marcos alemães, rublos, escudos, bolívares, reais etc. – sugadas pelo buraco negro da dívida global um belo dia ressurgirão dele, com juros acumulados, na forma de quantias ilimitadas de crédito saudável disponível, de modo a permitir que o sistema satisfaça sua necessidade de autoexpansão sem fronteiras até o fim dos tempos.

Por mais que se tente, a perda de controle na raiz desses problemas não pode ser remediada de modo sustentável pela total separação entre produção e controle nem pela imposição de um agente separado – as “personificações do capital” sob formas variadas – sobre o agente social da produção: o trabalho. Precisamente porque o exercício bem-sucedido do controle das unidades particulares de produção – que assume a forma da “tirania das oficinas”, exercida pelo “empresário” privado, pelo gerente, pelo secretário stalinista do Partido ou pelo diretor da fábrica estatal etc. – não é nem mesmo remotamente suficiente para assegurar a viabilidade global do sistema do capital, deve-se tentar outras maneiras de remediar os defeitos *estruturais* de controle.

No sistema do capital, esses defeitos estruturais são claramente visíveis no fato de serem os novos microcosmos que o compõem internamente fragmentados de muitas formas.

- Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos.
- Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais¹⁰, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas.
- E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar – porque *tem* de penetrar – no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a *circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*), na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global.

Em todas as três situações mencionadas acima, o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na *ausência de unidade*. Além do mais, qualquer tentativa de criar ou superpor algum tipo de unidade às estruturas sociais reprodutivas internamente fragmentadas em questão tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária. O caráter irremediável da carência de unidade

¹⁰ Ver capítulos 15 e 16 adiante, que se ocupam do assustador desperdício devido ao índice de utilização decrescente como tendência fundamental da evolução do capitalismo e do papel do Estado ao tentar lidar com suas consequências.

deve-se ao fato de que a própria fragmentação assume a forma de *antagonismos sociais*. Em outras palavras, ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas.

Assim, os antagonismos sociais em questão devem ser disputados com maior ou menor intensidade conforme o permitam as circunstâncias históricas específicas, e, sem a menor dúvida, favoreceram o capital em detrimento do trabalho durante o longo período de sua ascensão histórica. Entretanto, mesmo quando o capital sai vitorioso nessas lutas, os antagonismos não podem ser eliminados – apesar de todo o arsenal de racionalização acionado pela ideologia dominante no interesse de tal resultado – precisamente porque são *estruturais*. Em todas essas três situações, estamos preocupados com as *estruturas* vitais, e portanto insubstituíveis do capital, não com as limitadas contingências históricas (que o capital tem condições de transcender). Consequentemente, os antagonismos que emanam dessas estruturas são necessariamente reproduzidos sob *todas* as circunstâncias históricas que cobrem a era do capital, fossem quais fossem as relações de poder dominantes em qualquer ponto determinado do tempo.

2.2 Os imperativos corretivos do capital e o Estado

2.2.1

Realiza-se uma ação corretiva – em grau praticável na estrutura do sistema do capital – pela formação do Estado moderno imensamente inchado e, em termos rigorosamente econômicos, perdulariamente burocratizado.

Na verdade, tal estrutura corretiva pareceria bastante questionável do ponto de vista do próprio capital, *par excellence* a entidade econômica que prega a eficiência. (Este tipo de crítica inútil é um tema constantemente recorrente em algumas escolas de teoria econômica e política burguesa, que defendem – em vão – a “necessária disciplina da boa administração”.) Portanto, é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Este implacável desdobramento das estruturas estreitamente entrelaçadas do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico tão singular ao longo de toda a sua vida histórica.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como a Alemanha de Hitler ou o Chile miltonfriedmannizado de Pinochet), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético. Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as

instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado.

Em sua modalidade histórica específica, o Estado moderno passa a existir, acima de tudo, para poder exercer o *controle abrangente* sobre as forças centrífugas insubmissas que emanam de unidades produtivas isoladas do capital, um sistema reprodutivo social antagonicamente estruturado. Como já foi mencionado, a máxima “*l’argent n’a pas de maître*” sinaliza a *reviravolta radical* em relação à situação anterior. Tomando o lugar do princípio que regia o sistema reprodutivo feudal, passa a existir um novo tipo de microcosmo socioeconômico, caracterizado por grande mobilidade e dinamismo. Contudo, a eficácia desse dinamismo depende de um “pacto faustiano com o diabo”, sem nenhuma garantia de que no momento devido apareça algum deus salvador para derrotar Mefistófeles, quando este vier a reclamar o preço acertado¹¹.

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos na seção anterior.

2.2.2

Em relação ao primeiro, a unidade ausente é, por assim dizer, “contrabandeada” como cortesia do Estado, que protege legalmente a relação de forças estabelecida. Graças a esta salvaguarda, as diversas “personificações do capital” conseguem dominar (com eficácia implacável) a força de trabalho da sociedade, impondo-lhe ao mesmo tempo a ilusão de um relacionamento entre iguais “livremente iniciado” (e às vezes até constitucionalmente ficcionalizado).

Assim, no que se refere à possibilidade de administrar a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*, a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da tirania nos locais de trabalho. Isto se deve à capacidade do Estado de sancionar e proteger o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controladores individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica. Sem esta estrutura jurídica, até os me-

¹¹ Como única saída possível para a desagradável situação autoimposta por Fausto, o *Fausto* de Goethe – muito diferente do de Marlowe – termina com a salvação divina do herói. Entretanto, longe de ser exageradamente idealista ou de estar cego pela racionalidade explicativa, Goethe apresenta essa solução com uma cena de ironia suprema. Nesta cena, o Fausto às portas da morte imagina que o som que chega até ele de fora é o eco de uma grande atividade industrial – uma boa recuperação de terra do mar pela construção de monumentais canais para o avanço e felicidade futura da humanidade – e assim se convence de que pode agora morrer feliz, embora tenha perdido seu pacto com o demônio. No entanto, o som que ele escuta é o dos espectros cavando seu túmulo. Desnecessário dizer que hoje não há nenhum indício no horizonte de qualquer operação de salvamento divino.

nores “microcosmos” do sistema do capital – antagonicamente estruturado – seriam rompidos internamente pelos desacordos constantes, anulando dessa maneira sua potencial eficiência econômica.

Sob outro aspecto da mesma fragmentação entre produção e controle, o maquinário do Estado moderno é também uma exigência absoluta do sistema do capital. Ele é necessário para evitar as repetidas perturbações que surgiriam na ausência de uma transmissão da propriedade compulsoriamente regulamentada – isto é: legalmente prejudgada e santificada – de uma geração à próxima, perpetuando também a alienação do controle pelos produtores. Sob ainda mais um aspecto, é igualmente importante – diante das inter-relações longe de harmoniosas entre os microcosmos particulares – a necessidade de intervenções políticas e legais diretas ou indiretas nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares. Este tipo de intervenção corretiva ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais.

Naturalmente, os teóricos burgueses, inclusive alguns dos maiores (Max Weber, por exemplo), adoram idealizar e descrever todas essas relações ao reverso¹². Entretanto, esta predileção não altera o fato de que o Estado moderno altamente burocratizado, com toda a complexidade do seu maquinário legal e político, surge da absoluta necessidade material da ordem sociometabólica do capital e depois, por sua vez – na forma de uma reciprocidade dialética – torna-se uma precondição essencial para a subsequente articulação de todo o conjunto. Isso significa que o Estado se afirma como

¹² Historicamente, a emergência e a consolidação das instituições legais e políticas da sociedade são paralelas à transformação da apropriação comunitária em propriedade exclusivista. Quanto mais extensa a influência prática desta última sobre a modalidade prevalecente de reprodução social (especialmente na forma de propriedade privada fragmentada), mais pronunciado e institucionalmente articulado deve ser o papel totalizador da superestrutura legal e política. Portanto, não é absolutamente acidental que o Estado *capitalista* centralizador e burocraticamente invasor – e não um Estado definido por vagos termos geográficos como “o Estado ocidental moderno” (Weber) – adquira sua preponderância durante a expansão da produção generalizada de mercadorias e a instituição prática das relações de propriedade em sintonia com ela. Uma vez omitida essa conexão, como devem realmente estar por razões ideológicas no caso de todos os que conceitualizam esses problemas do ponto de vista da ordem vigente, terminamos com um mistério: por que o Estado assume esse caráter que tem sob a regra do capital? É um mistério que se torna um embuste completo quando Max Weber tenta desvendá-lo dizendo que “os juristas têm trabalhado para parar o Estado moderno ocidental” (H. H. Gerth e C. Wright Mills, ed., *From Max Weber: Essays in Sociology*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1948, p. 299).

Como vemos, Weber vira tudo de cabeça para baixo. Seria bem mais correto dizer que as necessidades objetivas do Estado capitalista moderno deram à luz seu exército de juristas com espírito de classe e não o contrário, como Weber reivindicava com unilateralidade mecânica. Na realidade, também encontramos aqui uma reciprocidade dialética e não uma determinação unilateral. Mas deve-se acrescentar também que não é possível dar mais do que o sentido tautológico a menos que admitamos – algo que Weber não pode fazer, por estar longe de lealdades ideológicas neutras – que o *übergreifendes Moment* (constituente de importância básica) neste relacionamento entre o cada vez mais poderoso Estado capitalista, com todas as suas necessidades e determinações materiais, e os “juristas” por acaso é o primeiro.

Sobre essa questão e alguns pontos relacionados, ver meu ensaio: “Customs, Tradition, Legality: A Key Problem in the Dialectic of Base and Superstructure”, em *Social Theory and Social Criticism: Essays for Tom Bottomore*, ed. por Michael Mulkay e William Outhwaite, Oxford, Basil Blackwell, 1987, pp. 53-82.

pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente.

2.2.3

Em relação ao segundo grupo de problemas sob exame, a ruptura entre *produção e consumo* característica do sistema do capital realmente elimina algumas das principais restrições do passado de maneira tão completa que os controladores da nova ordem socioeconômica podem adotar a crença de que “o céu é o limite”. A possibilidade da expansão antes inimaginável e, em seus próprios termos de referência, ilimitada – devido ao fato já mencionado de se abandonar historicamente a dominância do valor de uso característica de sistemas autossuficientes – está destinada, por sua própria natureza, a atingir seus limites mais cedo ou mais tarde. A expansão desenfreada do capital desses últimos séculos abriu-se não apenas em resposta a necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais – para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder de consumo autoafirmativo.

Na verdade, prevalece a necessidade ideológica da ordem estabelecida, produzindo racionalizações complicadas que visam esconder as profundas *iniquidades* das relações estruturais dadas também na esfera do consumo. Tudo deve ser desvirtuado para proporcionar a impressão de coesão e unidade, projetando a imagem de uma ordem saudável e racionalmente administrável. Para isso, as relações sociais descritas por Hobbes como “*bellum omnium contra omnes*” – com sua tendência objetiva a deixar os fracos serem devorados pelos fortes – é idealizada como “*competição saudável*” universalmente benéfica. A serviço dos mesmos objetivos, as condições reais pelas quais a esmagadora maioria da sociedade é excluída, de forma estruturalmente prejudicada e legalmente protegida, da possibilidade de controlar o processo socioeconômico de reprodução – inclusive, naturalmente, os critérios de regulação da distribuição e do consumo – são ficcionalizadas como “*soberania do consumidor*” individual. No entanto, como o antagonismo estrutural de produção e controle é inseparável dos microcosmos do sistema do capital, a combinação de unidades socioeconômicas particulares num quadro produtivo e distributivo abrangente deve apresentar as mesmas características de fragmentação encontradas nas unidades socioeconômicas menores: um problema de importância fundamental, que deve ser resolvido de alguma forma. Consequentemente, apesar da constante pressão pela racionalização ideológica, torna-se necessário chegar a bons termos com a situação realmente existente, de maneira compatível com os requisitos estruturais da ordem estabelecida, aceitando certas características das condições socioeconômicas dadas, sem admitir suas implicações potencialmente explosivas.

Embora a proclamada “supremacia do cliente” em nome da “soberania do consumidor” seja uma ficção útil, assim como a ideia da “competição saudável” no quadro de um mercado idealizado, é inegável que o papel do trabalhador não se limita apenas ao de *produtor*. Compreensivelmente, a ideologia burguesa gosta de descrever o capitalista como “o produtor” (ou “o produtor da riqueza”) e falar do consumidor/

cliente como uma misteriosa entidade independente, de modo que o verdadeiro produtor da riqueza – o trabalhador – desapareça das equações sociais pertinentes e sua parcela no produto social total seja declarada “muito generosa” mesmo quando escandalosamente baixa. Entretanto, a eficácia desse tipo de justificativa espalhafatosa está confinada estritamente à esfera da ideologia. As grandes questões socioeconômicas subjacentes não podem ser resolvidas de modo satisfatório simplesmente fazendo o trabalho – num passe de mágica – desaparecer do domínio da política prática. Nesse domínio, deve-se reconhecer, mediante a aplicação de medidas práticas apropriadas, que o trabalhador como *consumidor* desempenha um papel de grande (ainda que muito variável ao longo da história) importância no funcionamento saudável do sistema do capital. Seu papel varia segundo o estágio mais ou menos avançado de desenvolvimento do capital, o que na verdade significa uma tendência a aumentar seu impacto no processo de reprodução. Assim, deve-se admitir *na prática*, em interesse da própria ordem estabelecida, que o papel do trabalhador-cliente-consumidor tem importância muito maior no século XX do que na era vitoriana, não importa a força com que se deseja, em certos lugares, recuar o relógio e voltar a impor ao trabalho alguns valores vitorianos e, naturalmente, as restrições materiais correspondentes.

Em todas essas questões, o papel totalizador do Estado moderno é essencial. Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. Além do mais, o Estado deve também assumir a importante função de comprador/consumidor direto em escala sempre crescente. Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada “infraestrutura” ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de “apetites em sua maioria artificiais” (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo.

Reconhecidamente, a intervenção totalizadora e a ação corretiva do Estado não podem produzir uma *unidade* genuína neste plano, porque a separação e a oposição de produção e consumo, com a radical alienação do controle dos produtores, pertencem às determinações estruturais mais internas do próprio sistema do capital, e constituem portanto requisito indispensável para sua reprodução constante. Não obstante, esta ação corretiva empreendida pelo Estado é de suma importância. Os processos reprodutivos materiais do sociometabolismo do capital e as estruturas política e de comando de seu modo de controle sustentam-se reciprocamente enquanto o desperdício inevitável que acompanha esse relacionamento simbiótico não se tornar proibitivo, do ponto de vista da produtividade social. Em outras palavras, os limites externos em que se pode reconstituir e administrar, dessa maneira singular, a correlação problemática entre produção e consumo na base fragmentada da ordem sociometabólica do capital são determinados pela ex-

tensão em que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente insustentável.

2.2.4

Com relação ao terceiro principal aspecto que nos preocupa – a necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital ou, em outras palavras, a procura de alguma espécie de unidade entre *produção e circulação* –, o papel ativo do Estado moderno é igualmente grande, se não maior. Ao concentrar a atenção neste papel e nas diversas funções que o Estado é chamado a preencher no domínio do consumo, em primeiro lugar dentro de suas próprias fronteiras nacionais, ocorre que todas essas relações são não apenas “infectadas pela contingência”¹³, como Hegel uma vez sugeriu, mas simultaneamente também por insolúveis contradições.

Uma das contradições mais evidentes e, em última análise, mais inadmissíveis, é que historicamente as estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital se articulam como *Estados nacionais*, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico (com seu imperativo de circulação global) seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites. Teremos de voltar às implicações de longo alcance desse problema nas seções 2.3.2 e 5.1. No presente contexto, deve-se enfatizar que a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração.

Assim, a “globalização” (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global. Também é importante enfatizar que a operação relativamente simples desse “duplo padrão” não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital. Sua duração se limita às condições da ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem a margem de lucro necessária que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países “metropolitanos”, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo.

Duas tendências complementares do desenvolvimento são altamente significativas a esse respeito. Primeira, nessas últimas décadas testemunhamos, sob a forma de uma *espiral para baixo* que afeta o padrão de vida do trabalhador nos países capitalistas mais

¹³ Ver *Filosofia do direito*, Hegel, § 333.

avancados, certa *equalização no índice diferencial de exploração*¹⁴ que tende a se afirmar também como espiral para baixo do trabalho nos países “centrais” no futuro previsível. A segunda é que, paralelamente a essa tendência niveladora no índice diferencial da exploração, vimos também a emergência de seu necessário corolário político, sob a forma de um *crescente autoritarismo* nos Estados “metropolitanos” antes liberais, e um desencantamento geral, perfeitamente compreensível, com a “política democrática”, que está profundamente implicada na virada autoritária do controle político nos países capitalistas avançados.

O Estado, como agente totalizador da criação da circulação global a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital, deve comportar-se em suas ações internacionais de maneira bastante diferente da que utiliza no plano da política interna. Neste último domínio, é necessário o cuidado de evitar – até onde for compatível com a dinâmica variável da acumulação do capital – que a inexorável tendência à concentração e à centralização do capital leve à eliminação

¹⁴ Há pouco tempo argumentei o seguinte:

A realidade objetiva de diferentes *índices de exploração* – tanto em dado país como no sistema mundial do capital monopolista – é tão inquestionável quanto as diferenças objetivas nos *índices de lucro* em qualquer momento particular, e a ignorância dessas diferenças só pode resultar em retórica sonora, em vez de em estratégias revolucionárias. Igualmente, a realidade dos diferentes índices de exploração e lucro não altera em nada a própria lei fundamental: ou seja, a crescente *equalização* dos índices diferenciais de exploração como *tendência global* do desenvolvimento do capital mundial.

Sem dúvida, essa lei da equalização é de *longo prazo* no que diz respeito ao sistema do capital global. Não obstante, as modificações de todo o sistema também aparecem, inevitavelmente, já a curto prazo, como “distúrbios” de uma determinada economia negativamente afetada pelas repercussões das mudanças que necessariamente ocorrem no quadro de referências global do capital social total. “Capital social total” não deve ser confundido com “capital nacional total”. Quando este último é afetado por um enfraquecimento relativo de sua posição no sistema global, inevitavelmente ele tentará compensar suas perdas aumentando seu índice específico de exploração sobre a força de trabalho sob seu controle – ou sua competitividade estará mais enfraquecida no quadro de referências global do capital social total. Sob o sistema do controle social capitalista, não pode haver nenhuma saída desses “distúrbios e a disfunções a curto prazo” além da intensificação dos específicos índices de exploração que, tanto em termos locais como globais, só poderá levar a longo prazo a uma intensificação explosiva do antagonismo social fundamental. Quem andou falando sobre a “integração” da classe trabalhadora – apresentando o “capitalismo organizado” como um sistema que deu certo ao dominar radicalmente suas contradições sociais – interpretou irremediavelmente mal a manipulação muito bem-feita dos índices diferenciais de exploração (que prevaleceram na fase histórica da reconstrução e expansão do pós-guerra, relativamente livre de perturbações) como *paliativo estrutural* básico.

A necessidade do controle social, São Paulo, Ensaio, 1987, p. 65-6 – e capítulo 21 da Parte IV deste livro.

Nos últimos vinte e cinco anos o longo prazo se tornou um pouco mais curto e pudemos testemunhar uma significativa erosão do índice diferencial, o que obviamente tem seus prós e contras para a força de trabalho nos países capitalistas avançados. Ainda que as mudanças em andamento nos países da “periferia” pudessem trazer melhorias limitadas a alguns setores das classes trabalhadoras locais, a tendência geral é a de uma espiral para baixo. O padrão de vida das classes trabalhadoras até nos mais privilegiados países capitalistas – dos Estados Unidos ao Japão e do Canadá à Alemanha, passando pela Inglaterra – tem-se deteriorado de maneira muito clara, em sério contraste com a “melhoria firme” que no passado costumava ser considerada fato consumado. Paul Sweezy e Harry Magdoff há pouco tempo escreveram nas “Notas dos editores” (*Monthly Review*, vol. 45, nº 2, junho de 1993) sobre as condições que hoje prevalecem nos Estados Unidos:

O índice real de desemprego está em torno de 15 por cento da força de trabalho e acima de 20 por cento da capacidade de fabricação está ociosa. Ao mesmo tempo, os padrões de vida da maioria das pessoas estão sendo erodidos.

prematura de unidades de produção ainda viáveis (ainda que menos eficientes, se comparadas a seus irmãos e irmãs maiores), pois fazê-lo afetaria desfavoravelmente a força combinada do capital *nacional* total em tais circunstâncias. É por isso que se introduzem certas medidas legais autenticamente *antimonopolistas* se as condições internas exigirem e as condições gerais permitirem. Entretanto, essas mesmas medidas são postas de lado sem a menor cerimônia no instante em que a alteração dos interesses do capital nacional combinado assim o decretar, fazendo com que toda crença no Estado – a estrutura de comando político do sistema do capital – como guardião da “saudável competição” contra o monopólio em geral se torne não apenas ingênua, mas inteiramente autocontraditória.

Em compensação, no plano internacional, o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes. Muito pelo contrário. No domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeita a restrições for a empresa econômica que recebe o apoio político (e, se preciso, também militar), maior a probabilidade de vencer seus adversários reais ou potenciais. É por isso que o relacionamento entre o Estado e as empresas economicamente relevantes neste campo é basicamente caracterizado pelo fato de o Estado assumir descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior. Naturalmente, as formas e os recursos deste papel facilitador se alteram de acordo com a modificação das relações de forças no país e no exterior devida à mudança nas circunstâncias históricas. No entanto, os princípios monopolistas orientadores de todos os Estados que ocupam uma posição dominante na ordem global de poder do capital permanecem os mesmos, apesar das ideias de “livre comércio”, “competição justa” etc., em que no início honestamente se acreditava (gente como Adam Smith), mas que depois se transformaram apenas numa camuflagem cínica ou objeto de adulação ritual. No sistema do capital, o Estado deve afirmar, com todos os recursos à sua disposição, os interesses monopolistas de seu capital nacional – se preciso, com a imposição da “diplomacia das canhoneiras” – diante de todos os Estados rivais envolvidos na competição pelos mercados necessários à expansão e à acumulação do capital. Isto acontece em relação às mais variadas práticas políticas, desde o início do colonialismo moderno (com o papel por ele concedido às companhias comerciais monopolistas)¹⁵ até o imperialismo plenamente desenvolvido, passando pelo “desmembramento do império” pós-colonial, que garante novas formas de dominação neocolonialistas, para não mencionar as aspirações e os métodos neoimperialistas agressivos dos Estados Unidos e seus aliados subservientes na recentemente decretada “Nova Ordem Mundial”.

Entretanto, embora os interesses de determinados capitais nacionais possam se distinguir e, no caso dos Estados dominantes, ser também fortemente protegidos contra a invasão de outros capitais nacionais, esta proteção não tem como eliminar os antagonismos do *capital social total*, ou seja, a determinação estrutural interior do

¹⁵ Neste contexto, vale a pena lembrar que o monopólio comercial da Companhia Inglesa da Índia Oriental foi encerrado apenas em 1813, sob a pressão dos interesses nacionais capitalistas ingleses que se desenvolviam a toda força – e tinham o péssimo obstáculo desse monopólio; o monopólio comercial chinês terminou mais tarde, em 1833.

capital como força controladora *global*. Isso ocorre porque no sistema do capital toda “harmonização” só pode assumir a forma de um *equilíbrio* estritamente temporário – e não a esperada *resolução* – do conflito. Portanto, não é acidental que na teoria social e política burguesa encontremos a glorificação do conceito de “equilíbrio de forças” como ideal insuperável, quando, de fato, a qualquer momento isto só poderá resultar na imposição/aceitação da relação vigente de forças, ao mesmo tempo em que busca a sua derrubada, assim que as circunstâncias o permitirem. O axioma do *bellum omnium contra omnes* é o também insuperável *modus operandi* do sistema do capital, pois, como sistema de controle sociometabólico, ele está *estruturado de maneira antagônica* das menores às mais abrangentes unidades socioeconômicas e políticas. Além do mais, o sistema do capital – como se dá com todas as formas concebíveis de controle sociometabólico global, inclusive a socialista – está sujeito à lei absoluta do *desenvolvimento desigual*, que, sob a regra do capital, vigora numa forma em última análise destrutiva, por causa de seu princípio estruturador interno antagônico¹⁶. Assim, para prever uma resolução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário primeiro acreditar no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei do desenvolvimento desigual das questões humanas. É por isso que a “Nova Ordem Mundial” é uma fantasia absurda ou uma camuflagem cínica planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes como aspiração universalmente benéfica e moralmente recomendável da espécie humana. Mesmo que fosse viável, um “Governo Mundial” – e o correspondente sistema estatal – não seria uma solução. Nenhum

¹⁶ Com certeza, a lei do “desenvolvimento desigual” deve permanecer em vigor sob todos os modos de controle sociometabólico humanamente viáveis. Seria bastante injustificado postular seu desaparecimento até sob as condições da sociedade socialista mais desenvolvida. Além do mais, não há nada de errado com isso em si. O “desenvolvimento desigual” também pode colaborar para um verdadeiro avanço na produtividade. Naturalmente, a preocupação real dos socialistas é que a lei do desenvolvimento desigual não exerça seu poder de maneira *cega e destrutiva*, o que até o presente não se conseguiu evitar. O desenvolvimento desigual no sistema do capital está inextricavelmente atado tanto à cegueira como à destrutividade. Ele deve impor seu poder de maneira cega, devido à necessária exclusão dos produtores do controle. Ao mesmo tempo, há uma dimensão de destrutividade no processo do desenvolvimento normal do sistema do capital, mesmo quando historicamente o capital ainda está em ascensão. As unidades socioeconômicas mais fracas serão devoradas na operação do “jogo da soma zero” buscado durante a concentração e a centralização do capital, embora até as grandes figuras da economia política burguesa só consigam enxergar o lado positivo de tudo isso, descrevendo o processo subjacente como um “avanço pela competição” recomendável e nada problemático. Como parte da normalidade do sistema do capital, a destrutividade também se torna claramente evidente nos momentos de crises cíclicas, manifesta na forma de falência do excesso de capital acumulado. De mais a mais, encontramos isto sob outro aspecto no desperdício crescente como um câncer do sistema nos “países capitalistas avançados”, atrelado à criação e à satisfação de apetites artificiais, muitas vezes celebrado pelos defensores do capital – não apenas no Ocidente, mas também entre os recém-convertidos “socialistas de mercado” – como a claríssima prova do “avanço pela competição”. Entretanto, a destrutividade do sistema do capital absolutamente não se exaure com os “custos do progresso” aceitos sem questionamento. Ela assume formas de manifestação cada vez mais graves com o passar do tempo. Na verdade, a suprema destrutividade do sistema se torna evidente com especial intensidade – ameaçando a própria sobrevivência da humanidade – conforme a ascendência histórica do capital como ordem metabólica global se aproxima do fim. Ou seja, no momento em que, por conta das dificuldades e contradições que emergem do – necessariamente contestado – controle da *circulação global*, o “desenvolvimento desigual” só pode trazer o desastre implacável sob o sistema do capital.

sistema global deixa de ser explosivo e, em última análise, autodestrutivo se for antagonicamente estruturado até o seu núcleo central. Em outras palavras: ele não deixará de ser instável e essencialmente explosivo se, como sistema abrangente de controle sociometabólico, for constituído de microcosmos dilacerados pelo antagonismo interno devido a conflitos de interesse irreconciliáveis, determinados pela separação radical entre produção e controle, que é alienado dos produtores. A contradição absolutamente insolúvel entre produção e controle tende a se afirmar em todas as esferas e em todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social, e inclui, naturalmente, sua metamorfose na contradição entre produção e consumo bem como entre produção e circulação.



As possibilidades de êxito da alternativa socialista são determinadas por sua capacidade (ou incapacidade) para enfrentar todas essas três contradições – entre produção e controle, produção e consumo, produção e circulação – por meio da instituição de um microcosmo social reprodutivo internamente harmonizável. É isto que até as maiores personalidades da filosofia burguesa – que viam o mundo da perspectiva do capital em ascensão (ou, nas palavras de Marx, “do ponto de vista da economia política”) – não conseguiram perceber, pois tinham de aceitar sem questionamento o microcosmo internamente fragmentado do sistema do capital. Em vez do microcosmo harmonizável, eles ofereciam remédios que, ou contornavam os problemas em jogo, pressupondo a força da Razão como solução genérica e *a priori* para todas as dificuldades e contradições concebíveis, ou inventavam planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se *deveriam* encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas. Basta remeter aqui apenas a Adam Smith, Kant, Fichte e Hegel.

A noção da “*mão invistível*” de Smith continua a exercer sua influência em nossos dias, projetando um remédio racionalizado para os conflitos e contradições admitidos no plano de um “*dever-ser*” ideal. Kant tomou emprestada a ideia de “*espírito comercial*” de Adam Smith, e com base nela previu a solução permanente de todos os conflitos e conflagrações internacionais destrutivos por meio do estabelecimento de um sistema de Estado universalista, que deveria implantar – porque, além de qualquer dúvida, ele seria capaz de implementar, já que na filosofia de Kant “*dever implica poder*” – a “política moral” da “*paz perpétua*” que se aproxima. Fichte, ao contrário, defendia o igualmente utópico “*Estado comercial fechado*” (*der geschlossene Handelsstaat*, baseado em rigorosos princípios de autarquia) como solução ideal para as explosivas restrições e contradições da ordem vigente. Foi Hegel que ofereceu a descrição mais realista dessas questões, quando admitiu que a contingência reina sobre as relações internacionais dos Estados nacionais, ao mesmo tempo descartando sumariamente a solução ideal de Kant, dizendo que “a corrupção nas nações seria o produto da paz prolongada, pior ainda, ‘perpétua’”¹⁷. Contudo, mesmo a descrição de Hegel está salpicada de muitos

¹⁷ Hegel, *ibid.*, § 324.